

ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VANUZA DA SILVA PEREIRA NEY

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
FEVEREIRO – 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VANUZA DA SILVA PEREIRA NEY

“Tese apresentada ao Centro de Ciências e
Tecnologias Agropecuárias da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para obtenção do
título de Doutor em Produção Vegetal”

Orientador: Prof. Nivaldo José Ponciano

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ
FEVEREIRO – 2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCTA / UENF^{000/2010}

Ney, Vanuza da Silva Pereira

Atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro / Vanuza da Silva Pereira Ney. – 2010.

115 f. : il.

Orientador: Nivaldo José Ponciano

Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. Campos dos Goytacazes, RJ, 2010.

Bibliografia: f. 111 – 115.

1. Pluriatividade 2. Agricultura 3. Território 4. Desenvolvimento rural 5. Rio de Janeiro (estado) I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias. II. Título.

CDD
338.1

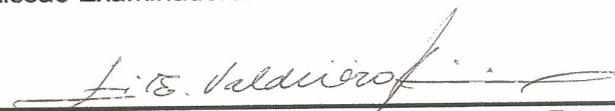
ATIVIDADES AGRÍCOLAS E NÃO-AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VANUZA DA SILVA PEREIRA NEY

“Tese apresentada ao Centro de Ciências e
Tecnologias Agropecuárias da Universidade
Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,
como parte das exigências para obtenção do
título de Doutor em Produção Vegetal”

Aprovada em 04 de fevereiro de 2010

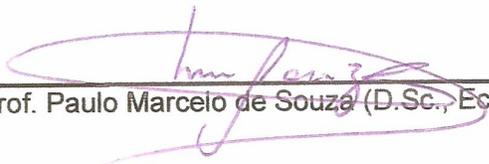
Comissão Examinadora:



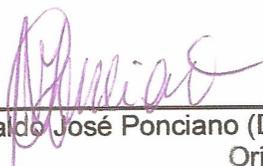
Prof. Luis Enrique Valdiviezo Viera (D.Sc., Engenharia de Produção) – UFF



Prof. Alan Figueiredo de Arêdes (D.Sc., Economia Aplicada) - UFF



Prof. Paulo Marcelo de Souza (D.Sc., Economia Aplicada) – UENF



Prof. Nivaldo José Ponciano (D.Sc., Economia Aplicada) – UENF
Orientador

Para Dinho e Helena, pelo amor, compreensão e apoio nesta jornada.
Ao meu querido irmão Marquinho, exemplo de amor e dedicação (em memória).

DEDICO E OFEREÇO

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela imensa misericórdia e amor.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense, pela oportunidade de realização do curso e pela bolsa.

Ao Professor Nivaldo José Ponciano, pela confiança, incentivo, orientação, amizade e pela ótima convivência durante todo esse tempo.

Ao Professor Marlon Gomes Ney, pela co-orientação, conselhos e amizade.

Ao Professor Paulo Marcelo, pelo exemplo de profissionalismo e amizade.

Aos Professores Geraldo Gravina, Luis Valdiviezo, Roberto Rosendo e Alcimar Chagas, pelas sugestões e comentários na defesa do projeto e no exame de qualificação.

Aos funcionários Ana Maria, Patrícia, Fátima e Luciana pela amizade e auxílio.

Ao meu querido e amado esposo Dinho, meus especiais agradecimentos pelo incentivo e apoio incondicional.

À minha querida filha Helena, pelo amor, alegria e inspiração.

Aos meus pais Maria Helena e Paulo, pelo amor, incentivo e sustento desde os primeiros anos de estudo, especialmente na graduação. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus queridos irmãos e amigos, Marcos e Roberto, pelo carinho, apoio e também por sempre me incentivarem.

À minha grande família, Senhor Wilson e D. Marilda, Marlon e Márcia, Jacqueline e Wilsinho, Lorena, Luma, Luísa, Arthur e Anna, por fazerem parte da minha vida.

Aos meus tios Samuel, Lurdes, Lucinha, Maria Lúcia, Hernani, Domingos, Mariza, Gracinha e Vanusa, pelo grande apoio e convivência durante todo esse tempo.

Aos meus vovôs e vovós e ao biso João que tive o privilégio de conhecer e que viveu até os 105 anos.

Aos amigos do coração, Nanato, Ana Paula, D. Oswaldina, Marlene, Paulinho e Nair, pelo apoio em todos os momentos.

A Poliana, André, Brunoro, Luciana e Adelmo, pela grande amizade construída.

Aos amigos de Cachoeiro, Campos e Vitória, Kelly, Alexandre, Andréia, Jaqueline, Wellington, Umbelino, Jane, Cris, Gabi e Netinho.

Aos novos amigos que nos acolheram na distância, Valdo, Nona Ida, Lucia, Livio, Enos, Elisa, Mosè, Cristina, Cleophee, Cristiano e Luciana.

A todos que direta ou indiretamente ajudaram na conclusão desse trabalho.

SUMÁRIO

RESUMO.....	vi
ABSTRACT.....	viii
1. INTRODUÇÃO.....	01
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	05
2.1. A dicotomia rural-urbano e o enfoque territorial.....	06
2.2. Pluriatividade: conceito e funcionalidade.....	12
2.3. A intensificação da pluriatividade no meio rural.....	14
2.4. Agricultura e atividades não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro.....	21
3. METODOLOGIA.....	31
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	43
4.1. As dinâmicas das ocupações das pessoas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro.....	44
4.2. Renda e escolaridade das pessoas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro.....	70
4.3. Pluriatividade nos domicílios rurais do Estado do Rio de Janeiro.....	84
5. RESUMO E CONCLUSÕES.....	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	111

RESUMO

PEREIRA, Vanuza da Silva Ney; Economista; D.Sc.; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; Janeiro de 2010; Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro; Prof. Orientador: Niraldo José Ponciano.

Neste trabalho analisa-se a participação das atividades não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro, observando-se dois grupos: as pessoas e os domicílios. No primeiro grupo o objetivo foi identificar as principais atividades e ocupações não-agrícolas; as posições nas ocupações, além de comparar a renda auferida nas ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural fluminense. No segundo grupo, os domicílios rurais foram classificados em: agrícolas, pluriativos (os que combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas), não-agrícolas e desocupados. Um dos objetivos foi mensurar o número desses domicílios e verificar o comportamento no período analisado e, por fim, comparar esses domicílios quanto ao nível de vida, escolaridade e renda. A base de dados utilizada foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, para o Estado do Rio de Janeiro para o período de 2004 a 2008. Os resultados obtidos revelam que o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas supera as agrícolas, como também que a remuneração dessas atividades é maior. A

escolaridade, o fator que explica o acesso às melhores rendas, também é maior entre as pessoas em atividades não-agrícolas, contudo, as principais ocupações (empregados domésticos, motoristas, pedreiros e balconistas atendentes) são de baixa qualificação e baixa remuneração. Na análise dos domicílios, o estudo revelou que os domicílios que apresentaram melhor nível de vida, maior escolaridade e a maior renda foram os domicílios não-agrícolas. Ao mesmo tempo, constatou-se que os domicílios pluriativos, apesar de apresentarem melhor nível de vida e maior escolaridade, não ultrapassaram a renda dos domicílios agrícolas. Adicionalmente comprovou-se uma dependência maior dos agricultores familiares em relação às aposentadorias e pensões. Ao analisar as políticas de desenvolvimento agrícola e rural, especificamente o PRONAF, verificou-se a impossibilidade do mesmo em atingir as famílias pobres do campo e a necessidade de emprego de um enfoque mais amplo tendo em vista as novas conexões existentes entre as atividades não-agrícolas e outros aspectos da vida social e econômica do meio rural fluminense. Assim, justifica-se uma mudança institucional que contemple tanto a emergência desses novos atores sociais como o papel potencial dessas atividades na tentativa de solução da questão da exclusão social, e em conseqüência, do desenvolvimento rural.

ABSTRACT

PEREIRA, Vanuza da Silva Ney; D.Sc.; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro; February 2010; Agricultural and non-agricultural activities in the middle rural of Rio de Janeiro State; Advisor: Prof. Nivaldo José Ponciano.

In this work it was analyzed the participation of the non-agricultural activities in the rural side of Rio de Janeiro State, observing two groups: the people and the domiciles. In the first group the objective was to identify the main non-agricultural activities and occupation; the positions on the occupations, beyond to compare the income earned in the agricultural and non-agricultural occupations in the Rio de Janeiro rural side. In the second group, the rural domiciles were classified in: agricultural, pluractivity (those that combine agricultural and non-agricultural activities), non-agricultural and unoccupieds. One of the objectives was to measure the number of domiciles and verify the behavior at the analyzed period and, at last, compare those domiciles as the level of life, schooling and income. The base of the data used was from the National Research for Sample of Domiciles – NRSD, to Rio de Janeiro State to the period of 2004 to 2008. The achieved results reveals not only that the number of people occupied at non-agricultural activities overcomes the agricultural activities, as either that the

remuneration is bigger. The schooling, the fact that explains the access to the best income, is also bigger among people at non-agricultural activities; nevertheless, the main occupations (domestic servant, drivers, bricklayers and clerk) are of low qualification and low remuneration. On the domiciles analysis, the study reveals that the non-agricultural domiciles were the ones that presented better level of life, major schooling and the bigger income. At the same time, it was found that the pluriactivities domiciles, despite of they present better level of live and major schooling, they don't present better income comparing the agricultural domiciles. In addition, there was a greater dependence of agricultural families on social security and other types of pension. On analyzing the agricultural and rural development policies, especially is PRONAF, the total impossibility of this affecting the family rural poor became evident, as also the need for a wider focus, considering the new connections which exist between the non-agricultural activities and other aspects of the social and economic life in rural areas of the State of Rio de Janeiro. This clearly justifies institutional changes which contemplate not only the emergence of these new social actors but also the potential role of these activities in the attempt to solve the question of social exclusion, and, as a consequence, of rural development.

1. INTRODUÇÃO

Uma das principais constatações feitas nos estudos sobre o meio rural brasileiro na década de 1990 foi a clara tendência de queda do emprego agrícola, ao passo que as ocupações nas atividades não-agrícolas apresentaram altas taxas de crescimento anual (Schneider, 2003; Del Grossi e Graziano da Silva, 1995; Botelho, 1998; Souza, 1998, entre outros).

Esta tendência mais geral de queda da população rural ocupada em atividades agrícolas e o crescimento da mesma população ocupada em atividades não-agrícolas observada para o total do Brasil e para muitos Estados (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, entre outros) estão relacionados, entre outros fatores, com a crescente modernização dos sistemas produtivos, que libera mão-de-obra das atividades agropecuárias e, ainda, com a crise do setor agrícola a partir da década de 1990 - graças à modernização tecnológica e fatores macroeconômicos, como mudanças no financiamento da produção, abertura comercial, sobrevalorização cambial (1994 e 1998) - agravando ainda mais a queda da renda agrícola.

Esse quadro tem feito com que boa parte dos membros das famílias residentes em domicílios rurais recorra às atividades não-agrícolas e, como forma de inserção produtiva, combinam, em geral, ocupações nas "novas" atividades agrícolas e naquelas não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do meio rural. Essa prática tem sido denominada na literatura de pluriatividade. Dessa forma, parte das famílias rurais está deixando de ser exclusivamente agrícola e passando a ser pluriativa, e até mesmo não-agrícola do ponto de vista da ocupação de seus membros.

Por outro lado, o meio rural ganhou, por assim dizer, novas funções e novos tipos de ocupações, emergindo um novo inter-relacionamento entre o espaço rural e o urbano, o qual permite um entrelaçamento de mercados de trabalho rural para atividades agrícolas e não-agrícolas.

De acordo com Sotte (2002), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

Segundo esse paradigma, o desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços associados a novos nichos de mercado; procura formas de redução de custos a partir de novas trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, uma saída para as limitações e falta de perspectiva intrínseca ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe.

Uma das grandes diferenças do chamado desenvolvimento rural dos países desenvolvidos para o Brasil é que, na Europa, por exemplo, a pluriatividade foi e continua sendo uma construção política com objetivos bem

mais amplos do que a criação de novas atividades no espaço rural (Nascimento, 2005). Nesse sentido, nesses países a preocupação passa por novas formas de ocupação que garantam renda e qualidade de vida às famílias rurais.

No caso do Brasil, a maioria das ocupações complementares das famílias agrícolas é de baixa qualificação, o turismo rural ainda é incipiente, e a produção de bens públicos como paisagem e áreas de preservação ambiental quase inexistente. O aspecto marcante do rural não-agrícola brasileiro, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e a precariedade das ocupações não-agrícolas, concentrando a maior parte das ocupações no serviço doméstico e no trabalho de baixa qualificação na construção civil (pedreiro). Para se ter uma idéia, em São Paulo, só na faixa de maior renda (20% mais ricos), que reflete o grupo de maior escolaridade e melhores condições de vida, observa-se maior diversidade e melhor qualificação das ocupações não-agrícolas, como gerentes, vendedores e escriturários, com menor peso do serviço doméstico e da construção civil (Kageyama, 2003).

Desta forma, considerando a evolução e a importância das atividades não-agrícolas no contexto mundial e nacional e o pequeno número de trabalhos sobre o tema tratando especificamente o meio rural do Rio de Janeiro, especialmente estudos sobre a renda das pessoas e das famílias rurais, torna-se importante um estudo no âmbito estadual fluminense.

Diante de tal possibilidade, este trabalho pretende estudar a participação das atividades não-agrícolas no meio rural fluminense e sua contribuição quanto à geração de emprego e renda para a população rural. Outro objetivo é estudar as principais características dos domicílios rurais, procurando identificar a participação da pluriatividade e sua importância do contexto das famílias pluriativas.

A hipótese da tese é que, no meio rural do Estado do Rio de Janeiro, as atividades não-agrícolas amenizam a diminuição do nível de emprego agrícola à medida que possibilitam às pessoas permanecerem com um domicílio rural e se ocuparem produtivamente em setores econômicos não-agrícolas. Sendo o Rio de Janeiro um Estado eminentemente urbano e atualmente sem grande participação na economia agrícola do país, acreditamos que seus entornos rurais são mais

dinâmicos do ponto de vista não-agrícola. Por outro lado, sem acesso às políticas públicas existentes, ou até mesmo por causa de sua escassez, as famílias mais pobres recorrem a pluriatividade como estratégia de sobrevivência.

O estudo está organizado em três capítulos, além da revisão bibliográfica. O primeiro capítulo analisa as características das principais atividades e ocupações não-agrícolas das pessoas no meio rural fluminense e as possíveis dinâmicas que explicam seu crescimento. O objetivo é conhecer o mercado de trabalho e como ele tem absorvido a população rural.

No segundo capítulo é feito um estudo comparativo entre as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas analisando a posição das ocupações, a escolaridade e a renda. O objetivo nesse capítulo é verificar a relação direta dessas variáveis, ou seja, a escolaridade, e a posição na ocupação e determinação da renda.

No terceiro capítulo, finalmente, analisa-se a pluriatividade nos domicílios rurais fluminenses. Buscou-se comparar os diferentes tipos de domicílios (agrícola, pluriativo, não-agrícola e desocupado), procurando identificar a participação dos domicílios pluriativos, bem como a sua evolução no período analisado. Outro objetivo foi analisar os domicílios comparando-os quanto à escolaridade, à qualidade nas condições de vida e à renda, além de identificar os estratos de renda onde se concentra a pluriatividade.

Acredita-se que a maior contribuição da pesquisa é chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento rural requer políticas específicas para cada região, uma vez que suas realidades e dinâmicas também são específicas e particulares. Tais políticas deveriam contemplar as potencialidades locais, os recursos existentes, a produção de novos bens e serviços e a criação de novos mercados e demandas, a fim de gerar renda e emprego no meio rural, com atividades agrícolas e também não-agrícolas. E esse é o caso do Rio de Janeiro.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O crescimento das atividades não-agrícolas tem sido um fenômeno importante da atual fase de desenvolvimento do meio rural. Com a redução do peso das atividades agrícolas no emprego e na renda das pessoas, é cada vez mais presente fontes de ocupação e renda diversificadas dentro das famílias e essa prática tem sido denominada de pluriatividade. Na literatura há um consenso de que, na maioria dos países desenvolvidos e em alguns estados do Brasil (São Paulo, Paraná, Santa Catarina, entre outros), há uma tendência de crescimento da importância da pluriatividade para as famílias e regiões antes centradas na agricultura, ao lado de uma redução dos territórios classificados como eminentemente ou exclusivamente rurais.

A utilização da noção de pluriatividade está inevitavelmente associada à pertinência do corte rural-urbano, uma vez que a pluriatividade é por definição uma combinação de atividades antes denominadas de natureza rural (agrícolas) e atividades de natureza urbana (não-agrícolas). Nesse sentido, diversos autores (Schneider, 1996; Saraceno, 1996, ente outros) afirmam que a pluriatividade põe em evidência a discussão do próprio objeto da economia e da sociologia rural: “o fim da dicotomia rural-urbano”.

2.1. A dicotomia rural-urbano e o enfoque territorial

Desde os primórdios do pensamento econômico, os principais clássicos, como Smith e Ricardo, tiveram como preocupação central a riqueza e o desenvolvimento das nações. Nesse sentido, um tema bastante estudado era o que promoveria a riqueza ou o desenvolvimento de uma nação: a agricultura ou a indústria, o campo ou a cidade? O corte rural-urbano era sinônimo de agricultura-indústria. Segundo os clássicos, com o surgimento do capitalismo, a Revolução Industrial e a divisão do trabalho estabeleceram a divisão entre o campo/rural e a cidade/urbano e o critério foi a divisão das tarefas. Os campos produziam e forneciam os bens primários e agrícolas e às cidades cabiam a produção e a manufatura dos bens industriais.

Smith (1996) descreve em seu Livro Terceiro, capítulo 1,

O grande comércio de todo o país civilizado é efetuado entre os habitantes da cidade e os habitantes do campo. Consiste na troca de produtos em estado bruto por produtos manufaturados (...). O campo fornece à cidade os meios de subsistência e os materiais a serem manufaturados. A cidade restitui isso, devolvendo aos habitantes do campo parte da produção manufaturada. Pode-se afirmar com muita propriedade que a cidade, na qual não há nem pode haver nenhuma reprodução de subsistência, adquire toda a sua subsistência do campo. Nem por isso devemos, porém, imaginar que ganhando a cidade o campo saia perdendo. Os ganhos dos dois são mútuos e recíprocos, sendo que a divisão de trabalho e de tarefas, nesse como em outros casos, traz vantagens para todas as ocupações em que subdivide o trabalho. (Smith, 1996, p. 373) [Grifo nosso]

Para Saraceno (1996), esta divisão de trabalho entre cidade e campo não é na realidade verdadeira sequer para o período pré-industrial, no qual a população é predominantemente camponesa e desenvolve também todas as atividades de manufatura e serviços necessários à sua reprodução localmente. Também não é em situações em que há modernização, porque o aumento de produtividade reduz os postos de trabalho agrícolas, tornando quase obrigatória uma diversificação das atividades econômicas para evitar o abandono e a desertificação das zonas rurais. Para a autora, o único momento em que a divisão de trabalho funciona de acordo com a hipótese de Smith é provavelmente na fase de transição, em que se

verifica um êxodo maciço de força de trabalho e restam, no campo, sobretudo, os agricultores.

Por sua vez, a Sociologia Rural, no início do século XX, distinguia rural e urbano estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base em algumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, estratificação e mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço.

No entanto, esses elementos definidores do rural também foram se modificando ao longo da história e ganharam novos contornos: a agricultura se modernizou, a população rural passou a obter rendimentos nas adjacências das cidades e a própria indústria penetrou nos espaços rurais. Também se reduziram as diferenças culturais e as formas de interação entre campo e cidade.

“O meio rural é invadido por urbanos, consumidores da natureza e das atividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de atividades e de fluxos econômicos”. (Graziano da Silva, 1999, p. 31)

Nesse sentido, no debate atual, os critérios para a divisão dos espaços rural e urbano têm sido questionados em função dessa crescente presença no meio rural de atividades não-agrícolas, especialmente comércios e serviços. Essas novas atividades também têm representado fonte de renda complementar para muitas famílias rurais que dependiam exclusivamente da agricultura, contribuindo para a fixação de populações em áreas ou regiões que possam lhes oferecer melhores oportunidades e condições de vida.

Com isso, outra questão bastante complexa tem sido os diferentes conceitos de cidade (urbano) e campo (rural) utilizados pelos países. A maioria adota o critério demográfico quantitativo, isto é, uma localidade é considerada cidade quando atinge um determinado número de habitantes. Por exemplo, no Canadá e na Escócia esse número é de 100 moradores, enquanto na Holanda são necessários 5.000 habitantes para caracterizar uma cidade. Esse critério é o

que prevalece mais forte na diferenciação rural-urbano, ou seja, considerando o tamanho dos aglomerados populacionais e não especificidades sociais, culturais ou econômicas.

No entanto, no Brasil, Equador e Nicarágua, todas as sedes dos municípios são consideradas cidades. Essa divisão territorial em vigor é feita de forma administrativa. Isso significa, segundo Abramovay (2003), que o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, geralmente pautados por objetivos fiscais e não pelos aspectos geográficos, sociais ou econômicos.

No Brasil, especificamente, foi o Decreto-Lei 311 de 1938 que fez com que as sedes municipais fossem consideradas cidades, independentemente de quaisquer características estruturais ou demográficas. Foram consideradas urbanas todas as sedes, mesmo que não passassem de ínfimos vilarejos ou povoados. Para futuras cidades seria exigida a existência de pelo menos 200 casas e, para futuras vilas (sedes de distrito), um mínimo de 30 moradias. Mas todas as localidades que àquela data eram sede de município passaram a ser consideradas cidades, mesmo que sua dimensão fosse muito inferior ao requisito mínimo fixado (Veiga, 2001).

Na Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) foi criada em 1994 uma "divisão de desenvolvimento territorial" cujo primeiro trabalho consistiu numa nova delimitação das fronteiras entre rural e urbano e na elaboração de indicadores que permitiram comparar e compreender as disparidades entre diferentes situações territoriais (Veiga, 2001).

Segundo Veiga (2001), o parâmetro da OCDE para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km². Se esse critério fosse adotado no Brasil, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos, isso porque em 70% deles as densidades demográficas são inferiores a 40 hab/km². Segundo o autor, o meio rural brasileiro é maior do que o divulgado pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O autor chama a atenção para o fato de que o critério utilizado no Brasil, que elege como urbano toda sede de município e de distrito, tende a desconsiderar as peculiaridades locais e territoriais.

Apesar de o IBGE a partir de 1991 ter definido três categorias de áreas urbanas (urbanizadas, não urbanizadas e urbanas isoladas) e quatro tipos de aglomerados rurais (extensão urbana, povoado, núcleo e outros), continuou utilizando a antiga convenção, ao considerar toda sede de município ou distrito num espaço urbano, independente de sua dimensão.

Para Abramovay (2003) o que caracteriza a ruralidade é a sua natureza territorial e não-setorial e que o mesmo se aplica à noção do urbano. “As cidades não são definidas pela indústria nem o meio rural pela agricultura. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não-agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas” (Abramovay, 2003, p.24).

Nesse sentido, a pluriatividade não pode ser analisada no âmbito exclusivo da unidade produtiva, porque implica, necessariamente, relações mercantis com outros setores de atividade, seus mercados de trabalho (se a “segunda atividade” for assalariada), seus mercados de produtos e insumos (se for autônoma, um estabelecimento comercial ou um serviço, por exemplo). É preciso uma referência espacial para compreender como se desenvolvem as relações das unidades agrícolas familiares pluriativas com o contexto econômico e social onde estão os principais mercados com os quais interagem.

Uma referência bastante utilizada, notadamente nos países europeus, é a economia local, em que um dos principais elementos é a relação do rural com a cidade, vila ou área urbanizada próxima, isto é, surge uma idéia de entorno ou contexto – no qual a economia agrícola familiar, incluindo a pluriatividade, está inserida. Esse tipo de enfoque, ainda que com denominações diversas, tem sido bastante utilizado na literatura internacional.

No final dos anos 1970, economistas italianos chamaram a atenção para a noção de “distrito industrial”. A teoria foi elaborada no início do século XX pelo economista britânico Alfred Marshall e discute a competitividade das empresas e os processos de inovação à luz de conceitos como "redes", "meios inovadores" e "efeitos de proximidades" (Abramovay, 2003).

Nesse novo modelo de desenvolvimento regional, baseado na criação de “territórios” e na proliferação de pequenas empresas, o espaço assume características de um “território”, isto é, um *clustering* de relações sociais e um fator estratégico de oportunidades de desenvolvimento. Nessas áreas, a relação entre a economia e o ambiente (contexto) e as redes locais entre firmas tornam-se fundamentais, constituindo a base para economias externas à firma, mas internas à área. É o modelo conhecido como “industrialização difusa”, que depende de fatores endógenos, como a presença de trabalho autônomo e de *know-how* local, coesão cultural, habilidades profissionais, organização familiar dos tempos de trabalho e rendas etc., e de condições externas favoráveis, como as novas tecnologias e a crise dos mercados de produção massiva.

Esses territórios têm papel central no processo de desenvolvimento econômico, cobrindo aspectos como informação, produção, mercado de trabalho e governança sócio-institucional, sendo seus fatores de sucesso eminentemente locais. Assim, para que se forme um mercado de trabalho em que as famílias rurais possam exercer múltiplas atividades, é preciso um certo desenvolvimento industrial descentralizado que crie áreas dinâmicas, implicando em estudos onde o nível de agregação espacial seja o menor possível.

Em vista dessas mudanças nas formas de ocupação agrícola, o aparato conceitual deve incorporar a noção de “ambiente produtivo”, em que uma específica combinação de fatores (sociais, econômicos, tecnológicos, institucionais) é organizada de forma particular e determina a competitividade do contexto local e sua capacidade de desenvolvimento. Segundo Saraceno (1997), a economia regional ou local, em que operam as pequenas e médias empresas, deve ser considerada como um todo: seus aspectos e inter-relações multissetoriais, seus vínculos sociais, sua organização institucional e capacidade de reproduzir-se no tempo e sua integração com outras economias locais, nacionais ou internacionais.

Os estudos sobre pluriatividade indicam a necessidade de ultrapassar os cortes formais das fontes de dados (urbano-rural, microrregiões homogêneas, regiões administrativas etc.) e buscar uma unidade territorial com significado

econômico e social mais adequado para melhorar a capacidade analítica frente às transformações do território.

Nesse sentido, diversos autores vêm estudando a pluriatividade considerando essas diferenças. Autores como Saraceno (1997) e Kageyama (1998) defendem que o corte rural-urbano perdeu relevância na esfera política, especialmente na formulação de políticas públicas. As autoras também defendem como alternativa de análise e estudos o enfoque local ou territorial. Nessa perspectiva, o território ou local passa a ser alvo das formulações de políticas públicas e privadas, e não mais o campo ou a cidade.

Além disso, com a integração entre espaço e setores – industrialização difusa, novas funções de lazer das áreas rurais, descentralização dos serviços públicos - surge um novo tipo de área com maior dinamismo e com pelo menos duas vertentes: a diversificação interna e a integração externa.

Por isso, a dimensão territorial de desenvolvimento consiste exatamente no reconhecimento de que o território e as diferentes territorialidades geradas representam um conjunto de relações que superam a visão setorial da produção agrícola e potencializa a valorização da diversificação produtiva e das fontes de geração de renda e de ocupação, ou seja, o conjunto destas transformações indica diferentes níveis de entendimento do desenvolvimento rural, sendo imprescindível à análise observar as mudanças que vêm ocorrendo dentro do rural e do urbano, que são de leitura complexa, pois estas potencializam as novas ruralidades.

Segundo Kageyama (1998), a idéia de “economia local” é uma forma interessante de fazer essa abordagem, mas coloca um problema empírico de difícil solução, qual seja, o de gerar agregados territoriais com significado relevante a partir de variáveis mensuráveis e disponíveis. As fontes de dados como o Censo Demográfico e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, que, segundo ela, são as melhores fontes para se estudar a pluriatividade no Brasil, ainda utilizam o corte rural-urbano segundo os critérios administrativos e não demográficos.

A discussão sobre a definição do rural é praticamente inesgotável, mas parece haver um certo consenso sobre os seguintes pontos: a) rural não é sinônimo agricultura e nem tem exclusividade sobre este; b) o rural é multisetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa (o que pode mesmo constituir sua própria definição legal); d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas, e as redes mercantis, sociais e institucionais se estabelecem entre o rural e as cidades e vilas adjacentes.

2.2. Pluriatividade: conceito e funcionalidade

Segundo Fuller (1990), as reformas na Política Agrícola Comum (PAC) na Europa, a partir da segunda metade da década de 1980, foram fundamentais na ampliação dos estudos da pluriatividade. A União Européia buscou com as reformas estratégicas para solucionar os problemas de desemprego, os desequilíbrios territoriais, a degradação ambiental e o gasto público com o apoio à agricultura,

“adotando os conceitos de Desenvolvimento Rural Integrado e de Pluriatividade. Basicamente se referem à convergência de lograr o desenvolvimento rural mediante esquemas de atividade econômica de base territorial, pelos quais se potencialize a dinamização dos recursos existentes na mesma, supondo não só o aproveitamento dos recursos humanos como também a utilização dos recursos fundiários e financeiros disponíveis para estimular todas aquelas atividades que podem ter lugar no meio rural, agrícolas e não-agrícolas” (Etxetarreta et al., 1995, p.10).

Ao definir as diretrizes de incentivo à pluriatividade, a comunidade européia escolheu à família como unidade de análise: “todos os objetivos da PAC deveriam ser alcançados no marco de uma agricultura familiar, vista como a melhor forma de organização social da produção” (Etxetarreta *et al.*, 1995, p.13).

Os estudos da agricultura em tempo parcial restringiam suas análises às atividades do responsável pela família ou domicílio e às unidades de produção, ignorando por completo as atividades dos demais membros do universo familiar. O foco no responsável pela exploração não considerava o caráter familiar do trabalho agrícola e a contribuição do trabalho das outras pessoas das famílias no âmbito das unidades de exploração. Com isso, vários termos como *part-time*

farming e *multiple-job holding* foram substituídos ainda na década de 1980, pelo termo pluriatividade, se mostrando limitados para a realidade em análise. Na literatura esses termos não devem ser tratados como sinônimos da “pluriatividade”.

A adoção da noção de pluriatividade pela literatura especializada foi possível devido à incorporação, neste debate, de duas variáveis fundamentais: a unidade de análise relevante e o enfoque sobre as atividades não-agrícolas. No primeiro caso, a família, e não mais o responsável, passou a ser a base das análises para se avaliar a alocação e a distribuição da força de trabalho. Além disso, o novo enfoque passou a dar atenção também às atividades que ocorriam fora das propriedades agrícolas. Neste caso, o ambiente sócio-econômico onde as unidades de exploração se inseriam também passou a ser considerado nos estudos.

Desta forma, de meados dos anos 1980 em diante a maioria dos trabalhos adotaram o termo “pluriatividade” para explicar a ocorrência de atividades não-agrícolas no próprio estabelecimento e também atividades não-agrícolas externas ao estabelecimento e atividades agrícolas em outros estabelecimentos (prestação de serviços). Nesta lógica, a pluriatividade descreve uma unidade produtiva multidimensional, onde se desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas, tanto dentro como fora dos estabelecimentos, e pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração.

A partir daí, os estudos das décadas seguintes passaram a focalizar sua atenção sobre a alocação da força de trabalho de todos os membros das famílias; sobre as diferentes formas de remuneração do trabalho e sobre o ambiente social e econômico do entorno onde as unidades de exploração se inseriam. Com isso, a noção de pluriatividade foi ampliada e passou a ser vista como uma forma alternativa de trabalho para as populações rurais, ao mesmo tempo em que deixou de ser considerada um sinônimo das designações anteriores.

Como consequência, a pluriatividade passou a ser vista enquanto uma estratégia de sobrevivência das unidades familiares de produção e a maior parte dos estudos realizados nas últimas décadas ressalta que a decisão de ter ou não uma atividade não-agrícola está relacionada aos condicionantes familiares e às

características das explorações. Neste caso, observa-se que a pluriatividade pode ser uma estratégia de diversificação das fontes de renda familiar; uma forma de reestabelecimento da organização familiar; um meio de se manter as pessoas ocupadas e continuar as atividades agrícolas; e uma forma de obter rendas maiores com o objetivo de melhorar as condições de vida (Extezarreta *et al.*, 1995)¹.

O fato é que a pluriatividade contém diferentes significados, varia de acordo com os estágios de desenvolvimento de cada sociedade e pode ser compreendida de diferentes maneiras em relação à sua função e à sua importância. Nos países em desenvolvimento, segundo Fuller & Cavazzani (1982), o avanço do capitalismo agrário rompeu com as condições sócio-econômicas locais que davam suporte às organizações locais. Neste caso, a pluriatividade aparece então como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores familiares.

Deste modo, neste estudo a pluriatividade será concebida, não apenas como uma estratégia de sobrevivência ou de acumulação de capital, mas também como resultado das inter-relações entre as dinâmicas das famílias, das explorações e do contexto sócio-econômico onde as famílias e as unidades de exploração se inserem.

2.3. A intensificação da pluriatividade no meio rural

Schneider (2003) destaca pelo menos cinco fatores principais que teriam contribuído para a emergência e a expansão das atividades não-agrícolas nos países desenvolvidos. São eles: a modernização tecnológica; a queda das rendas agrícolas; as políticas públicas; a dinâmica do mercado de trabalho e a pluriatividade como característica estrutural da agricultura familiar. De forma bem sucinta descreveremos cada fator.

A modernização tecnológica na agricultura foi sinônimo de intensificação dos sistemas produtivos agrícolas baseados no uso de tecnologias e insumos de origem industrial. Como efeitos da modernização agrícola, estão o aumento da

¹ A expansão da pluriatividade pode ser creditada ao processo de diversificação das propriedades familiares e também à expansão no meio rural de famílias que não possuem tradição agrícola e que desempenham outras atividades sociais.

produtividade e o crescimento da oferta de alimentos e de matérias-primas. No entanto, uma consequência considerável foi o fato de a agricultura ter se tornado uma atividade desempenhada por “agricultores profissionais”. Isso provocou a eliminação gradual de mão-de-obra das famílias rurais (Schneider, 2003, p. 58).

A partir da década de 1970, o crescimento da produtividade agrícola foi intensificado, bem como o volume de produção da agricultura nos países desenvolvidos. Isso foi possível graças ao financiamento e os estímulos das políticas públicas para o desenvolvimento das tecnologias nos sistemas produtivos. Tal crescimento levou ao incremento patrimonial das famílias rurais, mas não foi acompanhado pela evolução da rentabilidade da atividade agrícola. Com isso, por mais moderna que fosse a propriedade, o agricultor dependia mais dos subsídios estatais do que de sua produtividade.

O terceiro fator que contribuiu para o crescimento da pluriatividade foi a criação da Política Agrícola Comum (PAC)² pela União Européia e sua reforma nos anos 1991-1992. Em sua primeira fase, a PAC, ao estimular o processo de industrialização da agricultura, aproximou a renda média agrícola dos demais setores. Isso foi possível pela elevação da rentabilidade da atividade, graças ao aumento da produtividade e do rendimento da terra, e também pela redução do número de pessoas ocupadas na agricultura e a concentração da propriedade da terra e da produção em um número menor de estabelecimentos de maior tamanho.

No entanto, esse crescimento da renda agrícola não foi sustentado ao longo do tempo, o que acarretou no aumento na desigualdade da distribuição da renda entre as regiões rurais. A segunda fase da PAC foi marcada por profundas reformas. A meta era reduzir o gasto público, que era gerado pela compensação da perda da renda do agricultor, provocada pela redução de sua produção e/ou queda nos preços dos alimentos. Num cenário de desemprego e queda da renda agrícola, a busca de novas formas de ocupação no meio rural também passou a

² A PAC tinha como objetivo aumentar a produção de alimentos, o crescimento da produtividade e a queda dos preços dos alimentos, estimulando o uso de tecnologias mais intensivas em capital no campo.

ser um dos objetivos da PAC: para garantir renda ao agricultor foi estimulada a pluriatividade.³

Outro fator foi a dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola. Vários estudos indicam as relações entre processos de descentralização industrial em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nas áreas rurais. E, finalmente, pode-se dizer que a emergência da pluriatividade e sua vinculação com o exercício de várias atividades dentro de uma mesma propriedade agrícola é uma “característica intrínseca ao modo de funcionamento de unidades de trabalho que se organizam sob a égide do trabalho familiar”. Na estrutura agrária europeia, o trabalho externo, complementar ou mesmo temporário e no interior da propriedade (artesanato e outras atividades não-agrícolas) já fazia parte das famílias agrícolas.

Outra questão que também pode explicar a pluriatividade nas famílias rurais é a sua importância como mecanismo de redução do ambiente de risco na agricultura (Lanjouw, 1999). Entre as razões, pode-se destacar: os retornos relativos são melhores no setor não-agrícola a partir de certa escala mínima de operação; a sazonalidade das colheitas e os riscos climáticos inerentes à atividade agrícola tornam a renda vulnerável e impedem estratégias adequadas de estabilização; participação da renda não-agrícola nas atividades agrícolas das famílias rurais; a diversificação de atividades pode constituir uma estratégia ex-ante para evitar os riscos de instabilidade da renda; a família pode necessitar de recursos monetários imediatos para comprar insumos, o que nem sempre é garantido pelas receitas descontínuas da agricultura.

A combinação de ocupações agrícolas e não-agrícolas no meio rural também é encontrada na literatura sobre a América Latina, tanto nos países que possuem uma agricultura mais moderna como Brasil, Chile e México, quanto os que alcançaram resultados menos intensivos em tecnologia, como Peru, Honduras e El Salvador. Um estudo recente da Comissão Econômica para

³ A França é um dos mais notórios exemplos do êxito da política agrícola comum europeia (PAC). Há áreas onde os empregos destruídos pelo deslocamento e/ ou modernização da agricultura só não geraram crise na economia local por causa da expansão das atividades não-agrícolas. Essas atividades têm sustentado o crescimento da população rural, após décadas de redução, mesmo com a diminuição dos postos de trabalho na agricultura. E foi o aumento do número de famílias pluriativas no campo que garantiu a permanência de milhares de pequenos produtores em suas terras (Ney, 2002).

América Latina (CEPAL) indicou que as rendas de atividades não-agrícolas assumem um caráter extremamente importante para as populações rurais mais pobres, muitas vezes significando a única renda monetária para essas famílias (Reardon *et al.*, 1998).

Graziano da Silva (1999) aponta pelo menos três causas principais que teriam intensificado a pluriatividade no Brasil. Primeiro, a “urbanização do campo”, ou seja, um processo de transbordamento das cidades e do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais. Segundo, a crise do setor agrícola a partir da década de 1990 - graças à modernização tecnológica e fatores macroeconômicos, como mudanças no financiamento da produção, abertura comercial, sobrevalorização cambial (1994 e 1998) - agravou a queda dos preços e dos rendimentos agrícolas. E, em terceiro, foram os limites do crescimento do próprio emprego agrícola, devido à alta taxa de ociosidade tecnológica e ao subemprego existente na agricultura brasileira.

Nesse sentido, a pluriatividade tem sido apontada, especialmente pelos pesquisadores do Projeto Rurbano⁴, como a provável face do “novo rural brasileiro” (Graziano da Silva, 1997). A novidade, segundo esses autores, consiste no fato de que o meio rural já não pode ser associado apenas à produção agrícola e pecuária. Assim, “o ator social” privilegiado nessa nova caracterização do meio rural seria a família pluriativa, que combina atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da mesma unidade familiar.

Segundo Kageyama (1997), os domicílios pluriativos no Brasil representavam 37% dos domicílios rurais, de acordo com os dados da PNAD de 1995. Em alguns Estados esse número chegava a 50% ou mais e, em média, as famílias pluriativas encontravam-se em melhores condições de vida. Para Del Grossi e Graziano da Silva (1999), os dados da PNAD de 1992 a 1997 mostraram que as atividades agrícolas ocupam cada vez menos tempo de trabalho das famílias rurais e respondem por cada vez menos renda dessas famílias.

⁴ Projeto Rurbano do Instituto de Economia da UNICAMP, tratando das ocupações rurais entre os anos de 1992 a 1995.

Em outro estudo, Del Grossi e Graziano da Silva (2000) constataram também que, somando todas as rendas do trabalho das pessoas residentes em áreas rurais do país cobertas pela PNAD, a renda agrícola esteve estagnada no período de 1992 a 1997. “As rendas não-agrícolas, ao contrário, vêm crescendo sistematicamente. A participação da renda não-agrícola nos domicílios pluriativos era em torno de 35%, ao passo que a renda agrícola contribuía com pouco mais de 50% em 1997” (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000, p.89).

Hoffmann (1998), com base nos dados individuais das PNAD de 1992, 1993 e 1995, mostra que as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas tendem a ganhar mais do que aquelas com atividades agrícolas, ou seja, há uma diferença na ordem de 111,7% entre as médias geométricas dos rendimentos das pessoas ocupadas fora da agricultura (R\$ 265,40) e na agricultura (R\$ 125,30).⁵ Quando consideradas apenas as pessoas com domicílio rural, essa diferença é atenuada, mas prevalece. As pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas ganham 29% mais do que as ocupadas na agricultura (médias geométricas dos rendimentos de todos os trabalhos iguais a R\$ 147,80 e R\$ 114,60, respectivamente).⁶

A participação da renda não-agrícola no total de renda de um domicílio é bastante heterogênea, o que pode ser explicado pelas diferenças na natureza das atividades não-agrícolas que são adotadas pelas famílias pobres e ricas, pelos pequenos e grandes estabelecimentos agrícolas, mesmo numa mesma região (Kageyama e Hoffmann, 2000). As famílias pobres tendem a desempenhar trabalhos que não exigem qualificação especial, seja como assalariados agrícolas seja em serviços não-agrícolas de baixa remuneração, enquanto os mais ricos podem assumir tarefas que exigem mais qualificação e, portanto, com uma remuneração melhor.

Nesse sentido, o papel da educação, em especial nos países em desenvolvimento como o Brasil, tem sido importante na definição do tipo de ocupação não-agrícola das pessoas e para a expansão das atividades mais

⁵ Segundo o autor, essa diferença pode ser um pouco menor, pelo fato de a PNAD não incluir o valor da produção para o autoconsumo.

⁶ Conclusões semelhantes são vistas nos trabalhos de Botelho (1998) sobre o Distrito Federal e Cardoso (1998) sobre o Triângulo Mineiro.

produtivas e com oferta de empregos mais regulares no campo (Lanjouw, 1999). Alguns autores destacam, ainda, a influência da educação na substituição da agricultura por atividades não-agrícolas, dentro de empreendimentos agrícolas, e o efeito do desempenho educacional na obtenção de empregos mais bem remunerados fora dos empreendimentos familiares (Reardon, 1999). A capacidade de os membros do domicílio assumirem as atividades não-agrícolas é determinada, além da educação, pela renda e ativos disponíveis, acesso a crédito, entre outros.

A pluriatividade também pode ser importante no estudo da desigualdade de rendimentos no meio rural. Kageyama e Hoffman (2000) acreditam que a pluriatividade possa vir a ser um fator decisivo para a elevação da renda e a redução da pobreza no meio rural. Em parte isso se justifica pela influência da própria educação no acesso de outras atividades não-agrícolas melhor remuneradas. Também os domicílios rurais mais pobres e que sofrem com a escassez de terra para plantar, na maioria das vezes, têm maior necessidade de diversificar suas atividades ingressando no setor não-agrícola. Porém, sua capacidade de ascensão é inferior a das famílias mais ricas e com mais terra, por causa da maior escassez de alguns ativos importantes, tais como capital inicial e educação.

Kageyama e Hoffman (2000) estabeleceram alguns pontos de partida para o estudo empírico dos fatores condicionantes da renda das famílias agrícolas, que também servem para o estudo dos condicionantes da renda das pessoas residentes no meio rural brasileiro: a presença de atividades não-agrícolas deve ser um fator de elevação da renda média; a localização regional deve influenciar muito a possibilidade de se obter ganhos provenientes de atividades não-agrícolas; a origem da renda não-agrícola (indústria, turismo etc.) é um fator relevante na determinação do nível de renda; a educação é um importante determinante das possibilidades de se obter rendas não-agrícolas.

Por outro lado, Ney (2006) e Ney e Hoffmann (2009), ao estudarem a relação entre educação, atividades não-agrícolas e distribuição de renda no meio rural brasileiro, concluíram que as atividades não-agrícolas em vez de reduzirem a

desigualdade de renda contribuíram para aumentá-la.⁷ Segundo os autores, uma explicação encontrada na literatura para que o setor não-agrícola, em vez de contribuir para a redução da desigualdade de renda rural contribua para aumentá-la, é que as mesmas condições responsáveis pela concentração de renda na agricultura também tendem a afetar, com maior ou menor intensidade, a distribuição do rendimento não-agrícola.

Segundo Ney (2006), isso acontece não só na agricultura, mas também em outros setores não-agrícolas, porque as famílias mais pobres e que sofrem com a escassez de terra desenvolvem principalmente atividades que exigem pouca qualificação e baixo investimento, ao passo que os mais ricos têm uma possibilidade bem maior de ascender às ocupações mais produtivas e bem remuneradas.

Isso mostra que estudar e conhecer a dinâmica e a natureza dos tipos de atividades e ocupações, e também que a influência da escolaridade no meio rural, considerando as atividades agrícolas e não-agrícolas se faz necessário. Além disso, qualquer política de desenvolvimento rural, que por definição objetivar a melhoria nas condições de vida das pessoas e das famílias no meio rural deve considerar o conjunto dessas atividades agrícolas e as atividades não-agrícolas.

Uma das grandes diferenças do chamado ‘desenvolvimento rural’ dos países desenvolvidos para o Brasil é que, de certa forma, na Europa, por exemplo, a pluriatividade foi e continua sendo uma construção política com objetivos mais amplos, buscando incentivar a criação de novas atividades para as famílias no espaço rural, como a intensificação da própria pluriatividade, a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, entre outros (Nascimento, 2005), ao passo que no Brasil o último grande modelo de desenvolvimento para o campo foi a perversa modernização agrícola, especialmente para os pequenos produtores. E, o programa mais recente voltado para as famílias rurais, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996, privilegia as famílias agrícolas e, assim mesmo, exclui as famílias mais pobres.

⁷ A pesquisa foi feita para todas as regiões do Brasil utilizando os dados do Censo Demográfico 2000.

No caso do Brasil, a maioria das ocupações complementares das famílias rurais é de baixa qualificação, o turismo rural ainda é incipiente e a produção de bens públicos como paisagem e áreas de preservação ambiental é quase inexistente. A multifuncionalidade do rural brasileiro parece estar concentrada na pluriatividade com trabalhos não-agrícolas precários e, em pequena medida, como espaço de moradia para uma fração da elite urbana.

O aspecto marcante do rural não-agrícola brasileiro, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e a precariedade das ocupações não-agrícolas. Kageyama (2003) mostra que São Paulo, mesmo sendo o Estado mais rico da Federação, concentra a maior parte das ocupações no serviço doméstico remunerado e no trabalho de baixa qualificação na construção civil (pedreiro e ajudante). Só na faixa de maior renda (20% mais ricos), que reflete o grupo de maior escolaridade e melhores condições de vida, observa-se maior diversidade e melhor qualificação das ocupações, como gerentes, vendedores e escriturários, com menor peso do serviço doméstico e da construção civil.

Nascimento (2008), estudando os determinantes da pluriatividade nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, no período 1992-1999, constata que a pluriatividade cresce na região Nordeste e está associada à pobreza das famílias rurais, se constituindo em uma estratégia de sobrevivência dessas famílias, ao passo que na região Sul a pluriatividade no período analisado não cresceu, pelo contrário, reduziu entre as famílias rurais. O autor chama a atenção para o fato de que, na região Sul, o meio rural e seu entorno oferece melhores opções de emprego, em geral, nos setores e atividades não-agrícolas, por isso as famílias não-agrícolas crescem mais que as pluriativas.

2.4. Agricultura e atividades não-agrícolas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro

Para compreender a expansão das atividades não-agrícolas no meio rural fluminense faz-se necessário um breve histórico da situação atual da sua agricultura e estrutura fundiária.

O Estado do Rio de Janeiro foi afetado de modo intenso pelo processo de urbanização a partir dos anos 1940, resultando em uma concentração espacial e setorial da sua economia, se tornando um dos Estados mais urbanizados do país. Segundo os dados do IBGE, em 2000, mais de 96% da sua população residia em áreas urbanas, sendo que 76% estava concentrada na região metropolitana e apenas 3,3% residiam nas áreas rurais. Os dados desagregados na tabela 1 mostram ainda a diferenciação quanto ao crescimento nas diferentes regiões do Estado Fluminense. Observa-se que a região que mais cresce é a Baixada Litorânea, com uma taxa de 4,13% a.a. e a região com menor crescimento é o Noroeste Fluminense, com 0,96% a.a. Outra observação é a taxa de urbanização: a região mais urbanizada, como já mencionamos, é a Metropolitana (99,3%) e a menos urbanizada é o Noroeste Fluminense (79,2%).

Tabela 1 - Taxa de crescimento anual e grau de urbanização. Rio de Janeiro, 2000

Regiões	Crescimento	Urbanização
Estado	1,3	96,1
Metropolitana	1,17	99,3
Noroeste Fluminense	0,96	79,2
Norte Fluminense	1,49	85,1
Serrana	1,01	83,2
Baixadas Litorâneas	4,13	85,9
Médio Paraíba	1,38	93
Centro-Sul Fluminense	1,19	83,1
Baía da Ilha Grande	3,47	86,3

Fonte: Extraído do IBGE, Censo Demográfico de 2000.

Para efeitos de comparação, a região Noroeste Fluminense apresentou o mesmo grau de urbanização da região Sul do Brasil, puxada pelo Estado de Santa Catarina que foi também de 79%, segundo a mesma fonte (IBGE, 2000). Pode-se constatar que, apesar do alto grau de urbanização, o Estado Fluminense é bastante heterogêneo em suas regiões.

Analisando a estrutura agrária e agrícola, é possível perceber que a agricultura fluminense vem perdendo espaço ao longo dos anos. Em 2008, o setor primário representou a menor participação produtiva na composição do Produto Interno Bruto, PIB estadual, cerca de 3%. Por outro lado, a principal atividade econômica do Estado está ligada ao setor de serviços, comércio e a indústria. De

acordo com Silva (2008), a atividade agropecuária no Rio de Janeiro não é expressiva em produção nem em área cultivada, pois o processo de modernização e mecanização agrícola, no Rio de Janeiro, não ocorreu como nos demais Estados do país, e ainda ocorreu de forma diferenciada em suas regiões, como a região Serrana, onde a modernização aconteceu de forma mais expressiva.

Nesse sentido, apesar da reduzida participação da agropecuária no PIB fluminense, especialmente se comparado com outros Estados, não se pode negligenciar a idéia de que este setor não é importante para o Estado. Pelo contrário, existe no meio rural um número significativo de famílias e estabelecimentos agrícolas de suma importância para o Estado, quer do ponto de vista econômico, e, sobretudo, social, com a geração de emprego e renda.

A estrutura fundiária não é essencialmente baseada na grande propriedade e na grande produção, pelo contrário, a única atividade dessa natureza no Estado, a cana-de-açúcar é a que apresenta os menores rendimentos. No meio rural, predominam os pequenos estabelecimentos familiares, com área inferior a 10 ha, e poucos grandes estabelecimentos com área acima de 1000 ha. No entanto, há um pequeno número de estabelecimentos que concentra a metade da superfície agrícola do Estado.

Dados do último Censo Agropecuário (2006) mostram que os estabelecimentos agrícolas com área inferior a 10 ha representavam 59% do total do número dos estabelecimentos e apenas 5,5% da superfície agrícola; os que possuíam de 100 ha a menos de 1000 ha representavam 7% dos estabelecimentos e 50% da superfície; e, por sua vez, os acima de 1000 ha, 2,8% e 14%, respectivamente. Ainda segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, existiam 44.146 estabelecimentos definidos como agricultura familiar⁸, o

⁸ A agricultura familiar é definida pela Lei 11.326. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

que representava 75% do total dos estabelecimentos, que ocupavam uma área de 470.221 ha, ou seja, 23% da área total dos estabelecimentos agrícolas no Estado.

A atividade agropecuária, em função das características da estrutura fundiária e topografia, utiliza apenas 25% da área total do Estado do Rio de Janeiro. Dessa área, 27% é ocupada com a horticultura e floricultura, lavouras temporárias e permanentes e a produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal. Aproximadamente 70% da área total corresponde às pastagens plantadas, restando apenas 3% para florestas plantadas e nativas, pesca e outras atividades.

O Estado apresenta ainda uma diversidade climática que possibilita uma produção agrícola bastante diversificada, desde culturas tradicionais como a cana-de-açúcar, cereais (milho, feijão e arroz) e ainda pecuária de leite e pescado, até uma produção dinâmica em expansão como a olericultura, a fruticultura e a criação de pequenos animais (avicultura, suinocultura, entre outros).

A grande heterogeneidade das formas de produção está associada aos desequilíbrios regionais, por isso algumas regiões concentram uma produção mais dinâmica e tecnicamente modernizada como a Região Serrana; outras como o Noroeste Fluminense que combina ociosidade de terra com problemas de articulação na produção agrícola; o predomínio da pecuária extensiva no Vale do Paraíba; a região Norte Fluminense com a cana-de-açúcar e o petróleo; e, ainda, Baía de Ilha Grande, Baixada Litorânea e Fluminense com intensa especulação imobiliária e conflitos agrários.

Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 revelam que nesse período o uso de tratores e de insumos era relativamente baixo, bem como o uso de fertilizantes e pesticidas. Um estudo recente feito por Zampirolli (2009), com base nos Censos Agropecuários de 1970 à 1995/96, mostrou que durante esse período os melhores indicadores de modernização e índices brutos de desenvolvimento tecnológico estavam na região Serrana, em contrapartida, os piores estavam nas regiões do Vale do Paraíba e Centro-Sul Fluminense. E a análise dos dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006 mostrou ainda que a região da Baía de Ilha Grande tem a agricultura mais atrasada.

Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura não foi igualmente distribuído pelo Estado fluminense, refletindo a sua concentração nos pequenos e médios estabelecimentos e no setor olerícola, na região Serrana, enquanto a região da Baía da Ilha Grande, alvo de intensa especulação imobiliária, tem índices de modernização mais baixos.

Segundo Silva (2006), o potencial agrícola do Estado Fluminense não é utilizado e bem aproveitado como em outros Estados brasileiros. A idéia de que a agricultura fluminense é incipiente e desarticulada é reforçada pelo baixo grau de integração deste setor com os demais. A produção agrícola está voltada basicamente para o abastecimento do mercado de produtos *in natura* e as indústrias agroalimentares (bebidas, alimentos, entre outras) são abastecidas em grande parte por outros Estados brasileiros, e até mesmo por outros países.

Alguns autores como Teixeira (2000), atribuem essa desarticulação à atuação do setor público, que favoreceu a diversidade desarticulada da agricultura e também o esvaziamento do interior e a alta concentração da Metrópole. Por sua vez, os programas e linhas de crédito, em sua maioria, assim como em todo o Brasil, só beneficiaram os médios e grandes produtores.

Recentemente, a agropecuária fluminense vem apresentando sinais que potencializam a retomada de um certo dinamismo, destaque para a olericultura nas regiões Serrana, Centro-Sul e Noroeste; fruticultura, no Norte, Noroeste e baixada Litorânea e a criação de pequenos e médios animais, particularmente avicultura de corte e suinocultura, nas regiões Serrana, Centro-Sul e Médio Paraíba, em contrapartida da urbanização desorganizada e a falta de ordenação política.

Por outro lado, observa-se no meio rural fluminense, assim como em outros Estados brasileiros, a intensificação de atividades não-agrícolas, em contrapartida a redução do emprego agrícola. Contudo, como vimos acima, isso não deve ser atribuído somente à modernização agrícola. Outros fatores como a escassez de créditos e subsídios à pequena produção também contribuem para a retração dessas atividades. O PRONAF, de certa forma, vem dando fôlego a agricultura familiar, mas, por outro lado, os quesitos de acesso aos financiamentos deixam de fora muitas famílias pobres e de baixa renda.

Por outro lado, e em parte decorrente desse processo, está em curso uma enorme descapitalização dos agricultores, o que os obriga a buscar novos tipos de ocupações que geram níveis de rendimento capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

Esse fenômeno de crescimento das atividades não-agrícolas, como vimos anteriormente, tem feito com que muitas famílias passem a combinar atividades agrícolas e não-agrícolas como estratégia de ampliar a renda familiar, bem como da própria sobrevivência, uma vez que as atividades agrícolas não conseguem absorver parte da mão-de-obra da família.

Os estudos sobre a pluriatividade no Estado do Rio de Janeiro são relativamente recentes e de forma geral bem restritos. Em sua grande maioria são estudos de caso, que priorizaram a região Serrana e assentamentos rurais e se concentram na década de 1990. De forma bastante sucinta apresentaremos os principais trabalhos sobre o tema.

Castro (1995), estudando dois assentamentos da reforma agrária no Rio de Janeiro, observou que no assentamento mais próximo do centro urbano quase toda a família exercia atividades não-agrícolas complementares às culturas agrícolas do assentamento. Havia inclusive uma divisão interna nessas atividades quanto ao gênero: ao homem cabia o trabalho urbano e à mulher cabia a lavoura e os cuidados do lar. A autora constatou ainda que a trajetória urbano-rural desses assentados pautava-se na busca de uma vida mais tranquila, solução para moradia e menor custo de vida. Tal combinação de atividades (agrícolas e não-agrícolas) vinha causando uma série de complicações desses assentados junto aos órgãos financiadores, inclusive junto às lideranças do MST, Movimento Sem Terra, que viam as estratégias pluriativas como limitadores do sucesso do assentamento.

Teixeira (1996), ao estudar as regiões de Lumiar e São Pedro da Aldeia, em Nova Friburgo, considera que as condições internas e externas de inserção da agricultura familiar são de certa forma incentivo ao êxodo rural, mas também à pluriatividade. Os fatores internos seriam a dificuldade de manutenção financeira da família e a partilha por herança. Já os fatores externos compreendem desde a valorização das terras pela especulação imobiliária, em sua maioria ligada à

atividade de turismo, passando por gargalos na comercialização e os baixos preços dos produtos agrícolas, até a ausência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. A pluriatividade nessas regiões acontecia com os próprios agricultores, combinando atividades de comércio – bares, restaurantes e pousadas – e serviço - caseiro, pedreiro, ajudante de pedreiro, e serviços domésticos como lavadeiras e faxineiras – ou parte da família, como filhos e cônjuges.⁹ Em linhas gerais, a autora considerou a pluriatividade como uma alternativa à reprodução familiar, permitindo a preservação do patrimônio familiar e a manutenção da atividade agrícola.

Outro estudo foi realizado por Alentejano (1997) em dois assentamentos rurais: Fazenda da Conquista, localizado em Valença no sul do Estado, e Vitória da União, localizado em Paracambi, na Baixada Fluminense. O estudo analisa a problemática da reforma agrária e utiliza a noção de pluriatividade para avaliar o desempenho dos assentamentos rurais. O autor conclui que a pluriatividade de forma geral garante a obtenção de rendas que compensam a insuficiência de renda auferida na produção agrícola. Outra conclusão importante é quanto à participação das rendas proveniente de aposentadorias e pensões. O território fluminense encontra-se marcado por um intenso processo de urbanização, o que tem provocado profundas transformações sócioespaciais, dentre elas, ganham destaque as atividades associadas ao turismo rural. Constata-se a intensificação de hotéis fazenda, spas, pousadas e casas de segunda residência. Segundo Alentejano (1997), o que se verifica é um

“(...) processo de multiplicação da pluriatividade entre os pequenos agricultores fluminenses. Premiados pela crise, expostos cada vez mais a ruralização e pressionados pela valorização crescente de suas terras pela expansão do turismo, muitas famílias de pequenos agricultores da região transformam-se em pluriativas, combinando a renda obtida na própria propriedade com outras atividades desenvolvidas fora desta (principalmente ligados à prestação de serviços e ao turismo”. (Alentejano, 1997, p.19).

Já Ribeiro e Marafon (2000) estudaram a agricultura familiar nas diferentes regiões do Estado do Rio de Janeiro. Segundo os autores, a agricultura familiar tem como principal estratégia de sobrevivência a combinação de empregos agrícolas e não-agrícolas e destacam o papel que o turismo rural vem

⁹ *Apud* Alentejano (1997).

desempenhando nesse processo na região fluminense. A proliferação dessas atividades possibilitou aos produtores familiares a inserção em atividades não-agrícolas e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar. Porém, esse processo ocorre de forma bastante concentrada nas áreas dos eixos de urbanização e próximo à região metropolitana do Rio de Janeiro.

Nas áreas mais distantes, segundo os mesmos autores, os produtores familiares continuam na dependência da renda agrícola e enfrentando inúmeros problemas para a realização de suas atividades. Para os autores fica um questionamento que merece ser melhor estudado: até que ponto as atividades do turismo rural de um lado beneficiam os produtores familiares com a oferta de empregos não-agrícolas e, de outro, indica o surgimento de um mercado de trabalho frágil e de exploração dos produtores?

Outro eixo de urbanização estudado é o que ocorre no “topo da serra” e os principais representantes desse eixo são os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Nessa área ocorre uma intensa produção agrícola em bases familiar, centrado em pequenos estabelecimentos, na mão-de-obra-familiar e na baixa tecnificação da lavoura. Esses produtores, na grande maioria das vezes, ficam a mercê dos atravessadores, que controlam o processo de comercialização da produção, e acabam tendo uma baixa remuneração pela suas atividades agrícolas. Na complementação da renda familiar, se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas das cidades da região. Essa área também produz produtos, como orgânicos e hidropônicos, para um mercado consumidor restrito à zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

O território que engloba as regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribui com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da região Metropolitana do Rio de Janeiro, além da atividade cafeeira. Contudo, os produtores familiares também buscam sua complementação de renda nas indústrias da região, que concentram um grande número de empresas do setor metal-mecânico.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da região metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas. Esse quadro tem sido alterado com a presença da Petrobrás e seus *royalties*, que tem proporcionado empregos também para os agricultores dessas regiões. O estabelecimento de um roteiro turístico associado à atividade canavieira é incipiente e encontra resistência por parte dos proprietários das fazendas (Marafon, 2007).

Estudando o distrito de São Pedro da Serra em Nova Friburgo, Pereira (2009), ao tratar das atividades do turismo e da produção agrícola, evidencia que a atividade turística atribuiu novos usos a esse espaço, transformando, assim, a atividade agrícola. Na concepção da autora, as atividades não-agrícolas ligadas especialmente ao turismo vêm exercendo um papel de descaracterização das famílias agrícolas, desintegrando-as e liberando-as de suas atividades primeiras, em busca de melhores rendas.

Já o trabalho de Teixeira (2000)¹⁰, analisou as ocupações das pessoas e das famílias residentes no meio rural do Estado fluminense no período de 1992 a 1997. Foi constatado que as pessoas e as famílias rurais estão encontrando novas ocupações não-agrícolas como alternativa à diminuição do emprego agrícola. Isso faz com que o meio rural no Estado se torne cada vez menos agrícola, refletindo de certa forma o fenômeno nacional.

A autora constatou ainda a baixa competitividade dos produtores do Estado, que, em função de vários fatores (inexistência de crédito, condições geográficas desfavoráveis, baixa tecnificação, ausência de políticas), não tem conseguido se manter com a produção agropecuária. Os mesmos são levados a buscar diversas estratégias para sobreviver, entre elas, destacam-se:

- “A migração pendular ou temporária de alguns membros da família para trabalhos na cidade, sobretudo de caráter informal e que exigem baixo nível de qualificação, e escolaridade, tais como: serviços domésticos, pedreiros, ajudantes de pedreiros, forneiros em olarias, ambulantes, entre outros;

¹⁰ O trabalho fez parte do Projeto Urbano do Instituto de Economia da UNICAMP tratando o meio rural do Rio de Janeiro entre os anos de 1992 a 1995.

- A venda da propriedade para pessoas da cidade (neo-rurais) que passam a explorá-la de maneira tanto produtiva, com o cultivo de produtos orgânicos e criação de pequenos animais voltados para nichos de mercados, como não-produtiva, através do lazer e da exploração turística;
- A prestação de serviços para esses neo-rurais, como caseiros, jardineiros, empregadas domésticas, entre outras;
- A combinação da atividade agrícola com não-agrícola na própria localidade, em função do aumento do setor de serviços e infraestrutura no meio rural.” (Teixeira, 2000, p. 144)

No entanto, a autora chama a atenção para o fato de que mesmo o crescimento das atividades não-agrícolas sendo a dinâmica mais recente do meio rural brasileiro e fluminense, a agricultura ainda é responsável pela manutenção de uma parte considerável da população rural em termos regionais e nacionais. Em 1997, 75% das famílias eram exclusivamente agrícolas e pluriativas e, no Rio de Janeiro, esse percentual era de 47% (Teixeira, 2000)

Nesse sentido, os próximos capítulos estudam a pluriatividade no período recente e buscam compreender a participação das atividades não-agrícolas e a pluriatividade no meio rural do Estado do Rio de Janeiro.

3. METODOLOGIA

3.1. Informações sobre a base de dados

Com o objetivo de estudar as ocupações das pessoas no meio rural em atividades agrícolas e atividades não-agrícolas, utilizaremos os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD para o Estado do Rio de Janeiro. Como a coleta de informações realizadas pela pesquisa tem periodicidade anual, o uso dessa fonte de dados nos permitirá traçar um perfil recente das atividades e ocupações da população rural fluminense.

A escolha dessa base de dados de natureza demográfica também foi feita porque permitem a análise mais abrangente de todas as pessoas de uma região ou localidade, não ficando restrita nem às atividades agropecuárias e nem às atividades internas aos estabelecimentos rurais. Com os dados de pessoas é possível analisar os ramos de atividades, os rendimentos, os níveis de escolaridade, as posições na ocupação, entre muitas outras informações. Além disso, na literatura internacional é consenso que as melhores fontes para análise das ocupações não-agrícolas ou da pluriatividade no meio rural são as demográficas, e não os dados dos censos agropecuários, que se restringem aos estabelecimentos agrícolas.

As PNADs utilizadas serão as de 2004 a 2008, que utilizaram as mesmas definições e instrumentos de coleta e podem ser comparadas sem maiores problemas, principalmente nas variáveis relativas à ocupação, trabalho e renda. No entanto, apesar de os microdados permitirem uma grande desagregação das informações, sendo um sistema de pesquisas por amostra probabilística, inferir sobre a realidade a partir desses dados, implica, logicamente, trabalhar com níveis de significância estatística. Assim, é necessário um cuidado especial com os números muito pequenos. Botelho (1998) concluiu que é necessário pelo menos 6 observações da amostra original no quesito especificado para o dado ter significância. Analisando os dados do Distrito Federal, que possui uma das menores amostras das PNADs, o autor concluiu que para o DF o número mínimo de pessoas (6) multiplicado pelo fator de expansão da amostra (270) daria a estimativa mínima de 1.620 pessoas. No caso do Rio de Janeiro, como esse fator é de 488, obtém-se o mínimo de 2.928 pessoas. Isso significa que valores inferiores a esse número mínimo devem ser considerados nas análises com muito cuidado.

Nesse sentido, mesmo que o número encontrado no quesito não seja significativo, é possível que ele apresente uma tendência (de crescimento ou de queda) na sua evolução no período considerado (2004/08). O programa estatístico utilizado no processamento dos dados foi o SPSS 13.0 e todas as estimativas foram realizadas ponderando-se cada observação pelo respectivo fator de expansão ou peso fornecido pelo IBGE.

3.2. As variáveis utilizadas

Para se atingirem os objetivos deste capítulo, foram destacadas algumas variáveis das PNADs. São elas, pela ordem da entrevista: ocupação, atividade do empreendimento e, derivadas dessa, grupamentos de atividade, posição na ocupação, dupla atividade (principal e secundária), posição e categoria da ocupação e, derivadas dessa, renda na atividade principal e anos de estudo.

Com base no Manual de Entrevista da Pesquisa Básica da PNAD, por ocupação entende-se o cargo, função, profissão ou ofício que a pessoa exercia. Ela deve ser o mais detalhada possível evitando-se definições vagas e genéricas

como operador, mecânico de veículos, bancário etc.¹¹. Del Grossi (1997) ressalta que ocupação não deve ser confundida com a formação profissional, pois o que se procura é a função de fato exercida pela pessoa: “*Por exemplo, uma pessoa formada em economia deve ser registrada como gerente de vendas, se esta última for a ocupação que exercia no seu trabalho*”¹².

Quanto aos setores de atividades, a PNAD busca identificar a atividade principal do empreendimento em que a pessoa tinha trabalho na semana de referência. Vale ressaltar que esses setores não correspondem aos setores da economia primário, secundário e terciário. O termo setor utilizado neste trabalho é uma simplificação de “atividade do empreendimento” das PNADs. A caracterização da atividade desenvolvida no empreendimento em que a pessoa trabalhava é suficientemente específica para permitir sua identificação, evitando-se definições genéricas como *fábrica, indústria, comércio, empresa ou repartição pública*.

A partir da agregação das atividades, foram construídos treze grupamentos de atividades. Até a PNAD de 2001, os ramos serviços domésticos, alojamento e alimentação estavam incluídos em prestação de serviços, assim como a categoria reparação, que agora aparece junto com comércio. Os grupamentos de atividades são:

- Agrícola: agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura;
- Indústria de Transformação;
- Construção: construção civil
- Outras Atividades Industriais: extração de carvão mineral, petróleo, minerais metálicos e não-metálicos e serviços industriais de utilidade pública (eletricidade, água, gás);
- Comércio e Reparação: comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas, comércio a varejo de combustíveis. Comércio a varejo e por atacado e reparação de objetos pessoais e domésticos;

¹¹ A partir de 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD. (ver “*classificação de ocupações*” e “*classificação de atividades*” em *Conceituação das Características Investigadas*).

¹² Manual de Entrevista da Pesquisa Básica, PNAD (IBGE, 2008, p. 158).

- Alojamento e Alimentação;
- Transporte, Armazenagem e Comunicação;
- Educação, Saúde e Serviços Sociais: serviços comunitários, sociais, médicos, odontológicos, veterinários e de ensino;
- Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais: limpeza urbana, atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas;
- Serviços Domésticos;
- Administração Pública: administração pública federal, estadual ou municipal, defesa nacional e segurança pública;
- Outras atividades: serviços técnico-profissionais ligados a atividades produtivas; serviços de informática; pesquisa e desenvolvimento das ciências sociais e humanas; instituições de crédito, seguros, capitalização, comércio de imóveis e valores imobiliários, organizações internacionais e representações estrangeiras e outras atividades não compreendida nos demais ramos;
- Atividades mal definidas ou não declaradas.

Quanto às categorias de posição na ocupação definidas na PNAD, foram agrupadas aqui em seis categorias:

- Empregado: compreende empregado e trabalhador doméstico. Empregado é a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos; e trabalhador doméstico é a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Nesse trabalho esta categoria ainda foi sub-dividida em: empregados com carteira assinada, funcionários públicos e estatutários e os empregados sem carteira assinada.

- Conta própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;
- Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;
- Trabalhador não-remunerado: aqui foram reunidas as categorias trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar e outro trabalhador não-remunerado. O trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar é a pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que era: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador. Já a categoria outro trabalhador não-remunerado é a pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;
- Além dessas categorias ocupacionais, foram consideradas ainda os Trabalhadores na Produção para o Próprio Consumo e Trabalhadores na Construção para o Próprio Uso.

Quanto ao trabalho, o IBGE considera como trabalho em atividade econômica o exercício de: ocupação remunerada e ocupação sem remuneração. Para este estudo nos interessa as ocupações com renda positiva, ou seja, não consideraremos as ocupações sem remuneração. Portanto, no conceito de trabalho serão consideradas as ocupações que caracterizam-se nas condições de trabalho remunerado

Quanto às categorias de posição na ocupação definidas na PNAD, consideraremos aqui apenas as categorias com remuneração positiva, que são:

- Empregado: compreende empregado e trabalhador doméstico. Empregado é a pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma

remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos; e trabalhador doméstico é a pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Nesse trabalho esta categoria ainda foi sub-dividida em: empregados com carteira assinada, funcionários públicos e estatutários e os empregados sem carteira assinada;

- Conta própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado;
- Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outro sem carteira de trabalho assinada. A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais, municipais ou de autarquias). Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, também foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada e aparecem juntos com a categoria empregados com e sem carteira de trabalho assinada, respectivamente.

Como rendimento mensal de trabalho foi considerado:

- Para os empregados e trabalhadores domésticos - A remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de referência. A PNAD entende por remuneração bruta o rendimento ganho pelo empregado ou trabalhador doméstico sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto

de renda, faltas etc., e não incluindo o décimo terceiro salário (décimo quarto, décimo quinto etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia, alimentação, roupas, vales refeição, alimentação ou transporte etc.) não foi incluída no cômputo do rendimento de trabalho.

- Para os empregadores e conta própria - A retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de referência. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explorava um empreendimento como conta própria ou empregadora.

Outras situações também são consideradas pela PNAD, como: pessoa licenciada por instituto de previdência investigou-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.) no mês de referência. Pesquisou-se o rendimento em dinheiro e o valor, real ou estimado, dos produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio. Foram incluídos no grupo “sem rendimento de trabalho” os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas em benefícios (alimentação, roupas, medicamentos etc.) a guisa de rendimento de trabalho.

No caso específico das informações sobre renda, todos os valores dos rendimentos individuais das PNADs foram corrigidos para valores em Reais de setembro do ano de 2008, utilizando-se o INPC¹³. O programa utilizado no processamento dos dados foi o SPSS e todas as estimativas foram realizadas ponderando-se cada observação pelo respectivo fator de expansão ou peso fornecido pelo IBGE.

¹³ Setembro foi o mês em que houve a coleta dos dados da PNAD de 2008.

3.3 O domicílio como unidade de análise

Em consonância com a literatura internacional, vários autores brasileiros também defendem que a unidade de análise da pluriatividade deve ser a família, e não a unidade de produção. Especialmente na análise de uma categoria tão relevante no meio rural brasileiro, que é a agricultura familiar.

Nesse sentido, os dados demográficos são os utilizados para se estudar a pluriatividade. Especialmente a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD/IBGE), tem sido bastante utilizada nos trabalhos disponíveis sobre o tema, sobretudo pela periodicidade anual das informações.

No entanto, os dois conceitos (família e domicílio) têm algumas limitações: a família porque considera apenas a unidade nuclear, o que separa, em muitos casos, grupos que vivem sob um mesmo teto e que têm dependência econômica entre si; os domicílios porque, às vezes, juntam famílias nucleares economicamente independentes simplesmente porque não possuem uma entrada privativa para seus aposentos. O resultado é que num domicílio pode ser encontrado mais de uma família. Deste modo, tanto as famílias como os domicílios, da forma como são definidos pelo IBGE, não são conceitos inteiramente adequados para se avaliar a pluriatividade no meio rural brasileiro.

Del Grossi & Graziano da Silva (1998) construíram uma tipologia que separa as famílias por situação de domicílio e por posição na ocupação da pessoa de referência no domicílio. Para tanto, definiram como unidade de análise os domicílios particulares permanentes, excluindo-se dentre seus membros os pensionistas, as empregadas domésticas e os parentes destas. Deste modo, a unidade utilizada se aproxima do que poderia se chamar de família extensa, pois inclui, além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (mesmo que formem outro casal) e os agregados.

Os autores advertem que a exclusão desses membros do domicílio ocorre somente para a construção da unidade de análise com a qual vai se medir a pluriatividade das famílias, ou seja, na combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, principal ou secundárias. “Após a caracterização da “família extensa”, estes membros voltam à análise, já que muitas vezes a família só consegue ser

pluriativa com a ajuda da empregada doméstica nos afazeres do domicílio” (Del Grossi e Graziano da Silva, 2000, p.187).

É relevante considerar que as ocupações rurais não-agrícolas estão relacionadas à pluriatividade quando pelo menos um dos membros da família rural está ocupado na agricultura. Se todos os membros ocupados de uma família rural possuírem ocupações rurais exclusivamente agrícolas ou não-agrícolas, então não se pode falar em pluriatividade.

Nesse sentido, têm-se uma classificação das famílias no meio rural, qual seja, família agrícola, quando todos os membros estiverem ocupados em atividades agrícolas; famílias pluriativas, quando pelo menos um membro estiver ocupado em atividade não-agrícola e os demais em atividades agrícolas, e vice versa; e as famílias não-agrícolas, quando todos os membros estiverem ocupados em atividades não-agrícolas.

Portanto, escolher a unidade familiar ou o domicílio, como unidade de observação, e não o estabelecimento agrícola “revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações no meio rural brasileiro onde o aumento das atividades não-agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige um maior grau de complexidade da análise”. (Carneiro, 2000, p.131).

Como o percentual de domicílios no meio rural fluminense que abrigam mais de uma família é inferior a 0,02%, por esse motivo, neste estudo utilizaremos como unidade de análise o domicílio, que em última instância representa as famílias aí residentes.

Os domicílios foram classificados segundo o tipo de ocupação e foram considerados somente os domicílios particulares permanentes, excluindo os demais, como os domicílios improvisados e coletivos. São eles: domicílios agrícolas, domicílios pluriativos, domicílios não-agrícolas e domicílios desocupados.

Domicílio agrícola

Foi considerado como *domicílio agrícola* aquele onde todos os residentes economicamente ativos estavam ocupados em atividades agrícolas na semana de

referência da pesquisa, considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros.

Domicílio pluriativo

Foram definidos como *pluriativos* os domicílios em que pelo menos um dos residentes declarou exercer sua ocupação principal ou secundária em atividades não-agrícolas (indústria, comércio, serviços ou outro), na semana de referência da pesquisa. Note-se que a pluriatividade foi tratada como um atributo do domicílio, e não das pessoas individualmente.

Domicílio não-agrícola

Foi considerado como *domicílio não-agrícola* o domicílio particular permanente em que as pessoas do domicílio estavam ocupadas apenas em atividades não-agrícolas na semana de referência de pesquisa, considerando-se tanto as ocupações principais quanto as secundárias declaradas por seus membros.

Domicílio desocupado

Foi considerado como *domicílio desocupado* o domicílio particular permanente em que todas as pessoas residentes se declararam não-ocupadas na semana de referência da pesquisa.

No tratamento da renda foram considerados apenas os rendimentos positivos, ou seja, foram excluídos rendimentos iguais a zero. Na composição da renda domiciliar total, foram definidas as seguintes parcelas:

a) rendimento de todos os trabalhos (dado disponível diretamente na PNAD, como variável derivada);

b) rendimento do trabalho principal e secundário (dado disponível diretamente na PNAD, como variável derivada);

c) rendimento do trabalho agrícola: foram calculados os rendimentos do trabalho principal e secundário das pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Para o trabalho principal existe uma classificação na PNAD que permite identificar

a pessoa segundo o setor de atividade (“ramo de atividade no trabalho principal”); para os trabalhos secundários foi usada uma variável que fornece a atividade principal do empreendimento em que a pessoa tem o trabalho secundário, identificando-se 32 tipos de atividades que podiam ser consideradas “agrícolas”;

d) rendimento de trabalho não-agrícola: foi adotado o mesmo procedimento do anterior, considerando-se as atividades não-agrícolas;

e) rendas previdenciárias: rendimentos de aposentadorias, pensões e abonos;

f) rendimento de outras fontes: aluguel, juros, doações;

Para avaliar a mudança no bem-estar dos domicílios rurais foi calculado um índice utilizando a mesma metodologia de Kageyama (2003) e Kageyama e Hoffmann (2000). Esse índice combina dez variáveis binárias e pode variar entre 0 e 1. Quanto mais próximo de um, melhores as condições de infra-estrutura domiciliar. A média desse índice em 2008, por exemplo, foi 0,857, indicando que os domicílios rurais totais possuem mais de 85% das condições de vida que entram na sua composição. O INIVI (índice de nível de vida) foi assim definido:

$$\text{INIVI} = (V1+V2+V3+V4+V5+V6+V7+V8+V9+V10) / 10$$

Sendo,

V1 = domicílio próprio: valor 1 se o domicílio é próprio (já pago ou ainda pagando) e valor zero se for alugado, cedido ou outra condição;

V2 = parede: valor 1 se o domicílio tem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

V3 = telhado: valor 1 se o domicílio tem telhado de telha, laje de concreto ou madeira aparelhada e valor zero se for outro material;

V4 = densidade de moradores: valor 1 se o número de pessoas residentes por cômodo for menor ou igual a 2 e valor zero se for maior que 2;

V5 = água encanada: sim = 1; não = 0;

V6 = instalação sanitária: valor 1 se o domicílio tiver ligação a rede geral ou fossa séptica e zero em caso contrário;

V7 = energia elétrica: possui (qualquer fonte) = 1; não possui = 0;

V8 = geladeira ou freezer: sim para qualquer um dos dois = 1; nenhum = 0;

V9 = TV: sim = 1; não = 0;

V10 = telefone: sim = 1; não = 0.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados e as discussões apresentados neste capítulo está dividido em três seções. A primeira seção analisa as características das principais atividades e ocupações não-agrícolas das pessoas no meio rural fluminense e as possíveis dinâmicas que explicam seu crescimento. O objetivo é conhecer o mercado de trabalho e suas dinâmicas e como ele tem absorvido a população rural.

Na segunda seção é feito um estudo comparativo entre as pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas analisando a posição das ocupações, a escolaridade e a renda. O objetivo é verificar a relação direta dessas variáveis, ou seja, a escolaridade, e a posição na ocupação e determinação da renda.

Na terceira seção, finalmente, analisa-se a pluriatividade nos domicílios rurais fluminenses. Buscou-se comparar os diferentes tipos de domicílios (agrícola, pluriativo, não-agrícola e desocupado), procurando identificar a participação dos domicílios pluriativos, bem como a sua evolução no período analisado. Outro objetivo foi analisar os domicílios comparando-os quanto à

escolaridade, à qualidade nas condições de vida e à renda, além de identificar os estratos de renda onde se concentra a pluriatividade.

4.1. As dinâmicas das ocupações das pessoas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro

Nas últimas décadas, como vimos, as atividades não-agrícolas estão cada vez mais presentes no meio rural dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e esse fenômeno não é diferente no meio rural do Estado do Rio de Janeiro. As famílias agrícolas por diversos motivos acabam diversificando suas atividades como estratégia de sobrevivência ou até mesmo motivadas pela dinâmica do mercado de trabalho local. Diversos estudos de caso sobre o meio rural fluminense (Castro, 1995; Teixeira, 1996; Alentejano, 1997; Ribeiro e Marafon, 2000; entre outros) têm constatado a presença da pluriatividade, combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, por uma mesma família ou domicílio.

Na literatura é consenso que para entender a pluriatividade nas famílias ou domicílios, o ponto de partida são as pessoas. Por isso identificar suas ocupações é fundamental para identificar as dinâmicas do mercado de trabalho local. Nesse sentido, este capítulo tem dois objetivos principais. O primeiro é identificar e analisar as principais atividades não-agrícolas no meio rural fluminense e, o segundo, estudar as dinâmicas que têm promovido o avanço dessas atividades no meio rural. Serão analisados os seguintes temas: as principais atividades e ocupações não-agrícolas; as posições nas ocupações; emprego formal e informal e, por fim, as pessoas com dupla atividade fluminense.

4.1.1. Atividades e ocupações das pessoas no meio rural fluminense

A tabela 2 traz informações sobre a população no Brasil, na região Sudeste e no Estado do Rio de Janeiro no período de 2004-2008. Observa-se que a população total e urbana cresce no período analisado em todas as regiões consideradas. Por sua vez, a população rural apresenta taxa de crescimento negativa para o país (0,1% a.a) e positiva na região Sudeste (0,7% a.a.). Chama-

nos atenção o fato de que para o Estado do Rio de Janeiro essa população também apresentou taxa positiva e superior à região Sudeste (2,2% a.a.).

Tabela 2 - Evolução das pessoas residentes, por situação de domicílio. Brasil, Sudeste e Rio de Janeiro, 2004-2008.

Unidade Geográfica	2004	2005	2006	2007	2008	Tx. de Cresc. (%a.a) 2004/2008
Brasil						
Total	182.060	184.389	187.228	189.820	189.953	1,1
Urbano	151.124	152.711	155.934	158.453	159.095	1,3
Rural	30.936	31.677	31.294	31.368	30.858	-0,1
Sudeste						
Total	77.577	78.557	79.753	80.845	79.800	0,7
Urbano	71.417	72.136	73.411	74.405	73.471	0,7
Rural	6.160	6.422	6.342	6.440	6.329	0,7
Rio de Janeiro						
Total	15.237	15.397	15.593	15.772	15.685	0,7
Urbano	14.765	14.871	15.106	15.248	15.170	0,7
Rural	472	526	488	524	514	2,2

Fonte: Elaboração do autor.

A população rural no Estado fluminense não só cresceu no período considerado, mas foi superior a população urbana fluminense (0,7% a.a), e também do Sudeste (0,7% a.a) e do Brasil (0,7% a.a). Esse comportamento da população rural fluminense supera a tendência de crescimento da década passada que foi de -0,5% a.a (Teixeira, 2000).

A tabela 3 mostra o comportamento da população com 10 anos ou mais de idade, (10+), ou seja, a população em idade ativa, a população economicamente ativa e não economicamente ativa para o Estado do Rio de Janeiro. Pode-se observar que no meio rural a população rural de 10+ também vem crescendo ao longo de todo o período considerado (3,4% a.a) e esse crescimento também é superior à mesma população urbana, que cresceu 1,3% a.a. Essa população, na semana de referência da pesquisa, apresentou taxas de crescimento superiores também às taxas de crescimento populacional para o total do Estado, que foi de 1,2% a.a. Essa constatação revela que o meio rural fluminense vem ganhando certo dinamismo populacional bem diferente daquele apresentado nas décadas de 1980 e 1990, que decresceu a uma taxa de 2,0% e 2,1% a.a., respectivamente (Teixeira, 2000, p. 126).

Tabela 3 - Evolução das pessoas por situação do domicílio.
Rio de Janeiro, 2004-2008.

População	2004	2005	2006	2007	2008	Tx. de Cresc. (% aa) 2004/2008
Total						
Residente	15.237	15.397	15.593	15.772	15.685	0,7
De 10+ anos	13.082	13.244	13.560	13.696	13.737	1,2
Econ. Ativas	7.464	7.618	7.796	7.794	7.903	1,4
Não Econ. Ativas	5.563	5.624	5.764	5.902	5.835	1,2
Urbano						
Residente	14.765	14.871	15.106	15.248	15.170	0,7
De 10+ anos	12.638	12.822	13.150	13.249	13.292	1,3
Econ. Ativas	7.223	7.367	7.546	7.520	7.649	1,4
Não Econ. Ativas	5.414	5.453	5.604	5.729	5.643	1,0
Rural						
Residente	472	526	488	524	514	2,2
De 10+ anos	390	422	410	447	445	3,4
Econ. Ativas	241	250	250	274	253	1,2
Não Econ. Ativas	149	171	160	173	192	6,5

Fonte: Elaboração do autor.

Esse comportamento da população de 10 anos ou mais pode ser explicado em parte pelo crescimento da população residente nas áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro. Comparativamente às populações residentes total e urbana, cresceram à mesma taxa de 0,7% a.a., ao passo que a população rural cresceu a uma taxa de 2,2% a.a., consideravelmente superior às duas populações residentes citadas (tabela 3).

As pessoas economicamente ativas apresentaram crescimento positivo em todo o Estado Fluminense, a taxa foi a mesma quando considerada a população total e urbana, 1,4% a.a. Já a PEA rural apresentou crescimento também no mesmo período com uma taxa de 1,2% a.a.. Esse resultado também contraria o comportamento da PEA rural em queda nas décadas de 1980 e 1990, 1,3% e 0% a.a., respectivamente (Teixeira, 2000).

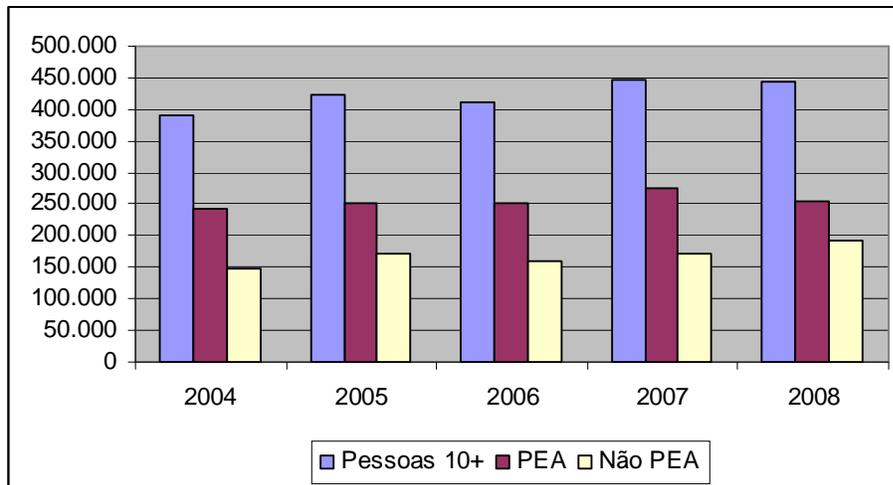


Figura 1 - Evolução das pessoas no meio rural. Rio de Janeiro, 2004-2008

Para o conjunto da PEA rural ocupada no Estado (tabela 4), é possível observar o mesmo comportamento de crescimento no período de 2004-08, com taxas significativas aos níveis considerados (1,4% a.a.). Isso demonstra uma recuperação da geração de ocupações no meio rural fluminense, o que também explica o aumento da população em idade ativa em busca de trabalho na região.

Várias pesquisas feitas na década de 1990 em diferentes Estados brasileiros demonstraram a importância das atividades não-agrícolas como fonte de ocupação no meio rural (Sousa, 1998; Del Grossi, 1995; Mattei, 1999; Botelho, 1998). O estudo de Teixeira (2000) constatou que no Estado do Rio de Janeiro isso também aconteceu e que desde 1993 o setor não-agrícolo supera o setor agrícola em número de pessoas ocupadas. Essa superação também continua no período recente como pode ser observado na tabela 1.3.

A PEA não-agrícola apresentou um crescimento bastante considerável no período analisado, com taxa de 1,7% a.a, enquanto a PEA agrícola cresceu 0,8% a.a. (tabela 4 e figura 2). Em termos comparativos, as atividades não-agrícolas eram responsáveis por cerca de 50% da PEA ocupada no meio rural fluminense em 1997, em 2008 essa participação já é de aproximadamente 68%. Já as atividades agrícolas, em 1997, representavam 38% da PEA ocupada, em 2008 diminuiu para 32% (Teixeira, 2000).

Os não-ocupados, pessoas que na semana da pesquisa estavam procurando emprego, chegaram a representar 10% da PEA total em 1997, sendo que em 2008 esse percentual foi reduzido para 5%. Apesar da queda, a taxa de crescimento anual foi negativa no período de 2004 a 2008 de 1,8% a.a.

Uma constatação bastante significativa é o crescimento da população não-economicamente ativa no meio rural (tabela 4 e figura 1). Esta população compreende as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem como desocupadas nesse período. Nesse grupo estão os aposentados e pensionistas e outros. O aumento significativo foi do grupo dos aposentados e pensionistas, de 8,9% a.a., que representaram em 2008 quase 20% das pessoas com 10 anos ou mais. Esse crescimento vem ocorrendo desde 1992, quando os benefícios previdenciários foram estendidos às áreas rurais, com a regulamentação da Previdência Social (Del Grossi, 1999).

Observa-se uma tendência crescente também da participação das demais pessoas designadas como “outros não-economicamente ativos” no período analisado de 5,1% ao ano. Nessa categoria se incluem as pessoas de 10 anos ou mais, mas que não fazem parte das classificações anteriores, como pessoas com outras fontes de rendas – caso de estudantes. Embora seja difícil qualificar este segmento de pessoas, é possível que o mesmo seja composto também por pessoas idosas que vivem no meio rural e que dependem de ajuda de parentes e/ou de membros familiares.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+), segundo o ramo de atividade, no meio rural do Estado do Rio de Janeiro, 2004-2008

Estatísticas	2004	2005	2006	2007	2008	Tx cresc. (% a.a) 2004/2008
Pessoas de 10+	390.149	421.837	410.176	447.329	444.977	3,3
PEA	241.445	250.461	250.297	274.377	253.073	1,2
Ocupada	225.892	232.743	230.240	247.997	238.624	1,4
Agrícola	74.773	88.801	78.481	85.216	77.207	0,8
Não-Agrícola	149.572	142.142	150.863	160.557	161.417	1,7
Não-Ocupada						
Procurando Emprego	15.553	17.718	20.057	26.380	14.449	-1,8
Não Economicamente Ativas						
Aposentados e/ou Pension.	56.012	66.756	71.759	72.870	78.778	8,9
Outros não econ. Ativos	92.692	104.620	88.120	100.082	113.126	5,1

Fonte: Elaboração do autor.

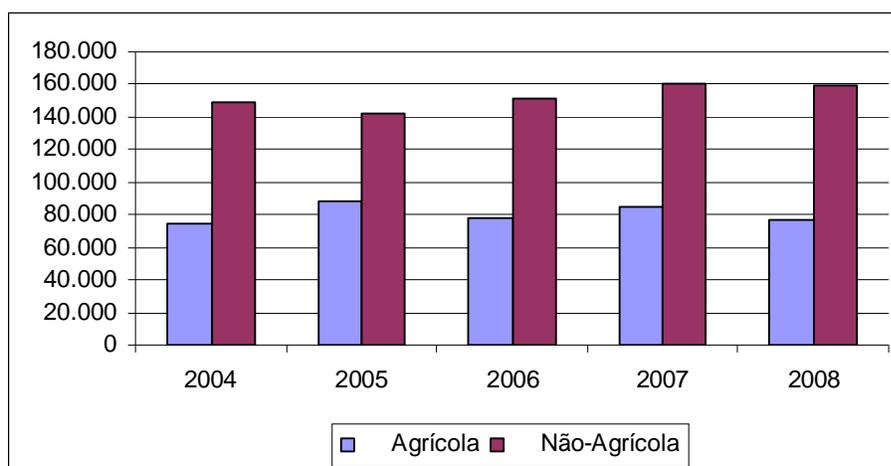


Figura 2 – Evolução da PEA ocupada nas atividades agrícolas e não-agrícolas. Rio de Janeiro, 2004-2008

Essa recuperação do emprego rural é bastante significativa no período recente. Isso porque nas décadas anteriores o Brasil foi alvo de grande desemprego, especialmente provocado pelas políticas macroeconômicas de controle da inflação e, conseqüentemente, de ajustes fiscais. E os reflexos foram sentidos também na política agrícola. Nas décadas de 1950 e 60, em que ocorreu mais intensamente a modernização agrícola, a agricultura brasileira foi marcada por créditos abundantes e baratos, já nas seguintes, o corte nos gastos e as dívidas do Governo fez com que a política agrícola perdesse espaço.

Em contrapartida, desde o Plano Real, com o controle da inflação o país tem retomado o planejamento, novos investimentos e de certa maneira algumas ações tem sido tomadas no plano rural, precisamente agrícola. Um plano de grande êxito, mas também com certas limitações, tem sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, PRONAF.

O PRONAF foi criado em 1995 e surgiu numa época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. Após 10 anos de execução, o programa se estendeu de forma considerável por todo o território nacional, ampliou o montante financiado, desenvolveu programas especiais para atender diversas categorias, assumiu a assistência técnica e reforçou a

infraestrutura tanto dos próprios agricultores como dos municípios em que se encontra. Sem entrar no mérito de sua eficiência e críticas ao seu modelo de execução e abrangência, a atividade agrícola ganhou fôlego desde então. No entanto, vimos com os dados recentes que de longe a agricultura recuperou sua participação no meio rural fluminense, e isso também tem sido a realidade brasileira.

Nesse sentido, as próximas subseções buscam identificar as principais atividades, ocupações e posições do trabalhador rural fluminense.

4.1.2. Os grupamentos de atividade do trabalho principal

A Tabela 5 apresenta o número de pessoas nas principais atividades agrícolas no Estado fluminense. A cultura de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura, especialmente na região Serrana, foi a atividade que mais empregou em 2004, 26% das pessoas na agricultura, seguida pela criação de bovinos, com 19% das ocupações. Em 2008, a criação de bovinos, com 38%, passa a ocupar o primeiro lugar nas ocupações e a horticultura ficou em segundo, com 23%. Na análise do período 2004-2008, a criação de bovinos, concentrada em grande parte nas regiões do Vale do Paraíba, Noroeste e Centro-Sul Fluminense, apresentou uma taxa bastante significativa de 18% ao ano, enquanto a horticultura apresentou uma diminuição de 0,2% ao ano. Nos dados do Censo Agropecuário de 2006, mais de 15 mil estabelecimentos se ocupavam da horticultura e 29 mil estabelecimentos da criação de bovinos, especialmente para produção de leite.

Já a criação de ovinos, de aves e a pesca eram atividades que não tinham participação significativa nas ocupações em 2004 (1%), mas que no período 2004-2008 apresentaram taxas de crescimento relevantes de 68%, 34% e 84% ao ano, respectivamente, passando a ter em 2008 uma participação de 5%, 4% e 10% das ocupações, respectivamente.

Tabela 5 - Pessoas ocupadas nas principais atividades agrícolas no meio rural.
Rio de Janeiro, 2004-2008

Atividades	2004	2004	2005	2006	2007	2008	2008	Tx. de cresc. (% a.a.)	
Agrícolas	%								%
Total	74.773		88.801	78.481	85.216	77.207		0,8	
Cana-de-açúcar	895	0,01	2.700	2.689	4.444	489	0,01	-14	
Horticultura	19.701	26	19.530	19.714	21.935	18.063	23	-2	
Frutas Cítricas	1.953	0,03	3.140	1.273	642	636	0,01	-24	
Bovinos	14.530	19	24.931	25.023	15.956	28.271	37	18	
Outros animais de grande porte	3.135	0,04	3.601	1.532	890	2.440	0,03	-6	
Ovinos	448	0,01	900	5.567	2.669	3.564	0,05	68	
Suínos	3.785	0,05	1.801	636	13.983	1.465	0,02	-21	
Aves	896	0,01	8.187	3.702	9.089	2.928	0,04	34	
Animais mal especificados	12.049	16	8.101	2.688	444	976	0,01	-47	
Pesca e serviços relacionados	651	0,01	4.669	3.629	3.655	7.488	10	84	
Subtotal	58.043		77.560	66.453	73.707	66.320			
Participação %	78		87	85	86	86			

Fonte: Elaboração do autor.

A Tabela 6 apresenta o número de pessoas para os principais grupamentos de atividades não-agrícolas no Estado fluminense. Os dados mostram que a maioria das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural se concentrou em todo o período 2004/2008 nos ramos dos serviços domésticos, que chegou a empregar quase 35 mil pessoas em 2004, seguido pela construção civil, comércio e reparação, indústria de transformação, educação, saúde e serviços. Juntos, esses ramos respondem aproximadamente por 75% das ocupações não-agrícolas do Estado.

Os ramos de administração pública, construção civil, alojamento e alimentação e dos transportes, armazenagem e comunicações também apresentaram taxas de crescimento significativas. Em grande medida, isto indica, segundo Graziano e Del Grossi (2000), a presença de novas dinâmicas nas áreas rurais, demandando uma série serviços de lazer, turismo e infra-estrutura, antes exclusiva das áreas urbanas. Mas, ao mesmo tempo, pode significar também o atendimento de reivindicações das comunidades rurais, principalmente no que diz respeito aos ramos de atividades sociais e infra-estrutura.

A indústria de transformação apresentou um comportamento bastante oscilante nos anos considerados na série. Certa estabilidade nos dois primeiros anos, crescimento em 2007 e queda em 2008 de 15,9%. A construção civil

também apresentou um comportamento bastante heterogêneo ao longo dos períodos considerados, apresentando uma taxa de crescimento negativa 1,3%. No entanto, esse ramo não perdeu participação no total das ocupações rurais não-agrícolas, correspondendo a 15%. O comportamento oscilante pode ser explicado pela expansão ao meio rural de uma rede de serviços públicos, principalmente nas áreas de saúde e de educação, as quais demandam a construção de várias obras. Outra explicação que vem corroborar a anterior diz respeito às atividades de construção na área de infra-estrutura turística, uma vez que o próprio setor de alojamento e alimentação apresentou crescimento positivo no período.

Tabela 6 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) no meio rural, segundo os grupamentos de atividades. Rio de Janeiro, 2004-2008

Atividades						Tx. Cresc. (% a.a.)
Não-Agrícolas	2004	2005	2006	2007	2008	2004/2008
Total	149.572	142.142	150.863	160.557	161.417	1,7
Ind. De Transformação	16.531	16.914	18.746	19.858	16.703	0,3
Outras ativ. Industriais	448	1.800	4.750	2.224	3.225	63,8
Construção Civil	23.652	16.191	19.574	24.356	22.413	-1,3
Comércio e Reparação	24.918	22.942	21.107	28.063	31.638	6,2
Alojamento e Alimentação	7.125	7.828	6.463	9.778	10.254	9,5
Transp., Arm. e Comunic.	8.261	6.028	6.390	5.486	10.207	5,4
Educ., Saúde e Serv.						
Sociais	12.294	16.275	15.846	12.106	16.998	8,4
Outr. Serv.Colet.Soc						
Pess.	9.362	6.480	5.118	5.532	6.941	-7,2
Serviços Domésticos	34.727	34.276	34.639	33.737	24.918	-8,0
Administração Pública	7.123	7.378	6.910	9.731	9.186	6,6
Outras atividades	5.131	6.030	11.320	9.686	7.321	14,3

Fonte: Elaboração do autor.

Como dito anteriormente, o grupamento Alojamento e Alimentação apresentou uma taxa de 9,5% a.a, bastante significativa no período de 2004-2008. Esse ramo inclui desde alojamentos para estudantes (repúblicas) até alojamentos turísticos, como hotéis, hotel-fazenda, pousadas, além de estabelecimentos como bares, lanchonetes, restaurantes, até serviços de alimentação dentro das empresas. O turismo rural, mesmo incipiente, vem criando nos espaços rurais oportunidades de trabalho em restaurantes, pousadas, entre outros.

Marafon *et al.* (2005) constataram no território fluminense a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização. Segundo os autores, há um deslocamento da região Metropolitana em direção a região da Bahia de Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, no qual se destacam as atividades de turismo de praia, histórico e ecológico. Esta região concentra em seu território grandes reservas de Mata Atlântica, inúmeras ilhas (entre elas a Ilha Grande) e cidades históricas como Paraty e Angra dos Reis. Grande parte do território integra áreas de proteção ambiental, o que impossibilita a prática de atividades agrícolas. A intensa ocupação por grandes hotéis de luxo e *resorts* e condomínios fechados tem provocado uma intensa especulação imobiliária e expulsado os produtores familiares de suas terras.

O mesmo vem ocorrendo também na Região Serrana segundo Rua (2002), onde é grande a presença de inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência, hotéis-fazenda, pousadas, *spas*, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Essa região também se destaca pela produção de hortigranjeiros e flores, em pequenos estabelecimentos com base na mão-de-obra familiar. Na complementação da renda familiar, muitas famílias se inserem no mercado de trabalho não-agrícola, exercendo atividades de jardineiros, caseiros, domésticos, ou trabalhando em empresas sediadas nos municípios da região.

A tabela 6 mostra ainda o expressivo crescimento do grupamento da administração pública de 6,64% a.a. Em parte, esse comportamento pode estar associado às explicações anteriores, como o aumento do setor de educação e outros, uma vez que é o setor da administração municipal que cresce neste ramo, conforme veremos na seção seguinte. Porém, não se deve desconsiderar também as tradicionais políticas de “empreguismo” e “clientelismo” que ainda são implementadas pelos organismos públicos municipais, as quais exercem muita influência sobre as populações rurais.

Quanto ao ramo de transportes e de comunicações, verifica-se um comportamento distinto nos anos analisados. Entre 2004 e 2008, houve um acréscimo significativo de 5,4% ao ano das pessoas ocupadas nesse ramo de

atividade. Se considerarmos o ano de 2008, a taxa de crescimento em relação ao ano anterior apresentou crescimento bastante significativo, 86,1%, ao nível considerado, o que revela uma tendência de aumento da participação do mesmo no conjunto das ocupações. Em parte, essa tendência pode ser creditada ao processo de expansão às áreas rurais de uma rede de serviços de infra-estrutura, especialmente de comunicação, a qual visa melhorar as condições de vida das populações dessas localidades.

Além disso, no caso específico do setor de transportes, nota-se um aumento da demanda de transporte de pessoas e de produtos “in natura” e/ou processados da área rural especialmente para a região metropolitana. Aqui se destaca a região Serrana com a produção de hortigranjeiros e flores, que abastecem especialmente a região Metropolitana e também produtos orgânicos e hidropônicos direcionados a mercados restritos, como à zona sul da cidade do Rio de Janeiro (Marafon e Ribeiro, 2005).

Nos serviços domésticos, por sua vez, a população ocupada apresentou certa estabilidade no período de 2004 a 2007, mas sua taxa de crescimento foi bastante alterada na série analisada por causa da considerável queda no ano de 2008. Além disso, o setor que representava aproximadamente 23% do total do emprego agrícola perdeu participação em 2008, ficando com 15% e deixando de ocupar, em termos absolutos, o primeiro lugar na geração do emprego não-agrícola. No entanto, continua sendo grande empregador e a grande surpresa é o caráter urbano dessa atividade que agora faz parte da realidade rural, muito embora seja preciso considerar que nas regiões rurais próximas aos grandes centros também é grande o número de pessoas que se deslocam do meio rural para trabalhar em casas e estabelecimentos.

Já o grupamento de outras atividades também apresentou crescimento de 14,3% a.a. no período, devido principalmente à participação dos serviços auxiliares às atividades produtivas, desde limpeza, vigilância, assessoria jurídica, técnica, de gestão empresarial até agenciamento e locação de mão-de-obra, entre outros, que cresceu no mesmo período a uma taxa de 34,5% a.a.

4.1.3. Os principais setores das atividades não-agrícolas

Aqui vale destacar que o antigo ramo de prestação de serviços foi desmembrado nas PNADs e foi dividido em Comércio e Reparação, Alojamento e Alimentação, Serviços Domésticos, Educação, Saúde e Serviços Sociais, além de Outros Serviços Coletivos, Pessoais e Sociais. Também dentro do grupamento Serviços Domésticos, podemos encontrar ainda diferentes profissões que vão desde a copeira, cozinheira, diarista, lavadeira até o criado. Essa classificação explica porque os valores do item “serviços domésticos” da tabela 7 são inferiores aos valores do item “emprego doméstico” da tabela 8.

Tabela 7 - Principais setores de atividades não-agrícolas das pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) no meio rural. Rio de Janeiro, 2004-2008

Atividades do Empreendimento	2004	2005	2006	2007	2008	Tx. de Cresc. (% aa) 2004/2008
Serviço Doméstico	34.727	34.276	34.639	33.737	24.918	-8,0
Construção	23.652	16.191	19.574	24.356	22.413	-1,3
Estab. Ensino público	7.368	6.206	6.838	2.422	11.820	12,5
Comércio de alimentos	6.474	6.301	6.911	7.952	5.858	-2,5
Indústria de alimentos	4.950	4.032	4.001	1.953	2.688	-14,2
Outras Ind. de transform.	8.446	9.826	9.629	13.707	9.325	2,5
Restaurantes	7.125	7.828	6.463	9.778	10.254	9,5
Alfaiataria	2.687	1.528	4.220	3.555	3.714	8,4
Administração municipal	5.576	6.478	6.465	7.954	7.426	7,4
Comércio ambulante	1.547	4.856	1.533	3.113	2.738	15,3
Indústria de madeiras	448	1.528	896	643	976	21,5
Transporte de cargas	1.342	2.700	1.345	1.532	4.542	35,6
Assist. técnica – veículos	2.891	1.800	2.688	1.788	5.176	15,7
Sub-total	107.233	103.550	105.202	112.490	111.848	1,1
Total	149.572	142.142	150.863	160.557	159.804	1,7

Fonte: Elaboração do autor.

Pelos critérios de definição do IBGE, trabalhador doméstico é toda a pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou em benefícios. Os dados da tabela 7 mostram uma elevada participação deste setor ocupacional, que embora tenha apresentado queda em 2008, não perdeu sua liderança. Vale destacar que até bem pouco tempo era praticamente inexistente esse tipo de exercício profissional no meio rural, uma ocupação tipicamente urbana. No que diz respeito à sua evolução, o setor doméstico apresentou uma certa estabilidade de 2004 a 2007, no entanto, em 2008 sofreu uma redução de quase 10 mil ocupações. O período de 2004 a 2008 teve uma taxa negativa de 8% ao ano.

Já o setor de alfaiataria, entre 2004 e 2008 apresentou taxa de crescimento significativa da ordem 8,4% ao ano. Isso significa que esse é um setor com grande potencial de ocupação para as ocupações rurais não-agrícolas e isso se explica pela presença de algumas empresas da indústria têxtil e de vestuário, especialmente confecção de artigos de vestuário e acessórios e também sob medida. As regiões Serrana e Baixada Litorânea, além da Metrópole, se destacam com um tradicional e significativo pólo industrial de moda íntima e de praia.

Outro setor que se destaca são os restaurantes que apresentaram crescimento significativo no período de 2004 a 2008, de 9,5% a.a., especialmente nos dois últimos anos da série. Esse comportamento pode ser explicado através das novas funções desempenhadas pelo “espaço rural”. Assim, o setor de restaurantes está acoplado a um conjunto de atividades de lazer, turismo e de proteção ambiental, que se expandem no interior do Estado. Um exemplo disso são os hotéis-fazendas e algumas antigas propriedades agrícolas nas regiões do Vale do Paraíba, Norte e Noroeste Fluminense se transformando em importantes fontes geradoras de rendas a partir de atividades desvinculadas, em sua maioria, das atividades puramente agrícolas.

Quanto ao setor da administração municipal, verifica-se uma tendência de crescimento positiva no período. Como já comentamos anteriormente, isso se deve ao processo de expansão dos serviços públicos para as áreas rurais. Com isso, novos serviços são demandados junto ao poder municipal, principalmente na área de infra-estrutura e de atendimento às comunidades.

O setor de estabelecimentos de ensino público também apresenta duas fases de comportamento distintas. No primeiro período (2004 a 2006), verifica-se uma certa estabilidade de sua participação no conjunto da mão-de-obra não-agrícola. Em 2007, cai significativamente e volta a crescer em 2008. As ocupações que levaram ao crescimento em 2008 foram principalmente: professores com formação de nível médio na educação infantil e ensino fundamental; trabalhadores de atendimento ao público, e trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios.

4.1.4. As principais profissões no meio rural

A tabela 8 mostra as principais profissões não-agrícolas da população rural fluminense. Na verdade, essas profissões são efetivamente o tipo de ocupações que as pessoas exercem nos postos de trabalhos não-agrícolas.

De forma distinta do que ocorre no meio urbano, onde as profissões mais populosas são a dos trabalhadores de limpeza, da construção e de professores de segundo grau, no meio rural fluminense predominam os empregados domésticos, os pedreiros, os motoristas, os costureiros/alfaiates, trabalhadores diversos, ajudantes diversos, serventes e balconistas. Essas poucas categorias profissionais respondem por quase a metade da PEA rural não-agrícola no Estado. Destaque para os vendedores e prestadores de serviço no comércio, os motoristas e os ambulantes com taxas de crescimento de 6,1%, 45,8% e 18,8% a.a.

Tabela 8 - Principais profissões não-agrícolas das pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) no meio rural. Rio de Janeiro, 2004-2008

Ocupação	2004	2005	2006	2007	2008	Tx. de Cresc. (% aa)
Gerente, Inspetor, Chefe	3.339	4.950	4.668	4.888	4.542	8,0
Professor Primeiro Grau	1.792	450	1.980	642	1.464	-4,9
Empregado Doméstico	32.487	31.398	31.054	32.205	22.816	-8,5
Atendente Balconista	3.339	1.800	4.859	2.222	3.907	4,0
Servente Faxineiro	12.294	8.635	7.288	7.510	9.912	-5,2
Vend. Prest. Serv. Comércio	10.015	10.350	9.859	15.017	12.690	6,1
Ambulante	1.547	4.406	896	2.668	3.079	18,8
Pedreiro	9.363	3.779	3.772	12.154	10.400	2,7
Ajudante pedreiro	8.510	5.756	11.132	8.198	4.542	-14,5
Motorista	896	3.150	1.344	2.866	4.054	45,8
Subtotal	83.582	74.674	76.852	88.370	77.406	-1,9
Total	149.572	142.142	150.863	160.557	159.804	1,7

Fonte: Elaboração do autor.

Os vendedores e prestadores de serviços no comércio eram as profissões que estavam em terceiro lugar no ranking em 2004 e, com o crescimento anual de 6,1% ao ano em 2008, passou a ocupar a segunda profissão mais presente no meio rural. Essa expansão está ligada também à expansão de algumas culturas agrícolas e também a maior presença de estabelecimentos comerciais, especialmente relacionados aos produtos alimentícios.

Quanto aos motoristas, verifica-se que essa categoria acompanha o setor de transportes e, apesar de a taxa de crescimento não ser considerada significativa estatisticamente pelo tamanho da amostra, sinaliza um crescimento importante. De qualquer forma, essa é uma ocupação que acompanha a expansão da demanda de transportes de mercadorias *in natura* no meio rural para o urbano, bem como do próprio transporte de pessoas das localidades distantes para as sedes dos municípios e para a área metropolitana.

No período entre 2004 e 2008, merece ser destacado também o comportamento das categorias pedreiro e de ajudante de pedreiro. A primeira apresentou taxa de crescimento positiva, de 2% a.a., já os ajudantes apresentaram uma taxa de crescimento negativa, de 14,5% a.a., refletindo o caráter transitório dessa profissão que, na maioria das vezes, é mal remunerada e informal.

De um modo geral, constata-se que a grande maioria dessas ocupações não exige níveis de qualificação profissional elevados. Isto possibilita a incorporação mais fácil de importantes parcelas da PEA agrícola ao mercado de trabalho não-agrícola, ao mesmo tempo que evita a disputa por outros tipos de emprego, principalmente no meio urbano, que exigiriam experiências e qualificações superiores. Esta constatação reforça a diversificação produtiva no espaço rural fluminense e o fato de que a agricultura deixa de ser a atividade econômica principal na geração do emprego rural. No entanto, isso não significa, necessariamente, o encadeamento de um processo de transferências de atividades, até mesmo porque é bastante elevado o número de pessoas sem emprego na região.

Outra consideração é que, apesar de as principais ocupações não-agrícolas no meio rural fluminense serem de profissões que requerem baixa qualificação e pouca escolaridade, é inadequado generalizar indiscriminadamente a afirmação da baixa qualificação profissional, pois existem ocupações com níveis médio e elevado de qualificação, contudo, sempre com baixa frequência nas amostras das PNADs.

Quanto à elevada participação dos serviços domésticos nas atividades não-agrícolas no meio rural, Graziano da Silva e Del Grossi (1997) consideram

“a) a dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados a resistência física ainda são muito importantes para a força de trabalho agrícola não qualificada;

b) o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;

c) o crescimento da população de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na zona rural em função das facilidades que encontram para conseguir terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução”.

Nesse sentido, a tabela 9 mostra as principais profissões segundo o gênero. Observa-se que as ocupações de emprego doméstico ainda são típicas de mulheres, representando, em 2008, um percentual de 73% contra 27% dos homens. Outras tradicionalmente exercidas por mulheres já passam a incorporar os homens também, como é o caso de professor de primeiro grau (apesar de não representar resultados significativos para ambos no período em análise). Outras profissões como Pedreiros, Motoristas ou Serventes de Pedreiros são ocupações tipicamente e absolutamente masculinas (100%). Uma profissão que também agrega a grande maioria de homens são as de Gerente, Inspetor e Chefe, com 89% de participação no total, evidenciando a dificuldade das mulheres de ocupar cargos tipicamente masculinos. Já as ocupações como Balconistas Atendentes, Comércio, Ambulantes e Diversos têm participação mais ou menos equilibrada de homens e mulheres. Na média geral, o contingente de mão-de-obra rural não-agrícola tem a participação masculina e feminina equilibrada, porém há distribuição diferenciada em profissões entre os gêneros.

Tabela 9 - Evolução das principais ocupações não-agrícolas no meio rural, segundo o Gênero. Rio de Janeiro, 2008.

	Homens	%	Mulheres	%	Total
Gerente, Inspetor, Chefe	4.054	89	488	11	4.542
Professor Primeiro Grau	488	33	976	67	1.464
Serviço Doméstico	6.113	27	16.703	73	22.816
Atendente Balconista	2.442	63	1.465	37	3.907
Servente Faxineiro	6.983	70	2.929	30	9.912
Vend. Prest. Serv.					
Comércio	6.345	50	6.345	50	12.690
Ambulante	1.464	48	1.615	52	3.079
Pedreiro	10.400	100	0	0	10.400
Ajudante pedreiro	4.542	100	0	0	4.542
Motorista	4.054	100	0	0	4.054
Total	46.885	61	30.521	39	77.406

Fonte: Elaboração do autor.

4.1.5. As posições nas ocupações nas atividades agrícolas e não-agrícolas

A tabela 10 apresenta a evolução da população rural ocupada por posição na ocupação principal, segundo o setor de atividade para o período entre 2004 e 2008. Observa-se que as posições de empregados e de conta-própria são a grande maioria entre os trabalhadores rurais, seguidos pelos trabalhadores não-remunerados e empregadores. Juntos, empregados e conta-própria concentravam, em 2008, cerca de 90% das pessoas no meio fluminense e, no período 2004 a 2008, apresentaram taxa de crescimento de 1,5% e 2,7%, respectivamente.

Nas atividades agrícolas a maior categoria é a dos empregados, seguido pelos conta-própria, juntas representavam, em 2008, praticamente 70% do total das ocupações. Os empregados cresceram a uma taxa de 5,9% ao ano no período de 2004/2008 e a categoria conta-própria apresentou taxa de crescimento negativo de 2,2% ao ano, para o mesmo período. Essa categoria, conta-própria, apresentou um comportamento bastante oscilante, crescendo até 2006 e em 2008 decrescendo novamente. Já os empregadores e os trabalhadores não-remunerados apresentaram taxa de crescimento negativo de 7,7% e 7,1% ao ano, respectivamente. Essas posições também perderam participação no conjunto das pessoas ocupadas na agricultura: representavam 18% em 2004 e chegaram em 2008 com 9%.

As categorias que tradicionalmente compõem o trabalho familiar (conta-própria e não-remunerados) reduziram seu percentual de participação no conjunto do trabalho rural agrícola de 48% para 38%, apresentaram também queda ao longo do período analisado, especialmente, como já destacado anteriormente, os trabalhadores não-remunerados. A diminuição do contingente de trabalhadores não-remunerados ao longo do período analisado sinaliza um movimento de liberação da mão-de-obra da agricultura familiar para as ocupações não-agrícolas.

Tabela 10 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) no meio rural, segundo posição na ocupação principal. Rio de Janeiro, 2004-2008

Posição nas Ocupações	2004	2004 (%)	2005	2006	2007	2008	2008 (%)	Tx. Cresc. (%a.a) 2004/2008
Agrícolas								
Empregados	28.574	38	43.006	30.328	35.021	35.887	46	5,9
Com carteira assinada	13.840	48	21.330	15.872	17736	15.920	44	3,6
Funcionário público	0	0	0	0	0	0	0	
Sem carteira assinada	14.734	52	21.676	14.456	17285	19.967	56	7,9
Conta-própria	25.233	34	26.000	25.960	23.371	23.114	30	-2,2
Empregadores	2.685	4	1.350	1.532	888	1.952	3	-7,7
Não remunerados	10.506	14	7.829	11.060	6.670	6.833	9	-10,2
Trab. Prod. Próprio								
Consumo	7.775	10	10.616	9.601	19.266	9.421	12	4,9
Subtotal	74.773		88.801	78.481	85.216	77.207		0,8
Não-agrícolas								
Empregados	121.933	81	103.909	117.202	121.922	123.702	77	0,4
com carteira assinada	51.010	42	47.771	50.135	55.924	69.102	56	7,9
funcionário público	11.398	9	7.556	11.249	7.312	15.783	13	8,5
sem carteira assinada	59.525	49	48.582	55.818	58.686	38.817	31	-10,1
Conta-própria	25.196	17	32.205	29.359	34.193	33.025	20	7,0
Empregadores	3.339	2	5.128	3.137	5.333	3.714	2	2,7
Não remunerados	651	0	2.700	1.981	1.333	976	1	10,7
Trab. Constr.Próprio								
Uso	0		0	0	0	0		
Subtotal	151.119		143.942	151.679	162.781	161.417		1,7
Total	225.892		232.743	230.160	247.997	238.624		1,4

Fonte: Elaboração do autor.

Quanto às ocupações não-agrícolas, verifica-se uma dinâmica semelhante a que ocorre no meio urbano, ou seja, as pessoas na posição de empregados são maioria, 81% em 2004 e 75% em 2008. Se a ela agregarmos a categoria dos conta-própria temos que essa junção representava, no período, mais de 90% do emprego não-agrícola fluminense.

No período 2004-2008 as categorias empregados e conta-própria apresentaram taxa de crescimento positiva, 0,4% e 7% ao ano. Outra categoria que teve um crescimento significativo foi a dos trabalhadores não-remunerados, com taxa de 10,7% ao ano, seguidos pelos empregadores que também cresceram, 2,7% ao ano. Observa-se, ainda, que essas últimas categorias apresentaram comportamento bastante oscilante nos anos analisados, o que pode evidenciar o caráter transitório e precário das ocupações e dos empreendimentos não-agrícolas no meio rural.

Desagregando as informações da posição nas ocupações temos o comportamento dos tipos de vínculos no emprego rural. Observando os empregados nas atividades agrícolas, todos os vínculos, ou seja, empregados com carteira assinada e empregados sem carteira assinada apresentaram taxa de crescimento bastante consideráveis de 3,6% e 7,9% ao ano, o que pode ser visto na figura 3 e na tabela 10.

Em 2008, o emprego com carteira assinada teve uma diminuição de aproximadamente 2.000 pessoas, enquanto o emprego sem carteira assinada teve uma expansão de cerca de 2.200 novos empregos. Além disso, nesse mesmo ano, o emprego informal ultrapassou o emprego formal, sinalizando um aumento no grau de precarização do mercado de trabalho agrícola. Uma outra categoria que aparece é a dos trabalhadores na produção do próprio consumo. Esse grupo apresenta um crescimento também significativo, 4,9% ao ano, mostrando ser contínua e crescente a produção de subsistência por parte das famílias rurais.

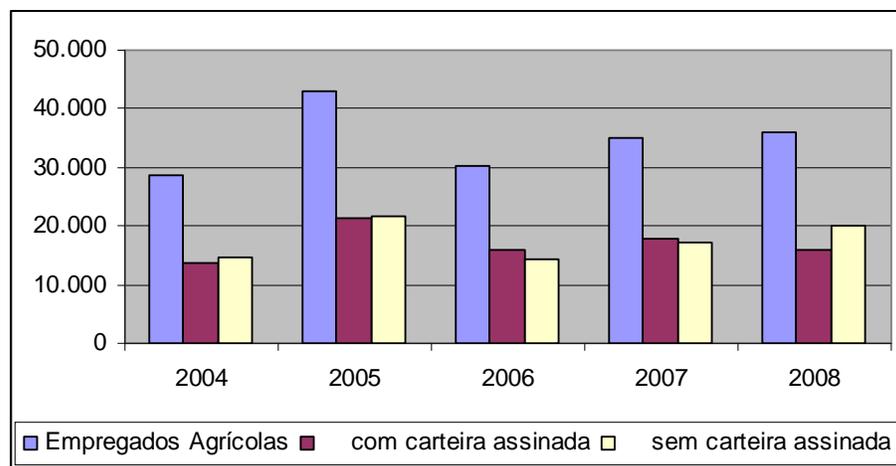


Figura 3 - Evolução dos empregados ocupados nas atividades agrícolas. Rio de Janeiro, 2004-2008

Analisando os vínculos no emprego das atividades não-agrícolas no meio rural fluminense, é possível observar que esta acompanha a tendência das atividades agrícolas. No período analisado o número de empregos sem carteira de trabalho assinada é superior em todos os anos, exceto no último ano da série, como pode ser visto na figura 4 e na tabela 10.

A redução do número de empregos sem carteira no ano de 2008 acabou afetando a taxa de crescimento do período que foi negativa em 10,1% ao ano. No entanto, se retirarmos esse ano da análise, veremos que o crescimento até 2007 foi positivo. Já os empregados com carteira assinada apresentaram crescimento de 7,9% no período, sendo que em 2008, foram criados quase 14.000 empregos formais. Isso significa que, no meio rural, existia, em 2008, um conjunto de atividades que priorizaram as relações de trabalho formais.

Outro vínculo importante que aparece nas atividades não-agrícolas é a do funcionário público. No período 2004-2008 apresenta crescimento significativo de 8,5% ao ano. Esse crescimento está associado ao aumento dos postos de trabalho criado nos setores de educação, saúde e outros serviços públicos oferecidos no meio rural, que também veremos adiante.

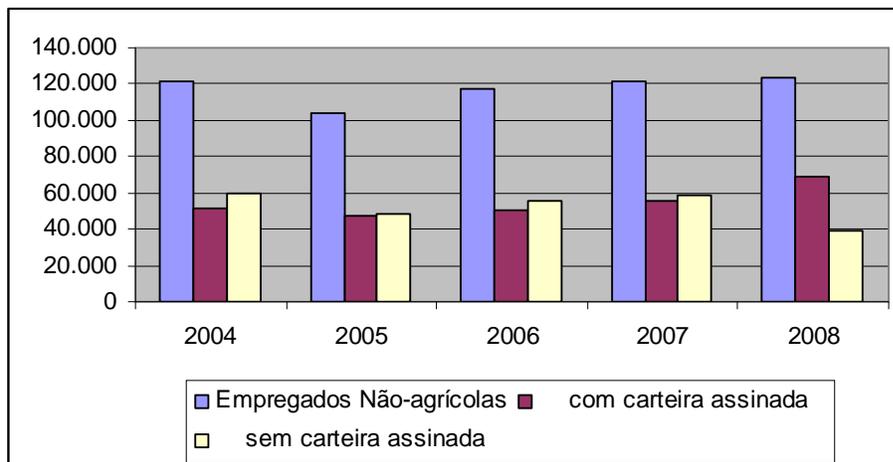


Figura 4 - Evolução dos empregados ocupados nas atividades não-agrícolas. Rio de Janeiro, 2004-2008

4.1.6. As pessoas com dupla atividade

A tabela 11 apresenta a dupla ocupação das pessoas por setor de atividade. Na verdade, a designação “dupla atividade” se refere às pessoas que tinham mais de uma atividade na semana de referência. Os dados apresentados até aqui trataram apenas da ocupação principal. Mas, ao dar um tratamento estatístico a essas mesmas informações, foi possível isolar àquelas pessoas que na semana de referência declararam desempenhar mais de uma atividade econômica, ou seja, as pessoas que possuíam uma atividade secundária.

Verifica-se, inicialmente, que a PEA rural com mais de uma ocupação no Estado é bastante baixa, oscilando entre 2% e 4% do total da população economicamente ativa no período de 2004-2008. Em comparação com o período 1992-1997 (Campanhola e Graziano da Silva, 2000, p.135), é possível observar que esse comportamento também é bastante semelhante, o que sinaliza uma tendência de estabilização nesses patamares.

Tabela 11 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade (10+) com dupla atividade no meio rural. Rio de Janeiro, 2004-2008

	2004	2005	2006	2007	2008	Tx. de Cresc. (% aa) 2004/2008
Agrícola						
Agrícola	896	4.679	897	0	976	2,2
Não-Agrícola	447	450	896	444	637	9,3
Sub-Total	1.343	5.129	1.793	444	1.613	4,7
Não-Agrícola						
Agrícola	448	1.350	0	445	488	2,2
Não-Agrícola	5.090	3.778	6.838	5.286	7.765	11,1
Sub-Total	5.538	5.128	6.838	5.731	8.253	10,5
Total	6.881	10.257	1.793	6.175	9.866	9,43

Fonte: Elaboração do autor.

Já os dados desagregados sugerem que as pessoas com ocupações principal e secundária, ambas agrícolas, apesar de apresentarem taxas de crescimento positivas no período de 2004 a 2008, as taxas não foram significativas. Da mesma maneira, as pessoas que têm como ocupação principal as atividades agrícolas e como secundária as atividades não-agrícolas também não apresentaram taxas estatísticas significativas.

A pequena proporção de pessoas ocupadas em mais de uma atividade na agricultura pode estar subestimada. O que pode estar ocorrendo nestes dados é que os informantes omitem a segunda atividade, primeiro porque no meio rural em geral esta também é agrícola e, segundo, porque pode não coincidir com a semana da entrevista.

Outra explicação pode estar relacionada ao fraco processo de modernização tecnológica da agricultura no Estado do Rio de Janeiro, que, para Schneider (2003), se tivesse sido mais intenso atuaria como em outras regiões do país, reduzindo o tempo de trabalho necessário com as lides agrícolas e liberando parcelas de mão-de-obra agrícola para outras atividades, facilitando a combinação das atividades agrícolas com as não-agrícolas, principalmente nos períodos de entressafra.

Para as pessoas com ocupação principal nas atividades não-agrícolas no meio rural, que se ocupam secundariamente nas atividades agrícolas, verifica-se um comportamento não significativo. No entanto, as pessoas que se ocupam em

atividades não-agrícolas apresentaram crescimento positivo e significativo no período analisado. Isso indica uma certa tendência de combinação das ocupações não-agrícolas no trabalho principal e no trabalho secundário, e pode ser explicado pela natureza das profissões, precárias e de baixa remuneração que estão crescendo no meio rural fluminense.

Embora o número de pessoas com dupla atividade seja relativamente pequeno, o mesmo não pode ser negligenciado, pois, em termos absolutos, incluem cerca de 10 mil pessoas que combinavam atividades em 2008 e com taxa de crescimento significativa de 9,43% a.a.

4.1.7. As dinâmicas do mercado de trabalho rural

Nesta seção são feitas algumas considerações sobre os motores ou dinâmicas que podem explicar o crescimento da população ocupada em atividades não-agrícolas no meio rural fluminense. Para isso os resultados e análises da seção anterior serão relacionados aqui com as dinâmicas que foram obtidas com base em Klein (1992); Weller (1997) e Reardon e Berdegué (1998) Del Grossi e Laurenti (2000), conforme o quadro 1.

As situações apresentadas no quadro 1 foram divididas em motores ou dinâmicas que podem explicar o crescimento das atividades não-agrícolas e estes motores podem ser endógenos, encontrados no próprio meio rural, e, exógenos, oriundo de demandas do meio urbano. Quanto aos motores endógenos, as atividades não-agrícolas podem estar vinculadas: à modernização e transformações da agricultura, que pode afetar a produção e também o emprego de mão-de-obra; ao consumo final da própria população rural e à carência de serviços públicos.

Quadro 1 – Dinâmicas e motores no mercado de trabalho rural

Situações	Dinâmicas ou motores	Exemplos
1. As atividades não-agrícolas por vínculos de produção com a agricultura	A produção agrícola demanda bens e serviços não-agrícolas; permite atividades não-agrícolas de comercialização, transporte e processamento.	Comércio de Insumos; Serviços industriais; Empresas contratantes de mão-de-obra; Reparos mecânicos; Transportes Agroindústrias
2. As atividades não-agrícolas por vínculos de produção com atividades primárias não-agrícolas	As atividades primárias localizadas no setor rural demandam bens e serviços não-agrícolas.	Mineração; Caça e Pesca
3. As atividades não-agrícolas vinculadas ao consumo da população rural	A população rural demanda bens e serviços não-agrícolas	Comércio; Alimentos e vestuário e Transporte
4. As atividades não-agrícolas vinculadas ao consumo da população urbana	A população urbana demanda bens e serviços não-agrícolas que só podem ser gerados no meio rural	Turismo de praia e de campo; Artesanatos; Serviços domésticos em casas de fim de semana
5. As atividades não-agrícolas vinculadas aos serviços públicos	Os serviços públicos gerando emprego	Professores; Profissionais de saúde; Empregados municipais; Infra-estrutura
6. As atividades não-agrícolas vinculadas à expansão das áreas urbanas	As cidades crescendo nos entornos rurais	Construção Civil e Indústrias

Fonte: Klein¹⁴ (1992); Weller¹⁵ (1997) e Reardon e Berdegúe (1998) Del Grossi e Laurenti (2000),

O dinamismo da produção agrícola é um determinante importante do nível de empregos não-agrícolas, pois ele influencia o grau de integração da agricultura com a indústria, a montante e a jusante, estimulando a demanda por insumos e serviços destinados à lavoura e o desenvolvimento da agroindústria local. Aqui temos, então, as atividades agropecuárias derivadas da produção desses bens realizadas diretamente pelos estabelecimentos agropecuários e também aquelas derivadas do processamento de bens agropecuários, bem como do consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados na produção de bens e serviços agropecuários; temos ainda os serviços auxiliares das atividades econômicas derivados da produção de bens e serviços agropecuários ou da sua comercialização, processamento e transporte, e o consumo intermediário de insumos não-agrícolas utilizados nesses processos. Nesse caso, podemos constatar claramente a presença dessa dinâmica no meio rural fluminense com os setores Comércio de Alimentos, Indústria de Alimentos, Comércio Ambulante, Transportes e Comércio e Reparação que inclui assistência técnica de veículos.

¹⁴ Apud Schneider (2003).

¹⁵ Apud Schneider (2003).

Ainda como consequência da modernização e mudanças conjunturais, temos as atividades derivadas da grande disponibilidade de mão-de-obra excedente das famílias, englobando-se aí tanto o trabalho a domicílio, como o trabalho complementar daqueles que exercem outra atividade remunerada fora de suas unidades produtivas, seja ela agrícola ou não. A dinâmica se caracteriza no meio rural fluminense com o Emprego Doméstico, Construção Civil, Comércio Ambulante e Transportes.

As atividades não-agrícolas podem ser derivadas também do consumo final da população rural, que incluem a produção de bens e serviços não agropecuários tanto de origem rural como urbanas, como os serviços auxiliares a estes relacionados (transporte, comércio varejista etc.). Essa dinâmica também se confirma pela presença dos setores: os Estabelecimentos de Ensino, Comércio de Alimentos, Indústria de Transformação (têxtil), Transportes e Assistência técnica de veículos.

E, finalmente, o meio rural, por sua vez, costuma sofrer com a carência de serviços públicos que também geram empregos. Aqui encontramos também os setores Estabelecimento de Ensino e Administração Municipal, particularmente em crescimento.

Quanto aos motores exógenos que explicam as atividades não-agrícolas no meio rural, temos a influência que as médias e grandes cidades exercem sobre seu entorno rural. Primeiro, as cidades demandam um conjunto de bens e serviços que só podem ser produzidos no meio rural, como turismo de praia e de campo, artesanatos locais, construção de hotéis, pousadas e casas para repouso e lazer nas férias e fins de semana, e serviços domésticos para quem dispõe deste tipo de residência temporária.

Temos as atividades não-agrícolas vinculadas ao consumo da população urbana, como o consumo final não-agrícola da população urbana, como o artesanato, turismo rural etc.; que são constituídos por bens e serviços não-agrícolas que podem ser realizados internamente nas explorações agropecuárias; e os serviços públicos nas zonas rurais gerando emprego. Constatamos a presença dessa dinâmica especialmente nos setores de Emprego Doméstico e

Restaurantes. Construção Civil, Emprego Doméstico e Comércio de Alimentos (restaurantes).

Graziano e Dei Grossi (1997) consideram ainda duas outras demandas da população urbana: uma da população de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e serviços públicos, como água e energia elétrica e a demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços, que buscam o meio rural como uma alternativa mais favorável de operação. Na primeira dinâmica deve estar mais presente nos setores Construção Civil, Comércio de Alimentos e Transporte. E, a última, os setores mais associados devem ser a Construção Civil, Indústria de Alimentos, Indústria de Transformação e Transporte.

E, finalmente, a vinculação com as cidades acontece ainda quando elas oferecem um mercado de trabalho tanto para as pessoas que já vivem no meio rural e estão dispostas a se deslocarem para trabalhar nas cidades, quanto para parte da população urbana que mantém o seu local de trabalho, mas transfere sua residência permanente para o meio rural, buscando melhor qualidade de vida ou moradia mais barata.

As últimas dinâmicas relacionadas aos centros urbanos são impulsionadas muito mais pelo crescimento das cidades. Ou seja, nestes casos, a dinâmica da geração dos empregos rurais não-agrícolas vem basicamente de impulsos gerados pelos setores urbanos que lhe são adjacentes. No caso do Rio de Janeiro, um Estado com alto grau de urbanização, essas demandas geradas pelos setores urbanos e independentes das atividades agrícolas locais podem vir a ter importância decisiva para o seu desenvolvimento rural.

Infelizmente os dados das PNADs não fornecem todos os elementos para a adequada identificação com as dinâmicas, remetendo, assim, o estudo das dinâmicas impulsionadoras das atividades não-agrícolas no meio rural para novas pesquisas. Outra limitação dessa base de dados é que não possui as informações desagregadas por regiões ou municípios dos Estados brasileiros, até por se tratar

de uma pesquisa por amostra, a desagregação dos dados perderia representatividade.

Em suma, as atividades-agrícolas vêm exercendo um papel fundamental na fixação do trabalhador rural, no entanto, a natureza das ocupações segue a dinâmica que predomina no mercado de trabalho urbano, com ocupações de baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração para a maioria das pessoas ocupadas. Fica claro que o Rio de Janeiro, assim como São Paulo (Balsadi, 2000) e o restante do país (Nascimento, 2005), apresentam um meio rural baseado em sua maioria de setores e ocupações muito semelhantes, qual seja, de natureza de baixa qualificação e remuneração. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que articulem o desenvolvimento rural de forma mais ampla e considerando todos os seus aspectos.

Nesse sentido, o estudo das principais atividades e ocupações rurais não-agrícolas remete ao estudo de novas variáveis como a renda e a escolaridade. É o que será feito no próximo capítulo.

4.2. Renda e escolaridade das pessoas no meio rural do Estado do Rio de Janeiro

Como vimos, as principais ocupações das pessoas em atividades não-agrícolas no meio rural fluminense se concentram em ocupações de baixa qualificação. Nesse sentido, o objetivo principal desta seção é mostrar a evolução da renda média e da sua distribuição entre as pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural fluminense, comparando-a entre as posições na ocupação do trabalho principal e também com a escolaridade. Busca-se também verificar se as ocupações não-agrícolas estão contribuindo para a precarização do trabalho, especialmente verificar a participação de empregados sem registro em carteira de trabalho. Outro objetivo é analisar, no mesmo período, a evolução do nível de escolaridade e de renda das pessoas ocupadas na agricultura e fora dela.

4.2.1. A renda média no trabalho principal

Diversos estudos já comprovaram que a renda média na área rural é menor que na área urbana e que o rendimento médio no setor agrícola é menor que o dos demais setores. Hoffmann (1998b) analisou a renda das pessoas conforme a idade, a escolaridade, o gênero, a cor, as posições na ocupação, as faixas de tempo semanal de trabalho, as regiões, a situação do domicílio e o setor de atividade (agricultura, indústria e serviços) e concluiu que “(...) as equações de rendimento ajustadas mostram que, mesmo depois de descontados os efeitos das demais variáveis, as pessoas com domicílio urbano tendem a ganhar mais do que as pessoas com domicílio rural, e as pessoas com atividade não-agrícola tendem a ganhar mais do que aquelas com atividade agrícola”.

Nesse sentido, no sistema econômico vigente, as variáveis posição na ocupação e a escolaridade assumem importância fundamental na explicação das diferenças de rendimento entre as pessoas (Ney, 2006). Entretanto, a posição na ocupação influi também na veracidade das informações, uma vez que quanto maior o rendimento das pessoas, a sub-declaração da renda tende a aumentar. Por outro lado, em geral, os assalariados têm uma informação sobre renda mais próxima da realidade.

Del Grossi (1999) adverte ainda para o fato de que entre os não-assalariados é difícil estimar a renda média do mês, referência da pesquisa. Enquanto para os empregados, declara-se na PNAD a remuneração bruta¹⁶ do mês de setembro, para as pessoas ocupadas como conta-própria ou empregadores na agricultura esta contabilização é especialmente difícil, frente à dificuldade dessas pessoas estimarem uma retirada¹⁷ média da produção sazonal equivalente para o mês de setembro, principalmente em anos de elevada inflação de preços.

Na tabela 12 é apresentada a renda média das pessoas ocupadas no meio rural segundo atividade e posição na ocupação no período 2004-2008. Tomando

¹⁶ Por remuneração bruta entende-se na PNAD: pagamento da pessoa empregada sem excluir os descontos correspondentes.

¹⁷ Por retirada entende-se: rendimento bruto menos as despesas efetuadas com o empreendimento.

somente as pessoas com renda positiva, observa-se que a renda média dos empregados agrícolas com registro em carteira é maior que a dos conta-própria também agrícolas.

Admitindo-se que a categoria conta-própria responde pela maior parte da produção agrícola familiar, onde a pessoa responsável se declara como conta-própria e os demais membros que auxiliam o responsável nas atividades agropecuárias como não-remuneradas, significa que a renda média da família vai estar muito próxima à renda média da pessoa conta-própria. No âmbito das famílias de assalariados, somente a presença de dois membros assalariados, mesmo que sem registro em carteira, vai resultar numa renda familiar média maior que a dos conta-própria.

O fato de que os salários médios dos empregados agrícolas com registro em carteira ser maior que o dos trabalhadores por conta-própria, ou ainda quando se toma a renda familiar derivada dessas rendas individuais, sugere que as rendas dos conta-própria estejam sub-declaradas. É certo que, na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção auto-consumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos conta-própria esteja sub-declarada.

Infelizmente não se dispõe de todos os elementos necessários para verificar o grau de sub-declaração das rendas e, por essa razão, a renda nesse trabalho não será examinada em toda a sua dimensão. A análise se limitará à comparação da renda entre os empregados, já que essa categoria é majoritária entre os ocupados em atividades não-agrícolas no meio rural fluminense.

Tabela 12 - Renda média mensal do trabalho principal das pessoas ocupadas¹ segundo a atividade principal e posição na ocupação. Rio de Janeiro, 2004-2008²

Posição na	Renda Média R\$					Tx. de Cresc. (% aa)
Ocupação	2004	2005	2006	2007	2008	2004/2008
Total	566,8	567,4	551,6	617,1	783,2	8,4
Empregados	520,7	508,0	527,9	572,5	713,1	8,2
com reg. cart.	698,6	650,6	657,8	680,9	792,3	3,2
sem reg. cart.	377,1	369,6	376,9	453,1	444,9	4,2
func. público	735,2	876,7	940,6	1.138,7	1.517,4	19,9
Conta-própria	515,6	526,5	545,1	576,4	881,6	14,4
Empregadores	2.399,8	2.403,2	1.367,4	2.339,9	1.956,5	-5,0
Agrícola	560,2	477,1	463,8	451,0	706,2	6,0
Empregados	491,4	394,9	464,5	457,7	495,9	0,2
com reg. cart.	500,0	452,5	526,4	551,7	603,3	4,8
sem reg. cart.	483,6	338,3	398,5	361,3	410,2	-4,0
Conta-própria	525,6	417,8	430,7	413,1	927,0	15,2
Empregadores	1.795,5	2.814,2	964,2	1.768,0	2.125,0	4,3
Não Agrícola	569,2	601,1	584,4	676,5	812,3	9,3
Empregados	527,5	555,8	544,2	605,6	776,6	10,2
com reg. cart.	764,2	764,3	707,8	735,1	844,3	2,5
sem reg. cart.	354,4	381,4	372,1	475,1	459,0	6,7
func. público	735,2	876,7	940,6	1.138,7	1.517,4	19,9
Conta-própria	506,2	615,6	640,5	683,7	850,4	13,8
Empregadores	2.867,5	2.271,9	1.564,3	2.391,8	1.849,6	-10,4

Fonte: Elaboração do autor.

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

A Figura 5 mostra a evolução das rendas dos empregados rurais e, para simplificação, utilizou-se os rendimentos do trabalho principal como forma de evitar a mescla de rendas agrícolas com não-agrícolas do trabalho secundário. Como era esperado, as rendas das atividades não-agrícolas são maiores que as das atividades agrícolas. Para qualquer dos rendimentos considerados, observa-se uma recuperação em 2008, sendo perceptível uma recuperação mais acelerada da renda nas atividades não-agrícolas.

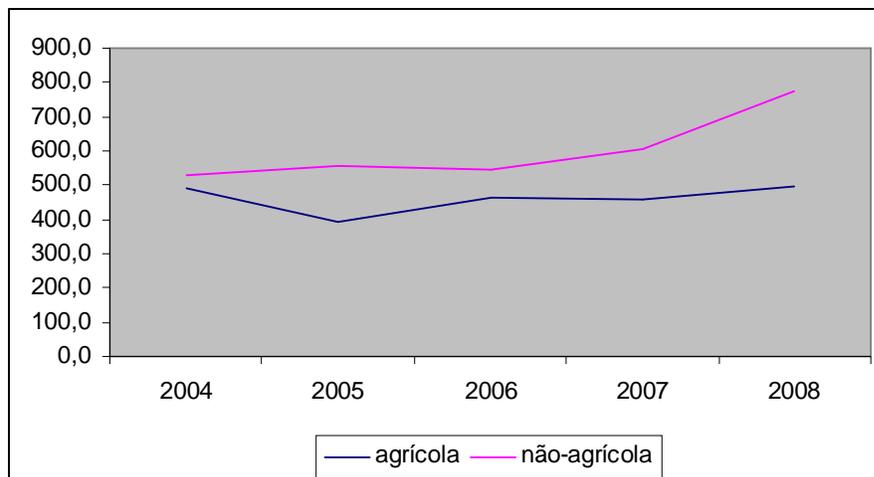


Figura 5 - Evolução dos rendimentos do trabalho principal dos empregados rurais segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004-2008.^{1,2}

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

A Figura 6 subdivide a renda dos mesmos empregados rurais entre os com registro em carteira, os sem registro e os funcionários públicos. Observa-se que os empregados rurais em atividades não-agrícolas com registro em carteira e funcionários públicos são os que recebem os maiores rendimentos. Os empregados agrícolas com registro em carteira vêm em terceiro lugar no *ranking*, e com as menores rendas estão os empregados sem registro em carteira, tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas.

É importante destacar que as rendas dos assalariados sem registro em carteira estão muito próximas, tanto das atividades agrícolas como não-agrícolas. Essa proximidade das rendas mostra uma certa uniformidade no mercado de trabalho informal no meio rural fluminense. No tocante ao mercado de trabalho formal, as rendas não-agrícolas são superiores as agrícolas.

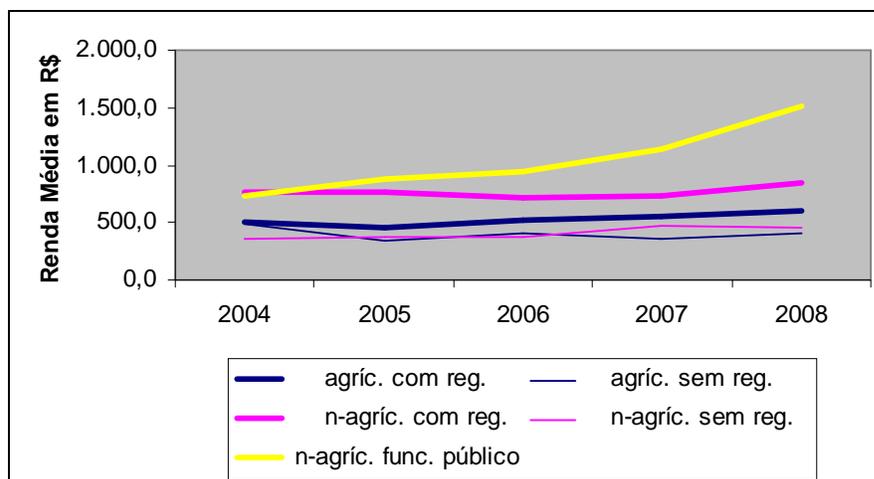


Figura 6 - Evolução dos rendimentos do trabalho principal das pessoas ocupadas segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004-2008.^{1,2}

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

Na figura 7 o grupo de empregados foi subdividido entre os com e sem registro em carteira de trabalho, com o objetivo de explorar a relação entre as rendas não-agrícolas e as agrícolas. Focando os empregados rurais com registro em carteira, observa-se que a proporção entre as rendas chega a quase 2 em favor das não-agrícolas em 2005. Depois essa relação se estabiliza numa proporção de quase 1,4. Mesmo em São Paulo, onde os empregados agrícolas com registro têm os maiores salários, a relação favorável para as rendas não-agrícolas está em torno de 1,5 (Balsadi, 2000).

Entre os empregados rurais sem registro em carteira de trabalho, a relação entre as rendas não-agrícolas com as agrícolas ficou próxima a 1 até 2006, aumenta em 2007 e volta a cair 2008 numa proporção próxima de 1. Este resultado revela uma uniformidade nas rendas nos mercados informais de trabalho agrícola e não-agrícola no meio rural fluminense, seguindo também a tendência de outros Estados brasileiros.

Constata-se que os empregados rurais com registro na carteira ocupados em atividades não-agrícolas têm uma contribuição bem menor para a precariedade do trabalho no meio rural fluminense, no que diz respeito ao valor médio das rendas. Quanto se focaliza os empregados sem registro, observa-se que a contribuição para a precariedade do trabalho dos ocupados em atividades

agrícolas e não-agrícolas é muito semelhante, pois suas rendas médias estão muito próximas.

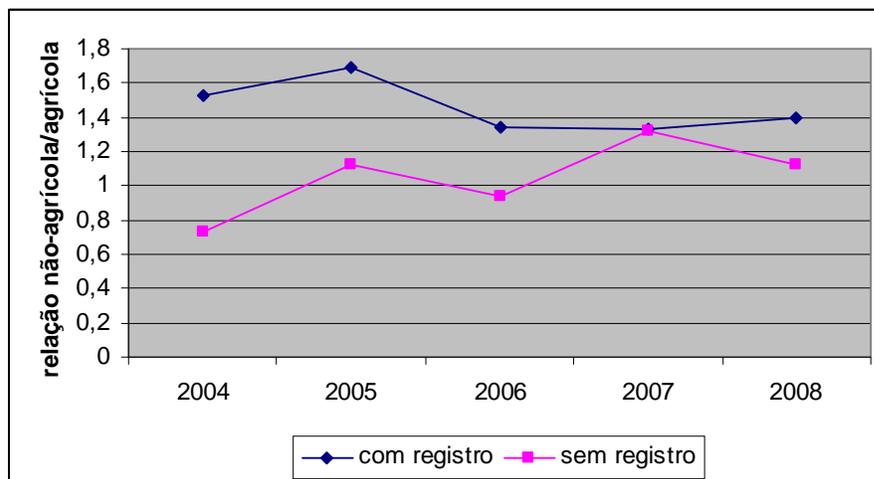


Figura 7 - Relação entre as rendas não-agrícolas com as agrícolas dos empregados rurais com e sem registro em carteira de trabalho. Rio de Janeiro, 2004-2008 ^{1,2}

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

A figura 8 mostra a relação entre as rendas não-agrícolas e agrícolas em todas as categorias empregados, conta-própria e empregador. A relação chega a quase 1,6 em 2007 e depois volta a ficar próxima de 1. As atividades e ocupações não-agrícolas presentes no meio rural, de baixa remuneração e baixa escolaridade confirmam a proximidade das rendas agrícolas, o que, segundo Kageyama (2003), demonstra que tais atividades cumprem um papel importante na ocupação de mão-de-obra excedente, mas não necessariamente de melhoria nas condições de vida, a priori.

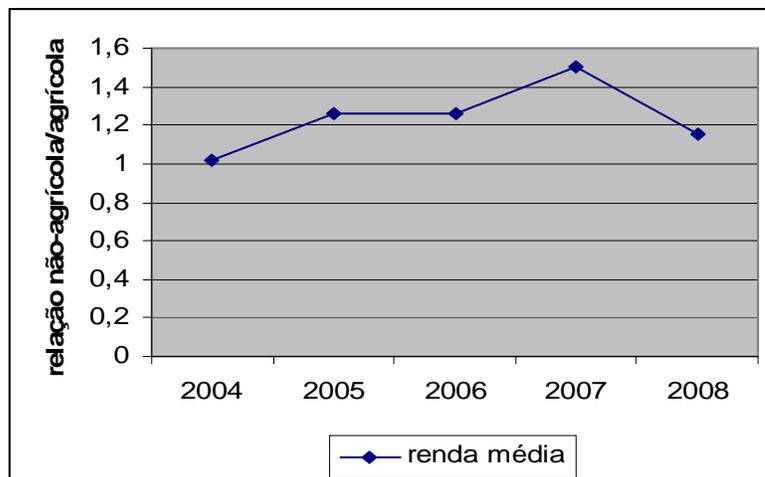


Figura 8 - Relação entre as rendas médias não-agrícolas com as agrícolas em todas as categorias. Rio de Janeiro, 2004-2008.^{1,2}

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

4.2.2. Distribuição da renda e escolaridade

No Brasil, dados da PNAD das duas últimas décadas não só mostram uma queda significativa no nível de emprego agrícola, apesar do crescimento da produção primária, como também uma desigualdade de renda elevada e resistente à queda (Barros et al., 2004 apud Ney, 2006). Hoffmann (1991) observou uma alta concentração da renda na agricultura entre 1970 e 1980 e outros trabalhos também têm comprovado essa concentração na década de 1990 e no período mais recente (Ney e Hoffmann, 2003).

A contribuição das fontes não-agrícolas para a pobreza ou na desigualdade da distribuição da renda rural também foi bastante estudada e a literatura mostra que as ocupações não-agrícolas, por si só, não garantem a redução da desigualdade entre as rendas no meio rural, pelo contrário, podem contribuir para aumentá-la. Isso acontece porque as mesmas condições responsáveis pela concentração de renda na agricultura também tendem a afetar, com maior ou menor intensidade, a distribuição do rendimento não-agrícola. Não só na agricultura, como também nos outros setores, as famílias mais pobres e que sofrem com a escassez de terra desenvolvem principalmente atividades que exigem pouca qualificação e baixo investimento, ao passo que os mais ricos têm

uma possibilidade bem maior de ascender às ocupações mais produtivas e bem remuneradas (Ney, 2006, p.33)

Ney e Hoffmann (2006), com resultados obtidos nas equações de rendimentos ajustadas para os dados do Censo Demográfico de 2000, mostram que a influência da educação na conformação da renda não-agrícola é muito maior do que na agrícola. O motivo é que, além da taxa de retorno estimada da escolaridade ser maior entre as pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, sua mão-de-obra é bem mais qualificada e mais heterogênea do que entre os ocupados no setor agrícola. Os autores mostram que enquanto quase 80% dos agricultores, no meio rural como um todo, sequer completaram o primeiro ano do antigo ensino ginasial, nos demais setores da economia, o desempenho educacional é bem melhor: mais de 55% dos trabalhadores terminaram a 5ª série, quase 40% cursaram todo o ensino fundamental e 23% concluíram o ensino médio, nível em que o efeito da educação na renda pessoal se torna bem mais elevado. Dessa forma, concluem que,

“(...) embora o capital físico tenha se destacado em nossas estimativas como o principal determinante da desigualdade de renda agrícola no país, é a educação o fator que explica, isoladamente, a maior parcela das disparidades de rendimentos do trabalho em toda a economia rural. Mesmo nas áreas rurais oficiais, onde a participação da agricultura na renda é maior do que a dos demais setores de atividade, a contribuição marginal da escolaridade para a soma de quadrados de regressão de 14,5% é mais do que o dobro do valor da contribuição de 6,5% da posição na ocupação, variável utilizada como *proxy* do capital físico”. (Ney e Hoffmann, 2006, p.35)

Nesse sentido, esta seção analisa, com base na tabela 1.3, as principais características da distribuição do rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas. Vale ressaltar que a desigualdade da renda na agricultura pode estar superestimada, uma vez que os dados da PNAD, usados nas estimativas, se referem apenas às rendas monetárias e pagamentos em espécie. A produção para o auto-consumo, parte importante da renda da agricultura familiar, não foi aqui considerada, porque o IBGE na pesquisa não atribui valores monetários a esta produção. No entanto, esta causa de subdeclaração dos rendimentos não chega a ser muito relevante quando se consideram todos os setores da economia. A mais importante deve ser

a subdeclaração nos estratos mais altos de renda, que levaria também a subestimação das medidas de desigualdade.

Considerando que os principais trabalhos na literatura internacional (Langoni, 1973) e também no Brasil (Ramos e Vieira, 2001 e Hoffmann Ney, 2003) apontam a escolaridade como principal determinante da renda e nas diferenças das rendas agrícolas e não-agrícolas, vamos agora considerá-la entre as pessoas ocupadas.

Segundo Langoni (1994), o Brasil tem as taxas de escolaridade mais baixas da América Latina, e essa taxa é ainda menor quando considerada as pessoas ocupadas na agricultura. A tabela 13 mostra a escolaridade média das pessoas ocupadas no meio rural fluminense e ainda nas atividades agrícola e não-agrícolas. Constata-se, ao observar a tabela, que a escolaridade média das pessoas ocupadas em atividades agrícolas em 2008 era de 5,3 anos, enquanto que a média das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas era de 8,2 anos, e no meio rural como um todo, 7,3 anos de estudo. Como era esperada a escolaridade média é maior nas atividades não-agrícolas.

Tabela 13 - Escolaridade média das pessoas ocupadas, por setor de atividade. Brasil, 1992-2001.

	2004	2005	2006	2007	2008	Variação % 2008/2004
Total	6,3	5,9	6,6	6,3	7,3	3,7*
Agrícola	4,6	4,1	4,7	4,4	5,3	3,6*
Não-agrícola	7,2	7,1	7,6	7,4	8,2	3,3*

Fonte: Elaboração do autor.

No entanto, apesar de a escolaridade média das pessoas ocupadas na agricultura em 2008 ter sido pouco maior do que em 2004, se comparada à escolaridade média nas atividades não-agrícolas no mesmo período, a variação na agricultura foi maior, 3,7% contra 3,3%, conforme a tabela 3.3. Esse comportamento revela uma tendência de busca maior e mais rápida por educação num setor tradicionalmente considerado de baixa escolaridade. Considerando ainda que a média de escolaridade na agricultura brasileira era de 2,8 anos em 2001 (Hoffmann e Ney, 2003), temos de certa forma um quadro de maior escolaridade na agricultura fluminense.

A tabela 14 apresenta a composição das pessoas ocupadas em cada setor, de 2004 a 2008, conforme quatro categorias educacionais: inferior a 1 ano de estudo, primário (1 a 4 anos de estudo), ginásio (5 a 8 anos de estudo), colegial (9 a 11 anos de estudo) e ensino superior (12 ou mais anos de estudo).

Observando a tabela 14, constata-se uma redução sistemática do percentual das pessoas com escolaridade inferior a 1 ano considerando o setor não-agrícola, e a exceção foi à agricultura que apresentou um aumento de 2,9% nessa categoria. A queda no setor não-agrícola foi de 4% se compararmos as estimativas de 2008 com as de 2004. Os maiores ganhos em escolaridade ocorreram no ensino colegial, tanto nas atividades agrícolas (16,78%) quanto nas não-agrícolas (14,6%); ao passo que o ensino superior só dá sinal de expansão sistemática no setor não-agrícola, crescendo 26,8%. Na agricultura a expansão da educação superior também parece estar acontecendo, mas em um ritmo tão lento que não nos permite afirmá-la.

Na agricultura, a participação de pessoas com nível primário encontrava-se praticamente em torno de 50% de 2004 a 2007, sendo que em 2008 houve queda significativa e ficou em 41%. Nessa categoria as atividades não-agrícolas também apresentaram queda no número de pessoas, 11,7% se comparados os anos de 2004 e 2008. Em 2007, 77% dos agricultores fluminenses não tinham o ginásio. Em 2008 esse percentual caiu para 61%.

Tabela 14 - Composição das pessoas ocupadas por atividade principal, conforme categoria educacional. Rio de Janeiro, 2004-2008.

Nível de Escolaridade	Anos de estudo					Variação (%) 2008/2004
	2004	2005	2006	2007	2008	
Total						
Inferior a 1 ano	10,9	14,5	10,1	14,3	10,8	-0,3
Primário	40,1	42,7	39,7	37,7	33,6	-4,4
Ginásio	32,4	25,2	26,3	24,7	25,1	-6,2
Colegial	11,8	13,8	16,9	19,5	20,8	15,1
Superior	3,7	3,5	6,3	2,6	9,5	26,5
Não determ.	1	0,4	0,7	1,3	0,2	
Agrícola						
Inferior a 1 ano	18,4	23,3	20,1	23,7	20,6	2,9
Primário	58,3	56,8	51,9	53,8	41,1	-8,4
Ginásio	17,9	17,9	16,9	13,2	27,3	11,1
Colegial	4,2	2	9,8	8,8	7,8	16,7
Superior	1,2	0	1,4	0	2,5	20,6
Não determ.	0	0	0	0,5	0,6	
Não-agrícola						
Inferior a 1 ano	7,2	9,1	5	9,5	6,1	-4
Primário	31,1	34,1	33,5	29,3	30	-1
Ginásio	39,6	29,6	31,2	30,7	24	-11,7
Colegial	15,6	21	20,6	25,1	27	14,6
Superior	5	5,6	8,9	3,9	12,9	26,8
Não determ.	1,5	0,6	1	1,6	0	

Fonte: Elaboração do autor.

O nível de escolaridade da grande maioria das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas no meio rural é baixo, mas o ritmo na expansão do ensino vem acontecendo de forma mais rápida, especialmente se consideramos outras regiões do país. No Nordeste, por exemplo, mais da metade dos agricultores têm escolaridade inferior a 1 ano e cerca de 90% não começaram o ginásio. Sem dúvida a superação desse obstáculo se faz necessário para o aumento da produtividade do trabalho, do crescimento dos salários e da renda no campo, contribuindo para a redução dos graves e persistentes problemas da pobreza rural e da disparidade de renda entre o setor agrícola e os demais.

Pode-se argumentar que a atividade agrícola, por ser menos sofisticada e dinâmica, demanda mão-de-obra menos qualificada, mas boa parte da diferença de escolaridade entre os ocupados nas atividades agrícolas e os ocupados nas atividades não-agrícolas resulta de uma grande desigualdade de oportunidade educacional desfavorável aos agricultores.

Barros *et al.* (2001), ajustando regressões que têm como variável dependente a escolaridade das pessoas entre 11 e 25 anos, analisam quatro determinantes do desempenho educacional: qualidade e disponibilidade dos serviços educacionais, atratividade do mercado de trabalho, disponibilidade de recursos familiares, e volume de recursos da comunidade em que o indivíduo vive¹⁸. Os resultados obtidos mostram que a disponibilidade de recursos familiares, medida pela renda familiar *per capita* e pelo nível de escolaridade dos pais, é o fator preponderante na determinação do desempenho educacional, com efeito substancialmente maior do que os dos demais fatores analisados. Um ano a mais na escolaridade dos pais eleva a escolaridade dos filhos em torno de 0,27 ano de estudo, de acordo com os autores.

Segundo Ney e Hoffmann (2003), as estatísticas sobre educação, em qualquer país ou região, assumem assim posição de destaque nos estudos que analisam as características socioeconômicas da população, buscando identificar suas principais carências e prioridades para a adoção de políticas públicas a favor do desenvolvimento. No meio rural de países subdesenvolvidos, em particular, Lanjouw (1999) e Reardon (2001) destacam que o baixo nível de escolaridade da população restringe o crescimento das atividades não-agrícolas, principalmente das mais produtivas e dinâmicas. Outra preocupação, ainda mais grave, é o fato de o nível de investimento em capital humano ser tão menor quanto mais pobre é a família.

Desta forma, a escolaridade é um determinante significativo do tipo de ocupação não-agrícola dessas pessoas e do seu nível de produtividade e renda. Isso pode ser constatado observando a tabela 15 que mostra a composição das principais ocupações nas atividades não-agrícolas das pessoas ocupadas no meio rural fluminense no período de 2004 a 2008. As ocupações que mais se destacam como serviço doméstico, servente, faxineiro, ajudante de pedreiro, entre outras, são ocupações reconhecidas pelo baixo nível de escolaridade e rendimento. As ocupações de gerente, inspetor, chefe em geral apresentam demanda por maior escolaridade, no entanto sua participação é crescente.

¹⁸ As análises dos autores abrangem apenas os residentes nas áreas urbanas localizadas nas regiões Nordeste e Sudeste.

Tabela 15 - Composição das principais ocupações das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas. Rio de Janeiro, 2004-2008.

Ocupação	2004	2005	2006	2007	2008
Gerente, Inspetor, Chefe	2,2	3,5	3,1	3,0	2,8
Professor Primeiro Grau	1,2	0,3	1,3	0,4	0,9
Empregado Doméstico	21,7	22,1	20,6	20,1	14,3
Atendente Balconista	2,2	1,3	3,2	1,4	2,4
Servente Faxineiro	8,2	6,1	4,8	4,7	6,2
Vend. Prest. Serv. Comércio	6,7	7,3	6,5	9,4	7,9
Ambulante	1,0	3,1	0,6	1,7	1,9
Pedreiro	6,3	2,7	2,5	7,6	6,5
Ajudante pedreiro	5,7	4,0	7,4	5,1	2,8
Motorista	0,6	2,2	0,9	1,8	2,5
Subtotal	55,9	52,5	50,9	55,0	48,4
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor.

Na tabela 16 foram cruzadas as informações de escolaridade e renda para o ano de 2008. Observa-se que conforme aumenta a escolaridade a renda também aumenta, tanto nas atividades agrícolas como nas não-agrícolas. Observa-se ainda que o baixo rendimento se confirma também nas atividades não-agrícolas com baixa escolaridade. Isso mostra a dinâmica e a natureza dos tipos de atividades e ocupações que estão sendo geradas no meio rural de caráter não-agrícola, confirmando a tese de que as atividades não-agrícolas, por si só, não podem resolver a pobreza como também a desigualdade de renda no meio rural.

Tabela 16 - Rendimento médio das pessoas ocupadas por nível de escolaridade. Rio de Janeiro, 2004-2008.

Escolaridade	Total	Agrícola	Não-agrícola
Inferior a 1 ano	453,3	358,6	548,1
Primário	522,5	475,0	570,1
Ginásio	532,0	495,5	568,5
Colegial	743,4	636,3	850,5
Superior	1919,8	1.998,5	1.841,2

Fonte: Elaboração do autor.

¹ Com renda positiva.

² Valores em R\$ setembro de 2008, deflacionados pelo INPC.

Como vimos até aqui, as ocupações rurais não-agrícolas estão suprindo em parte a redução nos postos de trabalho agrícola no meio rural e também criando novos postos de trabalho com demandas específicas oriundas dos

centros urbanos. No entanto, vimos também que grande parte dessas ocupações são ocupações de baixa qualificação profissional e remuneração, como empregados domésticos, balconistas, serventes, faxineiros, ajudantes de pedreiro, motoristas, entre outros.

Ao analisarmos a renda média por categoria nas ocupações, como era esperada, a renda das atividades não-agrícolas é maior que as das atividades agrícolas. No entanto, essa diferença não é tão acentuada. Podemos entender esse resultado de duas maneiras: primeiro, as atividades não-agrícolas por sua natureza requerem profissionais mais qualificados, e no meio rural fluminense, crescem justamente as atividades de baixa qualificação e escolaridade. E, segundo, o mercado de trabalho cria na agricultura, e também fora dela, uma informalidade que é considerada relativamente alta e que contribui para a precariedade dos vínculos.

As constatações até agora apresentadas não conseguem captar a dimensão global da pluriatividade – entendida enquanto a totalidade das atividades familiares, incluídas aí as atividades agrícolas e as não-agrícolas, uma vez que nossas informações dizem respeito somente às pessoas. Para se obter a integralidade do fenômeno da pluriatividade, torna-se necessário analisar as ocupações de todas as pessoas que compõem a família, de modo a identificar as que se dedicam a outras atividades, além daquelas agrícolas. Para tanto, a família, ou melhor, o domicílio é a unidade de análise básica capaz de captar com maior nitidez essa combinação de atividades agrícolas com as não-agrícolas. Este é o objetivo central da seção seguinte.

4.3. Pluriatividade nos domicílios rurais no Estado do Rio de Janeiro

A pluriatividade passou a ser reconhecida na União Européia como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. Nesse sentido, nos países desenvolvidos, a pluriatividade, entendida como a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, não tem se caracterizado como uma estratégia transitória ou mesmo um mecanismo de precarização das

famílias. Por outro lado, parece evidente, que a pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar conectada a outras condições como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação, disponibilidade de crédito etc. E, além disso, faz-se necessária a presença do Estado, através de políticas que incentivem a permanência da população no meio rural.

No caso do Brasil, a maioria das ocupações complementares das famílias agrícolas é de baixa qualificação, o turismo rural ainda é incipiente e a produção de bens públicos como paisagem e áreas de preservação ambiental quase inexistente. O aspecto marcante do rural não-agrícola brasileiro, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e a precariedade das ocupações não-agrícolas.

Nessa seção, analisa-se a pluriatividade nos domicílios rurais fluminenses. Buscou-se comparar os diferentes tipos de domicílios (agrícola, pluriativo, não-agrícola e desocupado), procurando identificar a participação dos domicílios pluriativos, bem como a sua evolução no período analisado. Outro objetivo foi analisar os domicílios comparando-os quanto à escolaridade, à qualidade nas condições de vida e à renda, além de identificar os estratos de renda onde se concentra a pluriatividade.

4.3.1 Evolução dos domicílios rurais

Pela tabela 17 pode ser observada a evolução da amostra dos domicílios e das pessoas residentes nestes domicílios para os anos de 2004 e 2008. Conforme já visto, os domicílios foram classificados em quatro tipos: agrícolas, pluriativos, não-agrícolas e desocupados. Considerando apenas quem mora em domicílios particulares permanentes e cuja condição no domicílio é de pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes e agregados, a metodologia empregada, ou seja, a estimativa obtida por meio do fator de expansão mostra uma população rural no Estado fluminense em 2004 de 472 mil pessoas e 514 mil em 2008 e o número de domicílios rurais de 141 mil em 2004 e 171 mil em 2008.

Tabela 17 - Evolução dos domicílios rurais e das pessoas após o uso cumulativo das restrições¹. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Tipos de Domicílios	2004		2008	
	nº domicílios	nº pessoas	nº domicílios	nº pessoas
Total de Domicílios	141.004 [299]	471.973 [1.009]	171.676 [338]	514.324 [1.018]
Domicílios Agrícolas	33.698 [73]	111.400 [242]	40.724 [81]	114.466 [229]
Domicílios Pluriativos	14.938 [32]	64.972 [141]	14.412 [28]	57.725 [114]
Domicílios Não-Agrícolas	75.311 [160]	260.143 [555]	88.501 [174]	289.777 [572]
Domicílios Desocupados	17.057 [34]	35.458 [71]	28.039 [55]	52.356 [103]

Fonte: Elaboração do autor com base nas PNADs de 2004 e 2008.

¹ Os valores entre colchetes se referem ao tamanho da amostra. Os demais representam a estimativa da população, obtida por meio do fator de expansão para o Estado do Rio de Janeiro.

Com pode ser observado na tabela 17, os domicílios com maior participação no meio rural fluminense são os não-agrícolas, totalizando cerca de 75 mil domicílios em 2004 e 89 mil em 2008. Os domicílios não-agrícolas não apresentaram mudança significativa, saindo de 53% em 2004 para 52% em 2008 no total dos domicílios. Os domicílios agrícolas aparecem em segundo lugar e apresentaram crescimento saindo de 34 mil em 2004 para 41 mil domicílios em 2008. Já os domicílios pluriativos apresentaram queda e passaram de aproximadamente 14,9 mil para 14,4 mil domicílios.

Observando a figura 9, vemos que os domicílios pluriativos, foco da análise do nosso estudo, perdeu participação relativa, caindo de 11% para 8% no total dos domicílios. Por outro lado, os domicílios desocupados, ou seja, onde só existiam pessoas aposentadas ou pensionistas, ou ainda que não estavam procurando emprego, em 2004 eram 17 mil domicílios e, em 2008, 28 mil. A participação no total dos domicílios cresceu de 12% para 16%. Os domicílios agrícolas e não-agrícolas praticamente não perderam participação relativa.

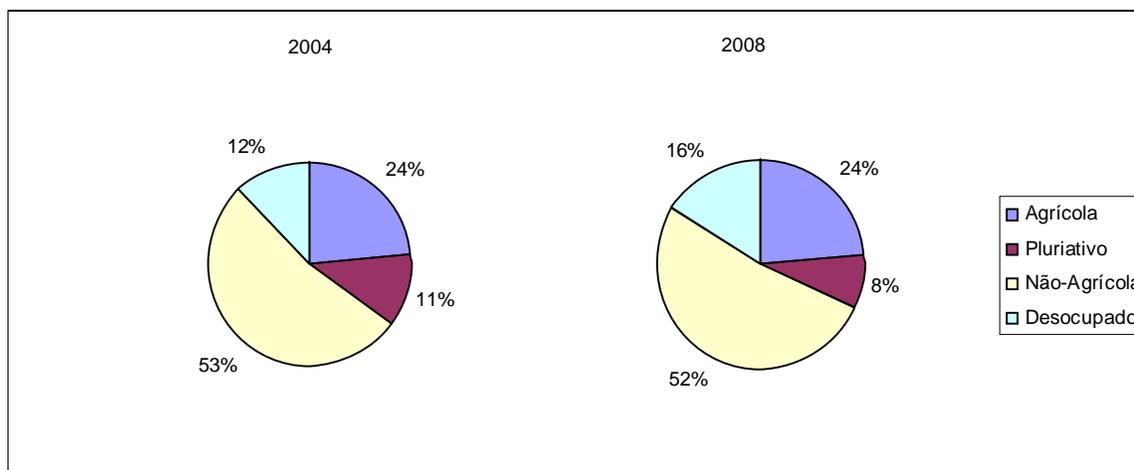


Gráfico 1 – Distribuição relativa dos tipos de domicílios no meio rural.
Rio de Janeiro, 2004 e 2008

4.3.2. Características demográficas e sociais dos domicílios

Para subsidiar nossa análise, esta seção apresenta algumas características gerais dos domicílios rurais fluminenses, tais como: a distribuição do tipo de famílias residentes; a condição dos residentes; o número de residentes; o número de pessoas ativas; a escolaridade dos residentes e, por fim, o nível de vida dos domicílios.

Na tabela 18 temos a distribuição dos domicílios segundo o tipo de famílias residentes e sua evolução no meio rural fluminense. A primeira constatação é o aumento em todos os domicílios, especialmente no pluriativos e não-agrícolas, do tipo de família 'casal sem filhos'. Esse tipo de família compreende os casais que ainda não tiveram filhos, mas também os casais cujos filhos já não moram no mesmo domicílio. O estudo de diversos autores como Mattei (1999) e Schneider (2007), concluem que os filhos já não moram com os pais no meio rural exatamente porque buscam oportunidades de emprego e estudo nas cidades.

Por outro lado, o menor crescimento desse tipo de família foi nos domicílios agrícolas e o maior ocorreu nos domicílios desocupados, o que já era esperado. Isso significa que considerando a agricultura familiar que tem por base a mão-de-obra de seus membros, essa tendência parece cada vez mais diluída. E, no caso

dos domicílios desocupados, também onde a predominância é de pessoas inativas, aposentadas e/ou pensionistas.

Já o comportamento das famílias com filhos, sejam menores ou maiores de 14 anos, apresentou queda nos anos analisados em todos os tipos de domicílios, exceto no pluriativo, onde o número de casais com todos os filhos de 14 anos ou mais cresceu de 31,3% para 42,4%. Considerando as características da família pluriativa, esse dado sustenta a ocupação de parte dos membros em atividades não-agrícolas.

Tabela 18 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o tipo de famílias residentes. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Tipos de Famílias	Agrícola		Pluriativa		Não-agrícola		Desocupadas	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Casal sem filhos	20,5	22,3	10,4	15,6	15,7	20,6	22,2	34,7
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	27,9	27,6	27,0	10,2	34,6	29,5	6,4	0,0
Casal com todos os filhos de 14 anos ou mais	17,9	12,7	31,3	42,7	14,8	13,4	5,3	7,0
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	9,9	8,4	21,0	13,5	10,1	10,1	0,0	0,0
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	1,3	1,2	0,0	0,0	2,7	0,6	5,3	3,5
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	5,3	1,2	4,4	11,2	7,1	12,5	14,3	7,0
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	0,0	0,0	0,0	3,4	2,9	1,1	6,4	0,0
Outros tipos de família	17,2	26,6	6,0	3,4	12,1	12,3	40,1	47,9

Fonte: Elaboração do autor.

A tabela 19 e os gráficos 10, 11 e 12 mostram a distribuição percentual dos moradores ocupados nos domicílios segundo as atividades agrícolas e não-agrícolas. Os dados mostram ainda o comportamento dessas variáveis nos anos de 2004 e 2008. É possível observar que mais de 60% dos chefes estavam ocupados em atividades não-agrícolas nos dois anos observados. Esse percentual é o mesmo quando se analisa o chefe por gênero masculino e é ainda maior no gênero feminino, 83% em 2004 e 94% em 2008.

Tabela 19 - Distribuição dos residentes ocupados por condição na unidade domiciliar e segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

Condição no Domicílio	2004		2008	
	Agrícolas	Não-agrícolas	Agrícolas	Não-agrícolas
Total	0,33	0,67	0,32	0,68
Chefes	0,37	0,63	0,38	0,62
Cônjuges	0,32	0,68	0,23	0,77
Filhos	0,28	0,72	0,28	0,72
Parentes	0,20	0,80	0,34	0,66
Agregados	0,50	0,50	1,00	0,00
Homens	0,38	0,62	0,38	0,62
Chefes	0,40	0,60	0,43	0,57
Cônjuges	0,67	0,33	0,15	0,85
Filhos	0,36	0,64	0,33	0,67
Parentes	0,18	0,82	0,30	0,70
Agregados	0,50	0,50	1,00	0,00
Mulheres	0,25	0,75	0,20	0,80
Chefes	0,17	0,83	0,06	0,94
Cônjuges	0,31	0,69	0,25	0,75
Filhos	0,09	0,91	0,15	0,85
Parentes	0,25	0,75	0,39	0,61
Agregados	0,00	0,00	0	0,00

Fonte: Elaboração do autor.

Na condição de cônjuge, o comportamento é semelhante ao do chefe. Mas, na análise do gênero, os homens estão em grande maioria na agricultura, representando 67% em 2004 contra 15% em 2008. Já as mulheres, a grande maioria estava ocupada nas atividades não-agrícolas e em 2008 já eram 80%. Na condição de cônjuge eram 69% em 2004 e também aumentaram para 75% em 2008, o que já era esperado.

Outra categoria importante são os filhos, que tradicionalmente também ajudam na agricultura familiar como mão-de-obra sem remuneração. Em 2004 e 2008 essa categoria representava 28% na agricultura e 72% em atividades não-agrícolas. Por gênero, 33% dos filhos homens estavam na agricultura e 15% das filhas, o que também já era esperado.

Esses dados mostram que a participação da família nas atividades não-agrícolas é bastante alta, especialmente na categoria de chefes, tradicionalmente ocupados na agricultura, ajudados pelos cônjuges e juntamente com a mão-de-obra dos filhos.

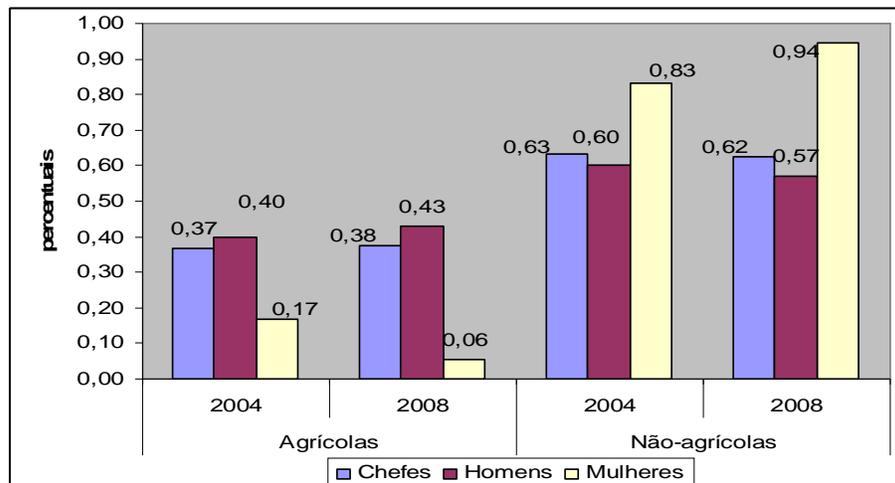


Figura 10 - Distribuição dos chefes por gênero e segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

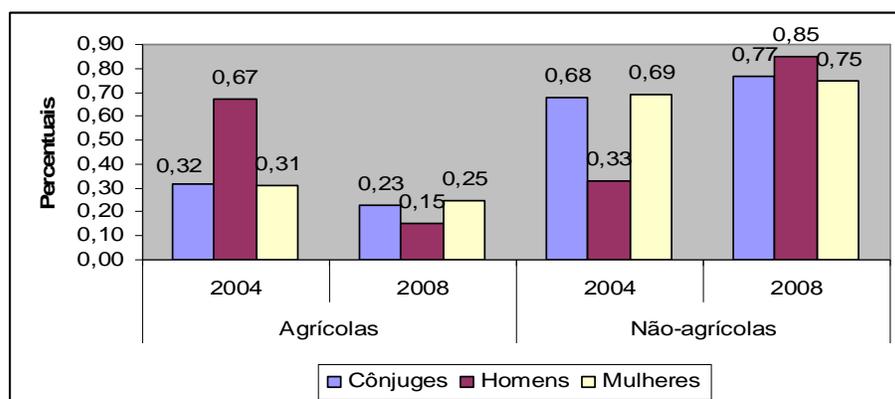


Figura 11 - Distribuição dos cônjuges por gênero e segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

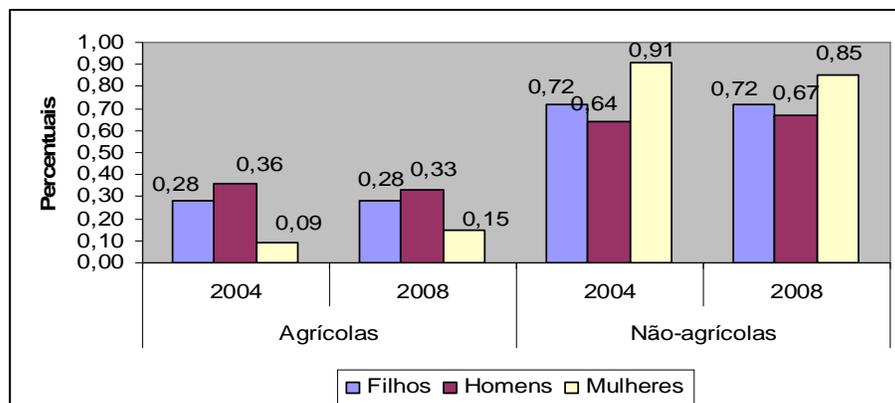


Figura 12 - Distribuição dos filhos por gênero e segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

Nas tabelas 20 e 21 temos a disponibilidade de força de trabalho que será analisada aqui por dois indicadores: o número de residentes e o número de pessoas ativas nos domicílios. Conforme a tabela 4 são percebidas algumas diferenças quanto ao número de residentes quando comparados os domicílios. Os domicílios com maior número de residentes em 2008 concentram-se nos pluriativos, 48,5% com '5 ou mais residentes'. Além dos pluriativos não apresentarem domicílios com somente 'um membro', apresentam a maior média de residentes nos dois anos da análise, 4,3 residentes em 2004 e 4,0 residentes em 2008.

A força de trabalho das famílias é uma característica chave para entender os processos sociais em que aparece a pluriatividade. As famílias mais numerosas precisam empregar membros em atividades fora da agricultura, pois esses seriam força de trabalho ociosa na propriedade. Aqui fica demonstrado que, no meio rural fluminense, semelhante ao que vem ocorrendo em outros Estados brasileiros, a agricultura não tem conseguido absorver a força de trabalho disponível e, segundo as pessoas ocupadas que continuam residentes no meio rural, estão ocupadas em atividades não-agrícolas, pois o mercado de trabalho possibilita essa estratégia, quer seja no próprio meio rural ou nas cidades, quando próximas.

Tabela 20 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o número de residentes. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Domicílio	1 residente		2 residentes		3 a 4 residentes		5 + residentes		número médio	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	12,6	18,7	19,2	26,3	45,1	43,0	23,2	12,0	3,3	2,8
Pluriativo	0,0	0,0	13,4	16,6	47,7	34,9	38,9	48,5	4,3	4,0
Não-Agrícola	8,9	7,3	16,5	28,9	52,6	48,1	22,0	15,6	3,5	3,3
Desocupado	28,4	38,2	50,8	43,9	14,3	17,9	6,4	0,0	2,1	1,9

Fonte: Elaboração do autor.

Quando se observa os domicílios agrícolas, podemos perceber que os domicílios com o menor número de residentes crescem na comparação entre 2004 e 2008 (1 e 2 residentes) e decrescem nos domicílios com maior número de residentes (3 a 4 e 5 ou mais residentes). Esse comportamento evidencia que os

residentes dos domicílios agrícolas estão diminuindo, fenômeno que sugere o êxodo de parte da família para as cidades. A mesma análise é feita com os domicílios não-agrícolas. Já os desocupados apresentam maior concentração nos domicílios com 2 residentes, reforçando a constatação da presença dos inativos, aposentados e/ou pensionistas.

A tabela 21 mostra a distribuição dos domicílios segundo o número de pessoas ativas. Esse indicador sugere a observação do número de pessoas disponíveis como força de trabalho.

Tabela 21 - Distribuição dos domicílios rurais segundo o número de pessoas ativas ocupadas. Rio de Janeiro, 2004 e 2008. (Em %)

Domicílio	1 residente		2 residentes		3 a 4 residentes		5 + residentes		Número médio	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	12,6	18,7	37,8	43,0	41,7	33,5	8,0	4,8	2,7	2,4
Pluriativo	0,0	0,0	25,4	20,0	44,7	55,2	30,0	24,7	3,8	3,6
Não-Agrícola	10,9	7,9	33,7	42,7	47,4	41,6	8,0	7,9	2,8	2,8
Desocupado	33,7	41,6	52,0	44,4	14,3	13,9	0,0	0,0	0,8	0,8

Fonte: Elaboração do autor.

Considerando o número de pessoas ativas nos domicílios, temos que os pluriativos são os que apresentaram o maior número médio de pessoas ativas nos dois anos comparados, 2004 e 2008.

Para o Estado como um todo, verificou-se uma tendência de queda no número de pessoas ativas. Essa tendência pode ser explicada pelo comportamento apresentado em todos os domicílios, nas quais se observam comportamento significativo de declínio do número de pessoas ativas especialmente no grupo dos domicílios agrícolas e pluriativos, ainda mais intenso do que na tabela 20. Além disso, só houve crescimento significativo do número de pessoas ativas nos domicílios não-agrícolas.

A tendência de redução geral do número médio de pessoas ocupadas nos domicílios rurais especialmente agrícolas e pluriativos é um fato que chama atenção. A expectativa era de encontrar um número crescente de pessoas ocupadas nos domicílios, em razão da maior presença feminina na força-de-trabalho não-agrícola (emprego doméstico). A explicação para esse fenômeno pode ser devida à forte redução do emprego agrícola nos anos 1990, aliada à crise dos mercados de trabalho agrícola e não-agrícola, que fizeram com que as

oportunidades de inserção da "força de trabalho secundária" da família diminuíssem, não permitindo outra opção para as mulheres, para os idosos e para as crianças senão a ocupação nas atividades de autoconsumo no meio rural. Isso foi constatado nos capítulos anteriores com o aumento de pessoas empregadas em atividades de autoconsumo e também o aumento dos domicílios desocupados.

Cabe ainda outras explicações para esse comportamento que pode estar relacionadas aos seguintes fatores: diminuição das taxas de natalidade no meio rural, tornando as famílias menos numerosas; aumento do envelhecimento da população rural, fato que já pode ser observado no comportamento da pirâmide etária do Estado; aumento das pensões e das aposentadorias no meio rural, principalmente após a regulamentação da lei previdenciária no início dos 1990; ampliação das demandas por mão-de-obra mais qualificada, devido a proximidade com a cidade e até mesmo a presença de indústrias no campo.

Nesse sentido, a escolaridade é um indicador importante para o tipo de ocupação e emprego das pessoas e isso foi constatado no capítulo dois. Em outras palavras o tipo de ocupação e a escolaridade dos membros dos domicílios também estão relacionados. A escolaridade dos membros pertencentes aos domicílios agrícolas tende a ser menor, enquanto os membros dos domicílios pluriativos e não-agrícolas apresentam escolaridade relativamente mais alta. Ocorre que, para se poder obter ocupações não-agrícolas, é necessário ter um mínimo de qualificação formal (escolaridade), fato que ocorre com menos frequência no setor agrícola em geral.

A tabela 22 traz a distribuição da escolaridade nos domicílios e o critério de distribuição foi o de maior escolaridade apresentada entre os residentes no domicílio. Ou seja, se um domicílio tem três pessoas, duas com 3 anos de estudo, e uma com 4 anos, esse domicílio foi classificado como '4 anos de escolaridade'. No geral, a escolaridade das pessoas residentes no diferentes tipos de domicílios apresenta grande disparidade, conforme pode ser observado na tabela 6.

Observando a tabela 22, percebe-se que mais de 60 % dos domicílios agrícolas possuíam escolaridade inferior a um ano ou com no máximo três anos de estudo em 2004. A escolaridade máxima em 2004 foi de 8 anos,

compreendendo 6,6% destes domicílios. Em 2008 nota-se um aumento da escolaridade. Os domicílios com menos de um ano até três anos de escolaridade representavam 29%, e não mais 60,9% como em 2004. Em 2008 também os domicílios com mais de 8 anos já eram 21,9%.

Analisando os domicílios pluriativos, os anos de estudo crescem ainda mais rapidamente. O grupo com menos de um ano e até três anos de escolaridade que representavam 58,3% dos domicílios caiu para 6,8%. Se em 2004 não existia nos domicílios pluriativos residentes com nove anos ou mais de estudo, esse grupo em 2008 já representava 65,1% desses domicílios.

Já nos domicílios não-agrícolas e desocupados apresentaram, em 2004, 32,2% e 63,7% dos domicílios, respectivamente, com escolaridade inferior ou até três anos de estudo. Em 2008, também seguiram a tendência de elevação da escolaridade, ficando com 7,5% e 47,4% pelo menos com algum membro com curso superior, enquanto nos domicílios agrícolas esse percentual era igual a zero.

Tabela 22 - Distribuição dos domicílios rurais segundo a escolaridade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

Domicílios	Escol. Média		< 1 ano		1 a 3 anos		4 anos		5 a 7 anos	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	4,2	4,7	25,7	14,7	35,1	14,3	24,5	13,5	8,0	22,3
Pluriativo	4,4	6,4	19,4	3,4	39,0	3,4	26,7	0,0	9,0	14,6
Não-Agrícola	5,8	6,5	16,3	0,0	15,9	7,5	18,4	14,3	18,6	11,7
Desocupado	4,4	4,9	28,9	18,5	34,8	28,9	14,3	15,7	0,0	15,0
Continuação										
Atividade	8 anos		9 a 10 anos		11 anos		≥ 12 anos			
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008		
Agrícola	6,6	13,2	0,0	2,4	0,0	15,9	0,0	3,6		
Pluriativo	6,0	13,6	0,0	21,3	0,0	29,1	0,0	14,6		
Não-Agrícola	17,1	11,8	2,4	10,1	6,5	22,0	4,7	22,6		
Desocupado	9,1	3,5	2,6	1,7	7,6	8,7	2,6	8,0		

Fonte: Elaboração do autor.

Analisando a escolaridade média, que foi obtida com a soma de todos os anos dividida pelo número de residentes, na tabela 22 e no gráfico 13 observa-se que os domicílios não-agrícolas apresentaram maior escolaridade média, 5,8 anos em 2004 e 6,5 anos em 2008. Todos os domicílios apresentaram

crescimento nos anos de escolaridade média. Destaca-se os domicílios pluriativos que em 2008 apresentou dois anos a mais de estudo na média em relação a 2004, de 4,4 anos passou para 6,4 anos, o que o elevou praticamente à mesma faixa de escolaridade média dos domicílios não-agrícolas.

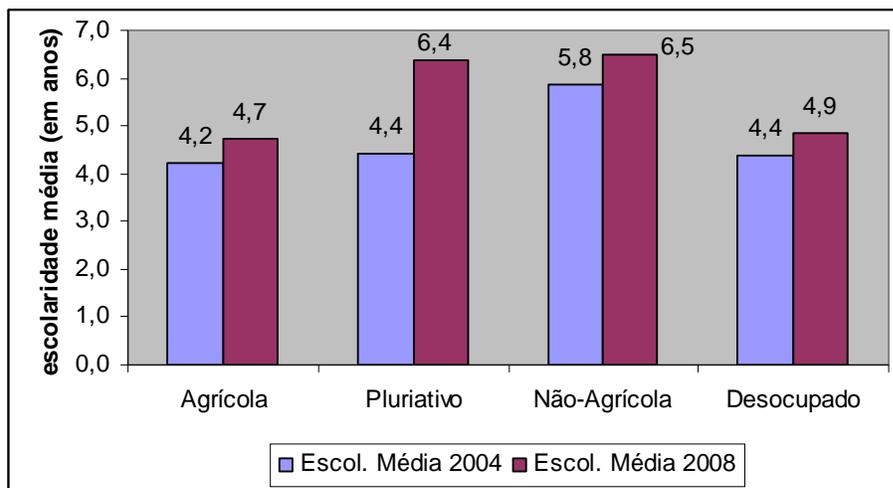


Figura 13 - Distribuição dos domicílios rurais segundo a escolaridade média. Rio de Janeiro, 2004 e 2008.

A tabela 23 apresenta o índice de nível de vida (INIVI), segundo a metodologia proposta por Kageyama e Hoffmann (2000) e Kageyama (2003), conforme apresentado e descrito no início do capítulo. Os dados mostram que para o conjunto dos domicílios fluminenses em 2004 apenas 10% possuíam um INIVI menor ou igual a 0,5, ou seja, uma condição socioeconômica mais precária. E, em 2008, esse percentual caiu para 5,3%. Tomando-se por base os que possuíam um INIVI igual ou superior a 0,7, vemos que mais de 80% dos domicílios encontram-se numa situação bastante satisfatória do ponto de vista deste critério nos dois anos analisados.

De forma geral, os domicílios fluminenses apresentam relativa qualidade de vida nos diferentes tipos de domicílios e isso pode ser constatado no INIVI médio da tabela 7. Todos os domicílios apresentaram mais de 78% dos quesitos de composição do índice e apresentaram elevação entre 2004 e 2008.

Tabela 23 - Evolução e distribuição do Índice de Nível de Vida pelos tipos de domicílios rurais. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

INIVI	Agrícola		Pluriativo		Não-agrícola		Desocupado	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
0,5	5,3	3,6	0,0	0,0	2,1	0,0	2,6	1,7
0,6	7,9	11,9	7,4	0,0	2,6	1,1	2,6	9,2
0,7	24,5	8,4	13,3	13,5	10,7	6,8	26,0	15,7
0,8	27,9	37,9	39,0	19,0	20,2	20,9	37,7	35,2
0,9	26,5	29,1	34,3	42,7	42,2	37,4	27,2	17,3
1	8,0	9,1	6,0	24,7	22,3	33,3	3,8	20,9
INIVI médio	0,7862	0,8044	0,8183	0,8787	0,8646	0,8905	0,7957	0,8197

Fonte: Elaboração do autor com base na metodologia de Kageyama (2003).

No entanto, quando analisamos a situação na perspectiva dos tipos de domicílios as diferenças tornam-se evidentes. Assim, os domicílios que apresentaram as piores condições são os domicílios agrícolas, seguido dos domicílios desocupados. Nesse sentido, podemos perceber ainda que os domicílios mais estruturados em 2008, ou seja, os que apresentaram a presença de todos quesitos em sua composição foram os domicílios não-agrícolas (33,3%), seguidos dos pluriativos (24,7%). Esses dados parecem confirmar a existência de uma clara diferenciação social entre os não-agrícolas e pluriativos e os agrícolas.

4.3.3. Diversificação das ocupações e das rendas dos domicílios rurais

Na tabela 24 temos a distribuição dos domicílios pela posição na ocupação na atividade principal. Nos domicílios agrícolas a maioria dos residentes ocupa a posição de conta-própria, totalizando 39,1% em 2004, seguidos pelos empregados, com 33,8%. Já em 2008, ocorre uma inversão dessas categorias, os empregados passam a ser maioria com 44,9% do total dos residentes em domicílios agrícolas e, em seguida, vêm os conta-próprias, com 31,3%. Essa constatação é bastante relevante uma vez que a agricultura tem por base o tipo de ocupação conta-própria. Como observamos, houve queda nessa categoria entre 2004 e 2008. Outra constatação é que em 2008 o número de empregados sem carteira assinada ultrapassa os com carteira, evidenciando também um aumento na precariedade das relações trabalhistas.

Por sua vez, nos domicílios pluriativos a posição que predomina é a dos empregados. Em 2004 representavam 67,9% e, em 2008, 56,3% do total dos

residentes pluriativos. Nesses domicílios ocorre uma inversão no que se refere ao vínculo empregatício: aumenta o percentual de empregados com carteira assinada e diminui os sem carteira na comparação entre 2004 e 2008. Ou seja, as relações se mostram mais formais do que nos domicílios agrícolas visto anteriormente. A categoria conta-própria apresenta um aumento significativo, passando de 14,4% em 2004 para 26,4% do total dos residentes pluriativos.

Tabela 24 - Distribuição dos residentes ocupados nos domicílios pela posição na ocupação. Rio de Janeiro, 2004 e 2008

Domicílios	Posição na Ocupação	2004 Número	%	2008 Número	%
Agrícolas	Total	55.355	100,0	59.380	100,0
	Empregados	18.722	33,8	26.657	44,9
	com carteira assinada	[10.706]	[19,3]	[11.718]	[19,7]
	sem carteira assinada	[8.016]	[14,5]	[14.939]	[25,2]
	Conta-própria	21.652	39,1	18.570	31,3
	Empregadores Trab. Prod. Próprio	2.237	4,0	1.952	3,3
	Consumo Não remunerados	3.582	6,5	6.344	10,7
Pluriativos	Total	38.835	100,0	37.416	100,0
	Empregados	26.379	67,9	21.051	56,3
	com carteira assinada	[9.363]	[35,5]	[13.434]	[63,8]
	sem carteira assinada	[17.016]	[64,5]	[7.617]	[36,2]
	Func. Público	895	2,3	1.464	3,9
	Conta-própria	5.576	14,4	9.872	26,4
	Empregadores Trab. Prod. Próprio	448	1,2	488	1,3
Consumo Não remunerados	4.193	10,8	3.077	8,2	
Não-Agrícolas	Total	131.702	100,0	141.828	100,0
	Empregados	94.008	71,4	96.098	67,8
	com carteira assinada	[44.781]	[34,0]	[59.870]	[42,3]
	sem carteira assinada	[49.227]	[37,4]	[36.228]	[25,5]
	Func. Público	10.503	8,0	14.319	10,1
	Conta-própria	23.201	17,6	27.697	19,5
	Empregadores Trab. Prod. Próprio	3.339	2,5	3.226	2,3
Consumo Não remunerados	651	0,5	488	0,3	

Fonte: Elaboração do autor.

Já nos domicílios não-agrícolas a predominância também acontece dos empregados, com expressiva participação dos empregados com carteira de trabalho de 42,3%. Os funcionários públicos também representam 10,1% do total dos empregados em 2008. Outra categoria que também apresentou relativo aumento no período analisado foi a dos conta-própria, de 17,6% em 2004 para 19,5% em 2008.

Considerando apenas o universo dos domicílios que compõem a agricultura familiar (famílias de conta-próprias e de empregadores, ambos agrícolas e pluriativos), a tabela 9 mostra ainda que, do ponto de vista da agricultura familiar, somente as famílias pluriativas apresentaram crescimento na participação total no que se refere a categoria dos conta-própria (26,4%). Aumenta também o número de pessoas que trabalham para o autoconsumo (8,2%).

Esses números revelam que a agricultura familiar presente nas áreas rurais fluminenses só não está seguindo uma tendência de queda (sentido estatístico) em decorrência do recurso dessas famílias às atividades não-agrícolas, uma vez que os dados sugerem que as famílias de conta-próprias agrícolas podem estar se convertendo em famílias de conta-próprias pluriativas no período analisado.

Nas tabelas 25 e 26 observamos o rendimento médio mensal nos anos de 2004 e 2008 e a sua composição. Foram consideradas a ocupação principal e secundária dos residentes, os benefícios de aposentadorias e pensões (transferências em geral) e de outras fontes de renda (aluguéis, poupança, juros e outros) segundo o tipo do domicílio.

Considerando que o salário mínimo em setembro de 2008 era de R\$415,00, só os domicílios não-agrícolas e os desocupados tiveram a renda média acima desse valor, R\$485,65 e R\$554,06, respectivamente. Já os domicílios agrícolas e os pluriativos ficaram abaixo do mínimo estabelecido com R\$381,11 e R\$345,00, respectivamente.

Uma primeira constatação é a de que os domicílios com menor rendimento são os pluriativos. É interessante observar que as composições dos rendimentos que têm a renda oriunda do trabalho são bastante semelhantes entre os domicílios, destaque para o aumento dessa participação nos domicílios pluriativos, que passa de 81,5% em 2004 para 88,8% em 2008. Além disso, a dependência dos domicílios pluriativos de rendas oriundas de aposentadoria e pensões cai de 18% em 2004 para 8,6% em 2008.

Se por um lado as rendas dos domicílios pluriativos são as mais baixas, as rendas dos domicílios agrícolas e não-agrícolas são superiores. Já os domicílios

desocupados são os que apresentam as maiores rendas, explicado pelos benefícios de aposentadorias e pensões. Como podemos observar na tabela 11, a renda do domicílio não-agrícola é composta em sua maioria pela renda oriunda do trabalho.

Tabela 25 - Rendimentos mensais médios dos domicílios rurais. Rio de Janeiro, 2004 e 2008* (em R\$)

Domicílio	Todos os trabalhos		Aposent. e Pensões		Outras Fontes		Todas as Fontes	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	270,0	312,82	49,5	62,17	12,6	6,11	332,0	381,11
Pluriativo	252,0	306,49	55,4	29,75	1,6	8,76	309,0	345,00
Não-Agrícola	390,6	425,70	88,4	48,77	6,3	6,18	485,3	480,65
Desocupado	-	-	351,6	543,29	15,8	10,76	367,3	554,06

Fonte: Elaboração do autor.

* Em R\$ de setembro de 2008, deflator INPC.

Tabela 26 - Composição das rendas mensais médias dos domicílios rurais. Rio de Janeiro, 2004 e 2008 (em %)

Domicílio	Todos os trabalhos		Aposent. e Pensões		Outras Fontes	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Agrícola	81,3	82,1	14,9	16,2	3,8	1,7
Pluriativo	81,5	88,8	18	8,6	0,5	2,6
Não-Agrícola	80,5	88,6	18,2	10	1,3	1,4
Desocupado	0	0	95,7	94,6	4,3	5,4

Fonte: Elaboração do autor.

A melhoria da renda dos domicílios agrícolas no período estudado faz parte do movimento geral observado para o conjunto da agricultura brasileira, especialmente pelo acesso ao PRONAF. Outro motivo ainda são os programas sociais como o Bolsa Família que foi criado em 2003 e, desde então, se tornou o principal programa de transferência de renda do governo federal e, por isso, esse programa tem grande contribuição para a diminuição da pobreza rural brasileira e também fluminense. Infelizmente na categoria de outras fontes a PNAD considera na mesma variável os rendimentos de poupança, de aluguéis e os benefícios como a Bolsa Família.

A tabela 27 mostra a participação do trabalho agrícola e não-agrícola na composição da renda média mensal nos domicílios pluriativos. Pode-se observar a importância do trabalho não-agrícola nesses domicílios, representando cerca de 61% da renda total oriunda do trabalho principal ou secundário. Esse dado

evidencia a importância das atividades não-agrícolas para as famílias que também estão na agricultura, no entanto, sugerem também o fato de que estas atividades não conseguem garantir renda superior pelo fato de as ocupações serem de baixa qualificação e remuneração.

A literatura brasileira, em especial os pesquisadores do Projeto Rurbano, vem reforçando a necessidade de realização de estudos mais detalhados sobre a renda nos diferentes tipos de domicílios. Uma das principais justificativas apresentadas em relação a esta convicção está a questão da importância das rendas não-agrícolas *vis-à-vis* as agrícolas. Esse grupo defende a tese de que as atividades não-agrícolas são importantes fontes de renda na manutenção da renda domiciliar.

No caso do meio rural fluminense, comparando-se os tipos de domicílios, percebe-se na tabela 10 que a renda domiciliar mensal das unidades agrícolas é de R\$ 381,11, enquanto a renda média mensal dos domicílios pluriativos é de R\$ 345,00. As rendas dos domicílios onde os residentes estão exclusivamente ocupados em atividades não-agrícolas chega a R\$ 480,65, seguido pelos domicílios desocupados com R\$ 554,06. Este mesmo padrão repete-se quando se analisa a renda domiciliar somente oriunda do trabalho, em que novamente percebe-se que a remuneração do trabalho agrícola, especificamente, continua maior do que a remuneração auferida pelos domicílios pluriativos e ainda maior nos domicílios não-agrícolas.

No entanto, apesar do rendimento dos domicílios pluriativos serem menores, a tabela 27 mostra, claramente, que a busca de uma atividade não-agrícola, na ampla maioria dos casos, representa uma melhor remuneração pelo trabalho, contradizendo, portanto, a tese de que a pluriatividade não é relevante.

Tabela 27 - Distribuição dos rendimentos mensais médios dos domicílios pluriativos segundo a atividade. Rio de Janeiro, 2004 e 2008 (em R\$)*

Domicílio	Todos os trabalhos		Trabalho Agrícola		Trabalho Não-Agrícola	
	2004	2008	2004	2008	2004	2008
Pluriativo	252,0	306,4	91,0	117,8	161,0	188,6
Participação (%)	-	-	-	36,1	38,4	63,8

Fonte: Elaboração do autor.

* Em R\$ de setembro de 2008, deflator INPC.

Este cenário provoca algumas observações sobre as políticas públicas, particularmente em relação ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Pelos critérios adotados pelo programa, só é considerado público potencial aquelas famílias que têm mais de 80% de suas rendas provenientes das atividades agrícolas. Como se pode observar pela tabela 26, grande parte dos domicílios agrícolas (principal público a que se destina o referido programa) pode estar incluída, uma vez que não chega a 20% a renda que advém de aposentadorias e pensões e de outras fontes de rendas. Neste caso, verifica-se que somente esses domicílios agrícolas cumpririam os requisitos do PRONAF. Já os domicílios pluriativos estariam excluídos devido à exigência de que pelo menos 80% da renda familiar deve ter origem nas atividades agrícolas e, como mostra a tabela 27, essa participação não chega a 40%. E, por exclusão conceitual, os domicílios não-agrícolas também não poderiam ser contemplados.

A tabela 28 apresenta a distribuição dos domicílios por faixa de rendimento domiciliar *per capita* em proporção ao salário mínimo, em 2004 e 2008. Observa-se que a pluriatividade está fortemente concentrada nas famílias ou nos domicílios pobres. Em 2004 cerca de 20% do total dos domicílios pluriativos encontravam-se abaixo da linha de pobreza com renda domiciliar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Já entre a faixa de renda de até um salário mínimo havia cerca de 50% dos domicílios pluriativos. Juntos totalizam quase 70% dos domicílios pluriativos com renda até um salário mínimo.

Tabela 28 - Distribuição dos domicílios por faixa de rendimento domiciliar per capita em salários mínimos. Rio de Janeiro, 2004 e 2008. *

Domicílios	2004		2008		Variação (% a.a.)
	número	%	número	%	
Agrícolas					
Até ¼ SM	3.133	9,3	4.882	12,0	11,7*
Mais de ¼ até ½ SM	11.152	33,1	11.227	27,6	0,2
Mais de ½ até 1 SM	7.122	21,1	11.035	27,1	11,6*
Mais de 1 até 2 SM	7.814	23,2	8.254	20,3	1,4
Mais de 2 até 3 SM	1.343	4,0	1.952	4,8	9,8*
Mais de 3 até 5 SM	896	2,7	1.761	4,3	18,4
Mais de 5 SM	447	1,3	1.613	4,0	37,8
Sem declaração	1.791	5,3	-	-	-
Pluriativos					
Mais de ¼ até ½ SM	2.888	19,3	976	6,8	-23,8*
Mais de ½ até 1 SM	7.367	49,3	6.452	44,8	-3,3*
Mais de 1 até 2 SM	3.135	21,0	4.542	31,5	9,7*
Mais de 2 até 3 SM	652	4,4	488	3,4	-7,0
Mais de 3 até 5 SM	448	3,0	0	0,0	-
Sem declaração	448	3,0	1.465	10,2	34,5
Não-Agrícolas					
Até ¼ SM	2.687	3,6	3.077	3,5	3,4
Mais de ¼ até ½ SM	14.333	19,0	12.163	13,7	-4,0*
Mais de ½ até 1 SM	28.698	38,1	33.937	38,3	4,3*
Mais de 1 até 2 SM	18.968	25,2	23.880	27,0	5,9*
Mais de 2 até 3 SM	5.332	7,1	6.109	6,9	3,5
Mais de 3 até 5 SM	652	0,9	2.248	2,5	36,3
Mais de 5 SM	3.298	4,4	3.861	4,4	4,0
Sem declaração	1.343	1,8	3.226	3,6	24,5
Desocupados					
Até ¼ SM	1.548	9,1	976	3,5	-10,9
Mais de ¼ até ½ SM	896	5,3	0	0,0	-
Mais de ½ até 1 SM	5.333	31,3	4.396	15,7	-4,7*
Mais de 1 até 2 SM	3.989	23,4	12.945	46,2	34,2*
Mais de 2 até 3 SM	1.993	11,7	5.371	19,2	28,1*
Mais de 3 até 5 SM	1.751	10,3	2.738	9,8	11,8*
Mais de 5 SM	1.547	9,1	488	1,7	-25,1
Mais de 5 SM	0	0,0	1.125	4,0	-
Sem declaração	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração do autor.

¹ Em R\$ de setembro de 2008, deflator INPC.

Os domicílios agrícolas apresentaram aumento do número de domicílios com rendas de até ¼ SM e mais de ½ até 1 SM, de aproximadamente 12%. Nas menores faixas os domicílios pluriativos apresentaram queda de 23,8% e 3,3%, apresentando elevação de 9,7% na faixa de mais de 1 até 2 SM. Essa tabela sugere ainda que as famílias agrícolas estão se convertendo em pluriativas. Apesar de alguns trabalhos apontarem para a capacidade da pluriatividade em

combater a pobreza das famílias rurais (Schneider, 2003; Kageyama, 2001), de fato no período analisado a pluriatividade ameniza, mas não elimina os baixos rendimentos. Essa constatação reforça ainda mais o fato de que o meio rural fluminense, assim como o Brasil, necessita de políticas de desenvolvimento voltadas as características e especificidades regionais e territoriais.

Os dados apresentados revelam que os domicílios não-agrícolas apresentaram os melhores indicadores de renda, escolaridades e índice de qualidade de vida. Por outro lado, os domicílios pluriativos apesar de apresentarem melhor escolaridade e qualidade de vida, apresentaram rendas inferiores ao dos domicílios agrícolas. Além disso, o número de domicílios pluriativos decresceu no período analisado em contrapartida aos domicílios desocupados que aumentaram. Isso mostra que a pluriatividade no meio rural fluminense têm sido cada vez mais uma estratégia de sobrevivência das famílias agrícolas pobres e como a maioria das pessoas está ocupada em atividades não-agrícolas de baixa qualificação e remuneração, no médio e longo prazo, sem a intervenção de políticas públicas, essas famílias podem se transformar de pluriativos em não-agrícolas e até mesmo desocupadas. Nesse sentido, por mais virtudes que a pluriatividade possa apresentar, aliviando a pobreza de muitas famílias, não se pode querer encontrar nela, por si só, todas as respostas para o desenvolvimento rural fluminense.

5. RESUMO E CONCLUSÕES

Constatamos no decorrer desse trabalho que as pessoas e as famílias residentes no meio rural fluminense continuam encontrando novas ocupações em atividades não-agrícolas como alternativa à diminuição de postos de trabalhos na agricultura, mas também com oportunidades criadas pela ampliação do mercado de trabalho com novas demandas das populações urbanas. Isso mostra que o meio rural do Estado do Rio de Janeiro é cada vez menos agrícola, apontando para uma diminuição do emprego agrícola sem uma correspondente redução da sua população rural. A população rural inclusive apresentou crescimento em torno de 2,2% no período 2004/2008.

O comportamento da população rural e especialmente da população econômica ocupada nos dados apresentados comprovam não só a superação das pessoas ocupadas nas atividades não-agrícolas frente às agrícolas no meio rural fluminense, mas também sua rápida expansão, uma vez que 68% do total da PEA rural em 2008 estava ocupada com esse tipo de atividade, contra 50% em 1997.

Quanto aos principais grupamentos e setores de ocupação, as possibilidades dos trabalhadores rurais de se ocuparem, integralmente ou parcialmente, em um conjunto de atividades não-agrícolas que se expandem ao meio rural podem ser explicadas basicamente pela dinâmica dos setores industriais de transformação (setor da indústria têxtil e da indústria de transformação); da prestação de serviços (setores de restaurantes e de empregos domésticos); da construção civil (atividades da construção civil) e da administração pública (setor da administração municipal), os quais detêm as maiores ofertas de emprego para a mão-de-obra rural. Em termos das profissões, destacam-se os empregados domésticos, os motoristas, os costureiros-alfaiates, os pedreiros e os balconistas atendentes, mesmo que para algumas categorias o crescimento no período não tenha sido tão significativo.

Do ponto de vista da posição na ocupação, verifica-se que a categoria dos empregados é a mais representativa e a que mais cresce no conjunto das ocupações não-agrícolas, revelando que este tipo de atividade se dinamiza através de relações de trabalho também precarizadas, acompanhando as ocupações agrícolas na mesma categoria. Com isso, configura-se no Estado um quadro em que as ocupações estritamente agrícolas e não-agrícolas estão bem próximas e predominam os trabalhadores empregados, seguidos pelos conta-próprias.

Essas mudanças na participação percentual das diversas categorias ocupacionais precisam ser entendidas no contexto maior das transformações do mercado de trabalho no meio rural. Nesse sentido, é necessário considerar que, as profundas mudanças ocorridas na base técnica da produção que elevaram os níveis de produtividade em todo país e transformaram a estrutura e os tipos de emprego, não ocorreu da mesma forma em todas as regiões do país, e muito menos do Estado do Rio de Janeiro.

Dados do Censo Agropecuário 1995-1996 revelam que nesse período o uso de tratores e de insumos era relativamente baixo, bem como o uso de fertilizantes e pesticidas. Um estudo recente feito por Zampirolli (2009) com base nos Censos Agropecuários de 1970 à 1995/96 mostrou que durante esse período os melhores indicadores de modernização e índices brutos de desenvolvimento

tecnológico estavam na região Serrana, em contrapartida os piores estavam nas regiões do Vale do Paraíba e Centro-Sul Fluminense. E a análise dos dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006 mostrou ainda que a região da Baía de Ilha Grande tem a agricultura mais atrasada.

Nesse sentido, o processo de modernização da agricultura não foi igualmente distribuído pelo Estado fluminense, refletindo a sua concentração nos pequenos e médios estabelecimentos e no setor olerícola na região Serrana, enquanto a região da Baía da Ilha Grande, alvo de intensa especulação imobiliária, tem índices de modernização mais baixos. Por esse motivo a redução do emprego agrícola não deve ser atribuído somente à modernização agrícola. Outros fatores como a escassez de créditos e subsídios à pequena produção também contribuem para a retração dessas atividades. O PRONAF de certa forma vem dando fôlego a agricultura familiar, mas por outro lado, os quesitos de acesso aos financiamentos deixam de fora muitas famílias pobres e de baixa renda.

Por outro lado, e em parte decorrente desse processo, está em curso uma enorme descapitalização dos agricultores, o que os obriga a buscar novos tipos de ocupações que geram níveis de rendimento capazes de manter o patrimônio e as necessidades familiares básicas.

Os dados das atividades e ocupações das pessoas no meio rural fluminense mostram também outros aspectos importantes. Em primeiro lugar, é possível visualizar distintas fases de crescimento dos grupamentos das atividades rurais, sem que isso signifique, necessariamente, o encadeamento de um processo de transferências de atividades. Isto é, as razões do crescimento das atividades não-agrícolas, como vimos, podem estar diretamente vinculadas à dinâmica das atividades agrícolas, mas também àquelas que não possuem relações estreitas com estas.

Por exemplo, a demanda urbana por residências no campo, lazer, turismo também estão absorvendo parte da força-de-trabalho rural em atividades de serviços domésticos e pessoais remunerados. Em suma, as atividades-agrícolas vêm exercendo um papel fundamental na fixação do trabalhador rural, no entanto, a natureza das ocupações segue a dinâmica que predomina no mercado de

trabalho urbano, com ocupações de baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração para a maioria das pessoas ocupadas.

Fica claro que o Rio de Janeiro, assim como São Paulo (Balsadi, 2000) e o restante do país (Nascimento, 2005), apresenta um meio rural baseado em sua maioria de setores e ocupações muito semelhantes, qual seja, de natureza de baixa qualificação e remuneração. Isso reforça a necessidade de políticas públicas que articulem o desenvolvimento rural de forma mais ampla e considerando todos os seus aspectos.

Como vimos, as ocupações rurais não-agrícolas estão suprindo em parte a redução nos postos de trabalho agrícola no meio rural e também criando novos postos de trabalho com demandas específicas oriundas dos centros urbanos. No entanto, vimos também que grande parte dessas ocupações são ocupações de baixa qualificação profissional e remuneração, como empregados domésticos, balconistas, serventes, faxineiros, ajudantes de pedreiro, motoristas, entre outros.

Constatamos no capítulo 2, ao analisarmos a renda média por categoria nas ocupações, que a renda das atividades não-agrícolas é maior que as das atividades agrícolas. No entanto, essa diferença não é tão acentuada. Podemos entender esse resultado de duas maneiras: primeiro, as atividades não-agrícolas por sua natureza requerem profissionais mais qualificados, e no meio rural fluminense crescem justamente as atividades de baixa qualificação e escolaridade. E, segundo o mercado de trabalho, cria na agricultura, e também fora dela, uma informalidade que é considerada relativamente alta e que contribui para a precariedade dos vínculos.

Como a população procura ocupações que geram ganhos monetários, a posição na ocupação como empregados é a mais representativa. Os empregados sem registro em carteira de trabalho representam praticamente metade dos empregados totais na agricultura e nas ocupações rurais não-agrícolas têm contribuído mais ainda para o agravamento da precariedade do trabalho nesse quesito. Considerando que a grande maioria dos ocupados rurais em atividades não-agrícolas são empregados, os dados mostraram que mais da metade deles não tinham registro em carteira de trabalho, sendo que em 2007 essa categoria representava quase 60% no total dos empregados.

A análise da distribuição da renda entre os percentis das pessoas ocupadas mostrou claramente um aumento da renda média no período de 2004 a 2008. As atividades agrícolas concentraram boa parte da renda numa parcela muito pequena da população e a concentração de renda também aumentou na distribuição da renda total entre os ocupados nas atividades não-agrícolas, corroborando a tese de que as atividades, por si só, não garantem melhor distribuição de renda.

É confirmada a hipótese de que as atividades não-agrícolas estão cumprindo um importante papel na ocupação das pessoas no meio rural fluminense. Contudo, no período analisado não é constatado melhoria significativa na distribuição da renda. Pelo contrário, a renda continua bastante concentrada entre os mais ricos. Além disso, as relações de trabalho no meio rural já bastante precarizadas e na agricultura têm esse quadro repetido e até agravado nas atividades não-agrícolas.

Também fica a constatação de que o meio rural precisa de um modelo de desenvolvimento mais amplo e que considere as suas transformações. Nesse sentido, qualquer política de distribuição de renda precisa considerar não apenas o setor agrícola, mas também o não-agrícola. A exemplo da PAC, o novo modelo para o setor agrícola inclui novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros. Objetivos bem mais amplos que os do PRONAF brasileiro.

O último capítulo analisou a pluriatividade nos domicílios rurais fluminenses. Os dados apresentados revelam que a pluriatividade no meio rural fluminense tende a crescer e está cada vez mais associada às atividades não-agrícolas, o que pode levar a transformação dos domicílios pluriativos em domicílios não-agrícolas no médio e longo prazo.

Quanto ao número médio de residentes por domicílio, comparativamente, verificou-se que as famílias pluriativas são maiores e apresentam um número expressivo de membros, ao passo que as famílias exclusivamente agrícolas no geral são menos numerosas. Tal característica reveste-se de uma importância

fundamental à dinâmica de funcionamento destas unidades e à adoção de estratégias de inserção profissional e produtivas, pois um número pequeno de membros dificulta e impede a busca de trabalhos complementares.

Quanto aos anos de estudo, os domicílios que apresentaram maior escolaridade foram os não-agrícolas, seguidos pelos pluriativos, desocupados e agrícolas. Ressaltando que em 2004 não existiam pessoas nos domicílios pluriativos com mais de 8 anos de estudo, sendo que em 2008 esse grupo já representava 65%.

No que se refere à qualidade nas condições de vida, vimos que os domicílios não-agrícolas são os que apresentaram melhores condições. Em segundo lugar vem os domicílios pluriativos, seguidos pelos desocupados e em último lugar os exclusivamente agrícolas.

A renda foi um componente desfavorável aos domicílios pluriativos, tendo sido a menor renda entre todos os domicílios. Por outro lado, constatou-se que na formação da renda familiar que as atividades não-agrícolas têm participação fundamental, sendo responsável por mais de 60% dela. Isso é importante ressaltar uma vez que a pluriatividade está associada às famílias mais pobres do Estado.

Este conjunto de características nos sugere que a incidência da pluriatividade no Estado do Rio de Janeiro está relacionada às estruturas internas das famílias e também ao ambiente sócio-econômico do entorno onde se localizam as famílias e as unidades de produção, o qual propicia as condições para a expansão ou não da pluriatividade.

Por mais virtudes que a pluriatividade possa apresentar, não se pode querer encontrar nela todas as respostas para o desenvolvimento rural fluminense. Além disso, os dados mostram que no período analisado os domicílios rurais que mais apresentaram crescimento foram os não-agrícolas e também os desocupados.

Nesse sentido, considerando a diversidade do Estado fluminense em relação às suas microrregiões, estudos de casos e até mesmo trabalhos com

dados mais desagregados se mostram necessários para um melhor entendimento e qualificação da pluriatividade, bem como a formulação de políticas públicas e privadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, R. (1992) Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo – SP. ANPOCS/HUCITEC.
- _____. (2003). O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora UFRGS.
- Alentejano, P. R. R. (1997) Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Tese (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Rio de Janeiro-RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA, 188p.
- Barros, R. P; Henrique, R. e Mendonça, R. (2000) Education and equitable economic development. Niterói. Texto para discussão.
- Basaldi, O. V. (2000) Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia, 2000. (Dissertação, Mestrado).
- Botelho, F. (1998). Atividades Não-agrícolas no Distrito Federal 1992/1995. In: Anais do 36º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Poços de Caldas, 10 a 14 de agosto de 1998.
- Campanhola C. e Graziano da Silva, J. (2000) O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual. Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Embrapa.
- Cardoso, A. (1998) O Novo Rural Brasileiro: abordagem a partir de uma economia regional, o Triângulo Mineiro. Tese de mestrado defendida na Universidade Federal de Uberlândia, 1998.

- Carneiro, M. J. et al. (1998) Campo aberto, o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.
- Castro, E. G. (1995) Entre o rural e o urbano: dimensões culturais nos assentamentos rurais do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ, RJ, 224p. (Mestrado em Sociologia).
- Couto, V. A. e Couto Filho, V.A. (1998) A urbanização do trabalho rural. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 589-602.
- Del Grossi, M. E. E. e Graziano da Silva, J. (1999) Evolução das rendas nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. São Paulo: ANPEC.
- _____. (1998). A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 635-646. 1998.
- _____. Ocupação e renda nas famílias rurais, 1992-1998 [on line] Disponível: <http://www.eco.unicamp.br> [capturado em 21 de março de 2006].
- Del Grossi, M. E. E. e Laurenti, J. (2000) A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não-agrícolas nas áreas rurais do Brasil. Embrapa.
- _____. (2006) Ocupação e renda nas famílias rurais, 1992-1998 [on line] Disponível: <http://www.eco.unicamp.br> [capturado em 21 de março de 2006].
- Etxezzarreta, M. et al. (1995) La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrárias comunitarias. Ministério da Agricultura, Madrid. Espanha. 1995.
- Fuller, A. (1990). From part-time to pluriactivity: a decade of change in rural europe. Journal of Rural Studies, Great Britain, 6(4):361-373. 1990.
- Gomes da Silva, A. (1998). Atividades não-agrícolas no rural potiguar: uma “nova” opção de emprego no campo. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 603-616.
- Graziano da Silva, J. Evolução do emprego rural e agrícola. Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER. Brasília – DF. V.2, p.1437-1459, 1995.
- _____. O Novo Rural Brasileiro. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1999. (Coleção Pesquisa 1)
- Graziano da Silva, J. ; Marc, J.; Bianchini, V. (2001) O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. [Ministério do Desenvolvimento Agrário]
- Gujarati, D. (1995) Basic Econometrics. New York: McGraw-Hill Inc., 1995.
- Hill, C.; Griffiths, W.; Judge, G. Econometria. São Paulo: Saraiva, 1999.

- Hoffmann, R. (1998) Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo, USP.
- _____. (2001) Distribuição de renda no Brasil em 1999. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Recife.
- Hoffmann, R. e Vieira, S. (1998) Análise de Regressão: Uma Introdução à Econometria. São Paulo, Hucitec.
- Hoffmann, R. e Ney, M. G. (2003) Desigualdade, escolaridade e rendimento das pessoas ocupadas na agricultura brasileira, de 1992 a 2001. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, 2003.
- IBGE. Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios – PNAD: Microdados e Notas Metodológicas. Rio de Janeiro, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.
- Kageyama, A. (1997) O subemprego agrícola nos anos 90. Texto para Discussão. Campinas, Instituto de Economia, Unicamp, 1997.
- _____. (1998) Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. Economia Aplicada. V2, n.3.
- _____. (2003) Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. Economia e Sociedade, v. 12, n. 1 (20), Campinas, IE/UNICAMP, p. 65-86, jan./jun. 2003.
- Kageyama, A. e Hoffmann, R. (2000) Determinantes da renda e condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. Economia, v.1, n. 2, jul./dez. de 2000.
- Lanjown, P. (1999) The rural non-farm sector: a note on policy options. World Bank workshop on non-farm rural sector and poverty alleviation, 1999.
- Marafon, G. J. (2006) Agricultura familiar, pluriatividade e turismo: reflexões a partir do território fluminense. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, 1(1): 17-40.
- Mingione, E. e Pugliese, E. (1987). A difícil delimitação do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista crítica de Ciências Sociais*.
- Nascimento, C. A. (2005) Pluriatividade, Pobreza e Políticas Públicas. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/IE, 214p.
- Ney, M. G. (2002) Equações de rendimentos: o efeito da posse da terra. Tese de mestrado defendida no Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas, 2002.
- _____. (2006) Educação e desigualdade de renda no meio rural brasileiro. Tese de doutorado no Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas.

- Reardon, T. (1998) Rural non-farm income in developing countries. World Bank workshop on non-farm rural sector and poverty alleviation,
- Reardon, T.; Cruz, M.E.; Berdegú, J. (1998) Los pobres en el desarrollo del empleo rural no agrícola en América Latina: paradojas y desafíos. III Simpósio Latino Americano de Investigación y Extensión de Sistemas Agropecuários. Lima, 1998.
- Ribeiro, M. A. (2002) Considerações sobre o espaço rural fluminense: estrutura e transformações. In Marafon, G. J., Ribeiro, M. F. (orgs.) Estudos de Geografia Fluminense. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook, p. 13-26
- Saraceno, E. (1996) O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. Programa de Seminários sobre Desenvolvimento nas Áreas Rurais. Roma, 1996. [tradução do original italiano por Ângela Kageyama, do Instituto de Economia da Unicamp]
- _____. 1997. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: an European experience. Seminário Internacional Inter-relación Rural-Urbana y Desarrollo Descentralizado, FAO/ONU. Taxco, México. 1997.
- Schneider, S. (1996) Agricultura Familiar e Pluriatividade: as controvérsias do debate. In: XVIII Encontro Nacional do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social na Agricultura – PIPSA. Campina Grande,
- _____. (2003) A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Porto Alegre: UFRGS.
- Schneider, S. e Navarro, Z. (1998) Agricultura e novas formas de ocupação no meio rural: um estudo sobre as tendências recentes. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 617-634.
- Silva, P.L.N.; Pessoa, D.G.C.; Lilá, M.F. (2002). Análise Estatística de dados da PNAD: incorporando a estrutura do plano amostral. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde Coletiva.
- Silva, R. D. da (2004) Rio de Janeiro: Crescimento, Transformações e sua Importância para a Economia Nacional (1930-2000). Tese (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP/IE, 166p.
- Souza, M. (1998). As ocupações rurais não-agrícolas na Região Leste do Estado do Paraná. Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, SOBER, Brasília – DF. V.2, p. 655-668. 1998.
- Sothe, F. (2002) European Policy Experiences with Rural Development. “Associazione Alessandro Bartole”. European Association of Agricultural Economists.

Veiga, J.E. (2001). O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. CNDRS, MDA e NEAD, Brasília. (Texto para discussão, no1)

Zampirolli, P.D. (2009). Características do processo de modernização agrícola do Estado do Rio de Janeiro, 1970 a 2006. Tese de Doutorado na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)